



CIEA9

IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos
11-13 setembro 2014 | Coimbra, Portugal

Programação dos Painéis / Grupos de Trabalho Resumos/Abstracts das Comunicações



Organização

IX Congresso de Ibérico de Estudos Africanos – CIES9

Após oito edições realizadas em várias cidades ibéricas, é agora a vez de o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra acolher o IX Congresso Ibérico de Estudos Africanos, que tem lugar de 11 a 13 de setembro de 2014, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Tendo como tema *África Hoje – tempos e espaços de transformação*, este congresso procura refletir sobre as mudanças que ocorreram no contexto africano de expressão ibérica nos últimos 40 anos, marcados pela emergência de cinco novas nações independentes.

Toda a informação disponível em: <http://www.ces.uc.pt/eventos/ciea9/>

Os certificados de participação poderão ser levantados na FEUC, onde decorre o colóquio, a partir das 14h de dia 11.

Bem-vindos e bom trabalho

Comissão Científica:

- Boaventura de Sousa Santos (CES)
- José Manuel Pureza (CES)
- Maria Paula Meneses (CES)
- Margarida Calafate Ribeiro (CES)
- Sílvia Maeso (CES)
- Diana Andringa (CES)
- Fernando Florêncio (Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra)
- Ana Mafalda Leite (Universidade de Lisboa)
- Inocência Mata (Universidade de Lisboa)
- José Luís Pires Laranjeira (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra)
- Clara Carvalho (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)
- Cristiana Bastos (Instituto de Ciências Sociais, Lisboa)
- Itziar Ruiz-Giménez (Universidad Autónoma de Madrid)
- Bruno Sena Martins (CES)
- Catarina Martins (CES)
- Teresa Cunha (CES)

Comissão Organizadora:

- Maria Paula Meneses (CES)
- Margarida Calafate Ribeiro (CES)
- José Luís Pires Laranjeira (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra)
- Fernando Florêncio (Faculdade de Ciências, Universidade de Coimbra)
- Fabrice Schurmans (CES)
- Tiago Castela (CES)
- Bruno Sena Martins (CES)
- Elena Brugioni (Universidade do Minho)
- Sheila Khan (Universidade do Minho)
- Cristina Valentim (CES)
- Inês Rodrigues (CES)

Programação dos Painéis / Grupos de Trabalho

Quinta-feira, 11 de Setembro

Painel Arquitetura e Cidade nos PALOPs: do moderno ao contemporâneo		
Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>Sessão única</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 2.1</p>	<p>José Manuel Fernandes Faculdade de Arquitetura - Universidade de Lisboa</p> <p>(coordenação e moderação)</p>	<p>1. Lisandra Mendonça (lisandramendonca@gmail.com), “Conservação do património moderno: O Jardim Municipal em Maputo” Resumo/ Abstract: Já com o intuito de aprofundar conhecimentos no campo da conservação da arquitetura recente coloquei o enfoque na herança material do período final da soberania portuguesa em Maputo e no interesse no aprofundamento das particularidades (ideológicas, técnicas e materiais) inerentes à conservação do património moderno e associado ao contexto colonial. O texto debruça-se sobre o jardim Tunduru, peça estruturante na transição do antigo presídio para a cidade das primeiras décadas do século XX. A ideia de um jardim para Lourenço Marques surgiu em 1885 com a Sociedade de Horticultura e Floricultura, fundada nesse mesmo ano. O objetivo da Sociedade era a arborização do pântano que separava a povoação da terra firme e a execução de um jardim. O saneamento das áreas alagadas em redor da povoação era uma preocupação antiga mas só com a chegada da Expedição das Obras Públicas (em 7 de Março de 1877) se puderam ultimar trabalhos necessários a esse fim. O Governo da vila de Lourenço Marques entregou à Sociedade de Arboricultura e Floricultura um terreno às portas da vila, com uma superfície total de pouco mais de treze hectares (Projeto de Reabilitação do Jardim Tunduro vol. I, 2012: 3). Em 1887 existia já um viveiro em ótimas condições e uma pequena mata no Jardim, no entanto, e apesar dos reconhecidos esforços da Sociedade de Horticultura e Floricultura, os encargos com a manutenção do espaço tornaram-se incontroláveis e o jardim iniciou a degradar-se. O lago passou a ser utilizado como tanque pelos nativos, o coreto para a banda da música não chegou a ser concluído e a fonte pública secou completamente (Projeto de Reabilitação do Jardim Tunduro vol. I, 2012: 3). O jardim passou então para a gerência da Câmara Municipal, sendo inaugurado em 1900 e aberto ao público como Jardim Municipal. Com a independência de Moçambique tomou o nome de Jardim Tunduru.</p> <p>2. Isabel Octávio - Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto, (bernardo-isabel@ig.com.br), “Urbanismo e Transformações Sociais” Resumo/ Abstract: O êxodo rural na África começa a partir dos anos 50, quando a população migra para as grandes cidade (principalmente as capitais) à procura de melhores oportunidades de emprego e ascensão social. Este fenómeno faz com que a maioria das grandes cidades na África estejam superlotadas devido a essa migração, o que provoca alguns problemas sociais, culturais, políticos, ambientais etc. Os conflitos constantes na África fizeram com que as nações não tivessem nem têm tido tempo de preparar as mudanças havida com as novas tecnologias em relação à urbanização. Um outro problema é o investimento na urbanização, que não acontece apenas na África, mas também em alguns países da Ásia e América Latina, o que desordena o desenvolvimento: vemos precariedade em relação às habitações, aos transportes, que são inadequados; o saneamento básico precário, onde encontramos valas de drenagem, terrivelmente poluídas e esgotos a céu aberto. De acordo com o UN-Habitat, tanto quanto 70 por cento da população urbana da África reside em favelas, e de 1990 a 2001, a população favelada cresceu em 4,4 por cento ao ano, superior à população urbana. A maioria da população que sai do campo é jovem, os mesmos deparam com novas realidades, que dificulta a sua vivência nas grandes cidades, devido à falta de emprego, moradia, problema cultural, etc., mas os mesmos preferem permanecer em situação sub-humana nas cidades do que voltarem ao seu local de origem. A delinquência provém muitas vezes desses fatores, e verificamos o aumento do índice da violência urbana: assaltos, seqüestros e assassinatos. De acordo com o relatório Estado das Cidades Africanas, divulgado em 2008 pela Organização das Nações Unidas (ONU), a população urbana africana duplicará até 2030. Como nos países desenvolvidos, outros fatores primordiais para a resolução dos problemas de urbanização na África seria a Industrialização e a transformação agrícola, não apenas nas áreas urbanas, mas também uma modernização da agropecuária. Se bem que gradativamente o desenvolvimento deve passar no campo e em outras cidades/estados, para que não haja concentração e centralização do poder.</p> <p>3. José Manuel Fernandes – Faculdade de Arquitetura - Universidade de Lisboa, (jmfernandesarq@yahoo.com), “Algumas reflexões sobre a cidade colonial em tempos pós-coloniais” Resumo/ Abstract: As várias investigações que pude levar a cabo nas últimas décadas sobre a arquitetura e o urbanismo da antiga África Portuguesa abrangem espaços bem mais vastos do que os cinco países da actual África lusófona. Mas no essencial - como pude referir no volume sobre a África Subsahariana da obra Património de Origem Portuguesa no Mundo – Arquitetura e Urbanismo [dir. José Mattoso, ed. F. C. Gulbenkian, 2010-2012, ed. em português e inglês, e ed. em site electrónico www.HPIP.org] – foi possível concluir pelo enorme valor intrínseco, diversidade tipológica e morfológica e longa duração desse legado patrimonial, nem sempre de origem portuguesa (por vezes apenas de influência, lusa, entre outras), mas sempre numa matriz de algum modo identificável com a nossa cultura de extremo-ocidente-euro-meridional. Agora correspondendo a um longo e conturbado processo com 600 anos de história, a contar de 1415. Na sequência desta fase histórica “clássica”, a colonização portuguesa produziu mais recentemente outros, amplos e maiores valores materiais, de que são exemplos marcantes as quatro ou cinco principais cidades, e o vasto recheio da sua arquitectura moderna, de Luanda a Lobito, de Maputo a Beira, de Bissau a Huambo, de São Tomé a Praia e Mindelo, entre muitas outras localidades. O fenómeno pode explicar-se em parte porque, como refere o historiador Rui Ramos, a seguir ao caso da África do Sul, foram Angola e Moçambique que tiveram a força populacional colonizadora mais forte em todo o Sul africano. Isto deixou raízes, sistémicas, vernáculas e disseminadas, que perduraram. Ora, com toda a polémica envolvida/assumida, entendo que ignorar ou menosprezar o significado, valor e papel deste conjunto patrimonial urbano e arquitectónico nos 5 PALOPs (e noutras áreas, na Ásia), nomeadamente a sua enorme utilidade e papel activo no ressurgimento do fenómeno urbano contemporâneo e pós-colonial destes países, substituindo ou menorizando esse papel pela eventual valorização das vastas áreas de “cidade informal” ou “subúrbio informal” - por estas serem espacialmente dominantes, ou de origem mais especificamente africana - seria erro e absurdo idêntico a querer, nessas mesmas nações, como exemplo, apagar ou ignorar a língua portuguesa oficial, como seu elemento único de cultura unificadora e moderna, em favor de quaisquer línguas africanas locais tradicionais, por muito que custe a um olhar ideologicamente mais nacionalista.</p>

Painel Derechos Humanos de las personas Lesbianas, Gais, Bisexuales, Trans e Intersexuales en África

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>Sessão única</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 1.4</p>	<p>Antonio Adelfo Delgado Núñez Facultad de Ciencias Políticas y Sociales - Universidad de La Laguna</p> <p>(coordenação e comentários)</p> <p>Alfredo Pazmiño Huapaya Departamento de Derecho Constitucional, Ciencia Política y Filosofía del Derechos - Universidad de La Laguna</p> <p>(coordenação e moderação)</p>	<p>1. Alfredo Pazmiño - Departamento de Derecho Constitucional, Ciencia Política y Filosofía del Derechos - Universidad de La Laguna, (alfredo.pazmino@fundaciontriangulo.es), “Génesis y empoderamiento del activismo social para la defensa de los Derechos Humanos de las personas LGBT en el África Lusófona: El caso de la ciudad de Mindelo - Cabo Verde”</p> <p>Resumo/ Abstract: Este estudio narra, desde un enfoque jurídico-etnográfico, el desarrollo del movimiento LGBT desde 2010, donde conocimos a Tchinda y su papel en la construcción de una imagen positiva del hecho LGBT; el acompañamiento por sus frustraciones y desafíos con las administraciones públicas, hasta llegar a 2013 fecha en la que se desarrolla la 1ª Semana por la Igualdad de personas Lesbianas, Gais, Bisexuales y Trans. Se documenta la génesis y el empoderamiento de una población que goza de igualdad legal pero que, con actos como los que desarrollaron, conquistan el espacio público en búsqueda de igualdad social.</p> <p>2. Francisco Miguel - Universidade de Brasília, (fpvmiguel@gmail.com), “Por uma antropologia da homossexualidade em África e o caso de Cabo Verde”</p> <p>Resumo/ Abstract: Nesta comunicação pretendo desenvolver uma reflexão, que venho fazendo no contexto de minha dissertação de mestrado no PPGAS/UnB, acerca da possibilidade de operar com categorias analíticas tais como ‘homossexualidade’, ‘homoerotismo’, ‘homofobia em África. Para tanto, sirvo-me dos dados produzidos por outros pesquisadores e por mim mesmo, em meu trabalho de campo no arquipélago de Cabo Verde, onde realizei durante um mês uma etnografia sobre a (homo)sexualidade e o movimento LGBT naquele país.</p> <p>No primeiro momento, tentarei demonstrar as dificuldades do léxico científico antropológico para dar conta de um fenômeno humano tão difuso tal qual é a sexualidade. Apresentarei dados que advogam pela existência do homoerotismo em África, tentando problematizar a operacionalidade destas categorias sexuais em uma análise que se pretenda antropológica. Por outro lado, buscarei defender o valor dos registros historiográficos acerca do ‘homoerotismo’ em África, pois estes, como outros, contribuem para desnaturalizar alguns discursos atuais que advogam que as práticas homossexuais são exógenas a este continente.</p> <p>Em um segundo momento, trago os dados produzidos em Cabo Verde a respeito do movimento LGBT local, para demonstrar que as categorias da pauta do movimento internacional têm um assentamento precário na realidade sócio-cultural do país. Se a descriminalização da homossexualidade, tal qual é a agenda do movimento em diversos países africanos, não é mais uma pauta viável em Cabo Verde, pois este país já a descriminalizou em 2004, por outro lado, a agenda europeia e norte-americana do movimento - os direitos legais, como o casamento - tampouco é viável naquele país crioulo, que se estrutura por formas de conjugalidade distintas.</p> <p>3. Yameogo Eric Noe - A.A.S, (yameogoericnoe@gmail.com), “Transexualidad En Burkina Faso”</p> <p>Resumo/ Abstract: In Burkina Faso there are some young boys and girls who are transsexuals . Boys like to put on girls' clothes to go to school or go to clubs. Most of them are abused because people in Burkina do not want to see a boy who looks like a girl. In clubs some of transsexuals are dredged and when they know that it is a boy or not a girl people beat them and steal their mobile phone and money. This situation is uncomfortable for LGBT community. In these cases we advice transsexual boys ans girls to be careful in their behaviour; for example not to go to dark places; in club we tell them not to not with a new customer; and not to follow boys who take alcohol and drugs.</p>

Painel Artes e (des)construção de identidades

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Anfiteatro 1.1</p>	<p>Remo Mutzenberg Universidade Federal de Pernambuco-Brasil/ Centro de Estudos Internacionais ISCTE-IUL, Portugal</p> <p>(coordenação e comentários)</p> <p>Luca Bussoti Centro de Estudos Internacionais –ISCTE-IUL</p> <p>(coordenação e moderação)</p>	<p>1. Elisabete Figueroa dos Santos e Rosemeire Aparecida Scopinho - Universidade Federal de São Carlos, (bete.figueroa@gmail.com), “Artimanha poética: Resistência e ressignificação identitária em países multirraciais da diáspora e em África”</p> <p>Resumo/ Abstract: Este trabalho apresenta reflexões que têm sido elaboradas como parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo geral é analisar as contribuições do movimento de Literatura Periférica paulistano na construção de significados positivos para identidades etnicorraciais. Partimos da problematização das formas como a produção literária e particularmente a poesia foram e têm sido reivindicadas por movimentos históricos como estratégias para a articulação político-cultural, por meio do questionamento dos quadros de subjugação da população negra. Discutimos movimentos diaspóricos desde o século XIX, com a campanha abolicionista, e XX com o Movimento de Negritude, o Movimento de Renascença do Harlem e o não-diaspórico movimento de resistência ao Apartheid na África do Sul, até chegarmos ao contemporâneo Movimento de Literatura Periférica de São Paulo. Pontua-se a utilização da poesia e dos saraus/recitais como elementos que integram um processo de resistência e de negociação de forma pacifista, em contextos e territórios específicos, frente a práticas discriminatórias. Convém, portanto, destacar e colocar em questão a particularidade da poesia, em meio à dinâmica político-cultural forjada dentro dos marcos explicitados, e refletirmos sobre a capacidade de motivação do fazer poético enquanto revide e enquanto reinvenção (e quais os alcances e limites de ambas as possibilidades), assim como da organização dos recitais como arenas de debates e de mobilização das identidades e identificações. Ainda que estes movimentos tratem-se de articulações cujos objetivos aglutinam-se no que toca à problematização das mazelas que constituem causa para desigualdades em algumas partes e para segregações em outras, recorrendo-se à cultura e, mais especificamente, à poesia como armas para o confronto às discriminações, deve-se resguardar suas particularidades quanto às formas de embate aos casos específicos.</p> <p>2. Francisco Edilberto Barbosa Moreira - Universidade Federal do Pará, (fedilberto@ufpa.br), “Nessa cidade todo mundo é d'Oxum : a afro-religiosidade no espectáculo O Auto do Círio em Belém do Pará- Brasil”</p> <p>Resumo/ Abstract: Nessa Cidade Todo Mundo É d'Oxum, a afro-religiosidade no espectáculo O Auto do Círio em Belém do Pará, trata-se de um estudo realizado sobre a participação dos candomblecistas e umbandistas dentro do espectáculo, assim como os artistas que homenageiam entidades das religiões afro-brasileiras no cortejo dramático. O espectáculo O auto do Círio é um dos maiores cortejos de Teatro de Rua da região amazônica, realizado por artistas das mais diversas linguagens artísticas e tendo a Universidade Federal do Pará como mantenedora. É uma das diversas homenagens à padroeira da cidade de Belém, Nossa Senhora de Nazaré, e que tornou-se em 2004 património imaterial atrelado ao Círio de Nazaré, pelo IPHAN - Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional. O cortejo, desde ser sua primeira formação em 1993, tem dentro de sua estrutura de encenação a participação de religiões afro-brasileiras, como uma das bases para formação do roteiro artístico, partindo como forma de agradecer, de reverenciar e homenagear a virgem de Nazaré por ocasião das festividades do seu Círio.</p> <p>O estudo revela em partes o trajecto do processo criativo dos artistas e visa discutir a partir das criações a importância dessas matrizes religiosas como uma das unidades formadoras de identidade cultural não somente do espectáculo, mas também como identidade de um povo miscigenado por natureza. A investigação parte do diálogo entre directores e pesquisadores que tiveram o espectáculo como objecto de estudo e artistas que fazem o espectáculo, além de um vasto acervo fotográfico, vídeos, artigos de revista e jornal, assim como a vivência do pesquisador inserido no processo de criação artística como director do espectáculo.</p> <p>3. Teresa Matos Pereira - CIEBA/FBAUL - ESELx/IPL, (teresamatospereira@yahoo.com), “Revisitando o arquivo colonial: as artes visuais como espaço de revisão crítica do passado e afirmação de alteridades”</p> <p>Resumo/ Abstract: Mapas, desenhos, fotografias, pinturas, bandas desenhadas ou filmes integram uma imagética da colonialidade que contribui de forma indelével para a construção e sedimentação de percepções, conhecimentos e identidades, através de conteúdos latentes ou explícitos por forma a descrever, interpretar e legitimar a ordem colonial. Este ‘arquivo’ de imagens não deixa de se constituir como uma presença fantasmagórica muito após o desmantelamento do colonialismo - enquanto sistema político-administrativo - sobretudo num plano intersubjetivo da memória e da identidade. Vários são os artistas que desenvolvem os seus projetos a partir da apropriação, leitura e interpretação destas imagens de um passado histórico, procurando refletir, questionar e evidenciar a sua importância quer num plano individual quer coletivo bem como as modalidades de transfiguração e/ou permanência que teimam em assumir - por vezes sob outras ordens discursivas.</p> <p>Nesta comunicação tomaremos como exemplo algumas obras dos artistas angolanos Nástio Mosquito, Délio Jasse ou Kiluanji Kia Henda que explorando e apropriando de modos diversos este ‘arquivo colonial’ desmontam os discursos visuais que suportaram a criação de uma imagem de África (e de inferiorização e estigmatização dos africanos) pela Europa, contrapondo outras dimensões identitárias e desconstruindo, por vezes de forma irónica, os próprios mecanismos de edificação de tais discursos imagéticos.</p> <p>4. Ana Cláudia Mafra da Fonseca, Carla Beatriz Araújo de Oliveira, Eloisa Maria de Faria, Saulo Matheus de Oliveira Cavalcante - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, (anacmafra@yahoo.com.br), “As literaturas africanas e artes visuais: oficinas de tradução intersemiótica”</p> <p>Resumo/ Abstract: O presente artigo tem por objetivo descrever e apresentar o projeto de Extensão ‘Oficinas de tradução intersemiótica: literaturas africanas’, desenvolvido no Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, Natal, Brasil, em 2014, partindo dos estudos literários, mas integrando-os às atividades do Atelier de Artes Visuais do Instituto.</p> <p>O trabalho propõe o uso da tradução intersemiótica como ferramenta de releitura e recriação estética, da escrita literária para as linguagens visuais, tomando como foco temático textos literários diversos de autores africanos, escritos em língua portuguesa. Para tanto, apoia-se nos estudos acerca da tradução intersemiótica, definida como tradução de um determinado sistema de signos para outros sistemas semióticos, estudada por autores como Nelson Goodman, Mario Praz, Júlio Plaza, Solange Oliveira e outros. O percurso metodológico abrange a realização de oficinas de leitura direcionadas às múltiplas possibilidades de leituras interpretativas, tanto em nível coletivo quanto em nível individual. Após as secções de leitura, no decorrer dos encontros, os participantes são conduzidos a dar forma às suas leituras em outros suportes estéticos de linguagem visual, sempre a partir de suas percepções e vivências, por um lado, e de suas habilidades e / ou interesses, por outro.</p> <p>Espera-se, como resultados, contribuir: a) para o ensino das culturas africanas lusófonas, tendo como cerne principal os seus aspectos literários; e b) para o conhecimento, o desenvolvimento e o aprimoramento de habilidades artísticas, através de um</p>

		enfoque multidisciplinar que envolve tanto os estudos literários quanto as artes plásticas, instrumentalizando os participantes com referenciais culturais, históricos, literários e estéticos acerca da temática em foco. Apesar do direcionamento estético da proposta, é importante ressaltar que este projeto, sob enfoque temático nas literaturas africanas, visa, também, o cumprimento da lei 10639/03 que institui a obrigatoriedade, no Brasil, dos estudos africanos nas escolas de ensino fundamental e médio.
--	--	--

Painel Artes e (des)construção de identidades

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Anfiteatro 1.1</p>	<p>Remo Mutzenberg Universidade Federal de Pernambuco-Brasil/ Centro de Estudos Internacionais ISCTE-IUL, Portugal</p> <p>(coordenação e comentários)</p> <p>Luca Bussoti Centro de Estudos Internacionais –ISCTE-IUL</p> <p>(coordenação e moderação)</p>	<p>1. Manoel Sotero e Paula Santana - Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal Rural de Pernambuco, (sotcaio@gmail.com), “Sempre a subir: processos identitários no kuduro angolano” Resumo/ Abstract: Dentre os fenômenos artísticos e culturais que fornecem importantes fontes de apreciação para a compreensão de Angola hoje, surge o Kuduro, um estilo de dança e música nascido em Luanda, nos anos noventa, que se alastrou por meio das migrações e da internet por outros países. Fazer Kuduro representa, para muitos jovens kuduristas, a possibilidade de acessar determinados recursos da vida social: prestígio, sucesso, poder, dinheiro, educação, entre outros [recursos estes distribuídos de maneira desigual na sociedade angolana]. Público e artistas narram e performatizam uma espécie de ‘contra-história’, ressignificando o cotidiano e, especialmente, desconstruindo estereótipos. Em consonância com Hennion (2002), a perspectiva ventilada aqui é que tanto o público quanto os artistas estão simultaneamente construindo suas identidades, e que estas giram em torno de certas práticas artísticas e discursivas. Trata-se de uma construção simultânea de identidades sociais e artísticas que permite o acontecimento musical local e seus desdobramentos na sociedade. Buscamos discutir, portanto, o campo de forças resultante destas músicas produzidas em contextos periféricos-urbanos, evidenciando os processos de identificação, as apropriações tecnológicas e a ação coletiva. Além desse escopo mais geral, pretendemos oferecer uma interpretação sobre como estas práticas musicais/culturais se mantêm fortes mesmo fora do sistema de representação oficial, bem como analisar o processo discursivo em torno da construção de uma auto-identidade positiva, haja vista o estigma que essas práticas e agentes carregam. Em síntese, a proposta de comunicação ambiciona refletir acerca desta construção alternativa de identidade, orientada por uma perspectiva de autonomia, que, para além dos obscurantismos do período colonial e do autoritarismo do pós-independência, termina por problematizar o cotidiano, como também os rumos do país. Para estes objetivos, traremos à baila entrevistas realizadas com kuduristas e produtores em Luanda, assim como as reflexões propostas pelos estudos pós-coloniais aliadas ao debate sobre novas mídias e artefatos culturais na modernidade.</p> <p>2. Luca Bussoti - Centro de Estudos Internacionais –ISCTE-IUL Lisboa, (lbiau@iscte.pt), “Representações da África e do Africano na música italiana contemporânea” Resumo/ Abstract: A África nunca constituiu um dos assuntos privilegiados nas artes italianas, inclusive na música. Entretanto, principalmente desde a época fascista e a ‘era colonial’, ela entrou no panorama musical nacional, sobretudo de forma distorcida e estereotipada. A presente intervenção visa perceber como é que a música contemporânea italiana, mediante a análise do conteúdo dos seus textos, considera a África e o Africano, dividindo idealmente a matéria a ser abordada em duas grandes fases: 1. Período fascista, em que a África é representada como terra de conquista e de heroísmo de uma Itália comprometida com o seu papel civilizador; 2. Período pós-bélico, em que é possível distinguir dois sub-períodos: um primeiro, em que a África e os Africanos, embora esporadicamente, são representados de forma folclórica, de acordo com características basicamente físicas; um segundo, em que - a partir dos anos Oitenta - a África vem assumir duas acepções: por um lado, uma terra ao mesmo tempo longínqua e quimérica, abrigo para fugir à falta de autenticidade moderna; por outro, o africano-imigrado torna-se frequente vítima de episódios de xenofobia ou racismo que é preciso ultrapassar. Em todos os casos a imagem que se transmite reflecte muito mais anseios, sentimentos, representações do que a realidade africana assim como ela é. Do ponto de vista do conteúdo, não é difícil notar uma viragem de um posicionamento abertamente fascista e imperialista a um mais ‘progressista’ da música italiana para com África.</p> <p>3. Cláudia Maisa Antunes Lins, Emília Gonçalves Carvalho, Marcos Gonçalves Cesário - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, (maisantunes@yahoo.com.br), “Mulheres do Samba de Lata da comunidade remanescente de quilombo ? Tijuacu - Bahia - Brasil - Uma leitura pós-colonial comparada às personagens em Mía Couto e Paulina Chiziane” Resumo/ Abstract: Tijuacu é uma comunidade remanescente de quilombo, Bahia - Brasil. Esta comunidade atravessa tempos quebrando o silenciamento e a negação cultural através da dança. O Samba de Lata, uma expressão cultural nascida no cenário das secas e busca de água no Sertão, tornou-se um símbolo de luta que revela o temperamento forte de resistências no contexto histórico colonial e pós-colonial. O samba atravessa gerações e dialoga com a memória e sentimentos de pertencimentos e diásporas. Esta expressão cultural tem presença intensa das mulheres da comunidade, nasce com os homens e depois ‘a mulherada foi tomando conta’ (Dinha - Samba de Lata - Tijuacu). Elas dançam desde pequenininhas; netas, bisnetas e tataranetas do Samba de Lata, dançam, lutam, lideram na comunidade. As mulheres do samba seguram no molejo o cuidado com as crianças, as ilusões e desilusões amorosas, a dor da perda dos filhos e a alegria das conquistas para a comunidade. Debajo do sol do sertão elas traçam seus movimentos nos passos e descompassos no samba e na vida; tentam desviar da dor e segurar a alegria de viver. Sendo O ‘Samba de Lata’, um dos mais belos e fortes movimentos de resistência na diáspora negra do contexto pós-colonial de africanos no Semiárido Baiano, e considerando as personagens do romance Terra Sonâmbula - Mía Couto; Nickette: uma história de poligamia - Paulina Chiziane; A geração da Utopia - Pepetela, onde as mulheres aparecem como personagens capazes de encontrar vestígios de alegrias no sofrimento dos seus cotidianos, propomos a ligação das personalidades das mulheres do Samba de Lata - reveladas em entrevista para este trabalho - às personagens mulheres criadas por estes/as escritores e escritora. Tais romances tornam-se importantes por terem sido escritos em contextos africanos, colonial e pós-colonial, a ligação às mulheres do Samba de Lata possibilitará leituras de identidades no recorte da diáspora negra no Brasil.</p> <p>4. Marina Pereira de Almeida Mello - Facfito/CES/CAPES, (marinamello2000@yahoo.com.br), “Comportamentos dissonantes: gênero, raça e classe nos discursos da imprensa alternativa paulistana (1915-1924)” Resumo/ Abstract: Em um cenário marcado por ideias e ideais pautados pela racialização das diferenças e pelo processo de eugenia e higienização daí decorrente, negros e negras paulistanas, descendentes de escravizados, assumiram discursos e lugares. Tais discursos e lugares, embora de cunho etnicizante não fugiam completamente aos referenciais de ordem, progresso e civilização difundidos e legitimados pela ideologia dominante. Entretanto, a despeito do racismo e do machismo reinantes, é possível perceber nas entrelinhas dos discursos proclamados pela imprensa negra paulistana comportamentos e ideais dissonantes por parte de algumas mulheres negras que, à revelia do desejo de ordenamento, disciplina e adaptação, ousaram celebrar a liberdade nas ruas, festas e bailes promovidos em grande parte por elas dentro das comunidades negras paulistanas. O grande surto imigratório iniciado no final do século XIX, e que atingiu particularmente o estado de São Paulo, transformou substancialmente sua configuração cultural e étnica, propiciando uma interação, ao mesmo tempo profícua e nefasta para os grupos negros, desse momento em diante, numericamente desfasados diante dos brancos europeus e de um eurocentrismo tornado cada</p>

		<p>vez mais incisivo em detrimento das influências africanas, identificadas ao mal, ao mau, ao feio e ao perigoso.</p> <p>Nos jornais da imprensa negra paulistana do período focado, a mulher aparecia apenas de forma subjacente e sempre circunscrita aos papéis idealizados pelo ideal burguês do amor romântico. Percebe-se nos artigos uma constante busca de sincronia entre os cânones celebrados por essa ética e as atitudes destas mulheres, que são o principal alvo de preleções de cunho moral. No entanto, a despeito de todas as tentativas de encarceramento e controle, a presença feminina se fazia imanente à maioria dos eventos promovidos pela imprensa negra paulistana e quase sempre em discrepância com aquilo que lhes era estabelecido.</p>
--	--	--

Painel Arquitecturas de Segurança na África Subsaariana. O papel das Organizações Regionais Africanas na gestão estratégica dos conflitos. Impactos para a segurança regional

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 1.2</p>	<p>Luís Manuel Brás Bernardino Centro de Estudos Internacionais - Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) e CINAMIL – Academia Militar</p> <p>(coordenação e comentários)</p>	<p>1. Eugénio Costa Almeida - Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL, (elcalmeida@gmail.com), “O papel de Angola como vértice do eixo centro-austral de África. Contributos para a segurança regional” Resumo/ Abstract: A política de defesa regional da África central assenta primordialmente num triângulo organizacional estratégico composto pela Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), pela Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e pela Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL). Angola está presente nestes três centros decisórios, sem descurar a sua vertente austral, onde assume papel de relevo na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). A comunicação proposta pretende analisar o papel de Angola como vértice das relações político-militares na África Subsaariana.</p> <p>2. Manuel Correia de Barros - Centro de Estudos Estratégicos de Angola, (mancobar62@yahoo.com), “Será que existe uma Arquitectura de Paz e Segurança na África Subsaariana?” Resumo/ Abstract: Arquitectura de Paz e Segurança na África Subsaariana. Será que existe? Ou existirão várias arquitecturas? Se sim, servem que interesses? Interesses africanos ou de outros? A globalização do mundo não significa uma globalização dos problemas desse mesmo mundo. Em cada continente existe uma ou mais realidades que exigem soluções específicas. A solução de um, pode não ser a solução do outro, porque as realidades iniciais eram diferentes. Às vezes os interesses dos ‘outsiders’ impunham a solução, esquecendo ou desprezando a realidade daquele que diziam ajudar. A influência externa sempre foi enorme e a tentação de utilizar as suas soluções muito pesava e pesa nas decisões dos governos africanos. Os falhanços que se seguiram levaram a testar outras ideias. Às vezes escolhendo outro modelo, também não adaptável, mas em casos caminhando na direcção certa. Obviamente que isto não significa deitar fora toda a ajuda que possa vir do exterior. Há é que melhor a utilizar. As experiências têm sido muitas e de todos os tipos. As lições a tirar dos sucessos mas também dos falhanços. Se algumas vertentes dos processos de paz estão encaminhadas para o sucesso, outras há que estão ainda longe disso. Na minha intervenção será salientada a segurança marítima. Como se articula a segurança na África Subsaariana? Os mecanismos criados pela União Africana e as suas vantagens em relação à situação vivida no tempo da OUA. Como funciona. O que está bem, o que falta corrigir. Exemplos da Somália e da Líbia. A adaptação das Comunidades Regionais à nova situação. CEEAC e CEDEAO, principalmente SADC e da África Sul e Angola. Como melhorar este estado de coisas. O papel de África, da UA, o papel das CR’s, dos Estados, de Angola. Mas também o papel de outros parceiros.</p> <p>3. José Palmeira - Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais - Universidade do Minho, (palmeira@eeg.uminho.pt), “Potencialidades do eixo Luanda-Brasília na segurança regional” Resumo/ Abstract: O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975. Os dois países integram a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), lançada em 1986, e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada uma década mais tarde [1996]. Angola e o Brasil estão regionalmente inseridos na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e no Mercado Comum do Sul (Mercosul), respetivamente, e têm em comum um crescimento económico significativo nos últimos anos. Pelo seu potencial, manifesto ou latente, o eixo Luanda-Brasília reúne condições para poder desempenhar um papel de ponte entre os dois continentes, designadamente no plano da cooperação regional e no domínio da segurança. O objetivo deste trabalho é analisar esse potencial numa perspectiva geopolítica, atendendo, em particular, ao contributo que os dois países lusófonos poderão dar à paz e segurança no Atlântico Sul, em geral, e na África Austral, em particular. Palavras-chave: Angola, Brasil, segurança regional.</p> <p>4. Luís Manuel Brás Bernardino - Centro de Estudos Internacionais - Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL), (bernardino.lmb@hotmail.com), “A Estratégia Marítima Integrada de África 2015. Uma nova dimensão para a Segurança Marítima Africana” Resumo/ Abstract: A temática da segurança marítima em África tem constituído preocupação dominante no continente e no mundo, pois a segurança em terra depende da segurança no mar, e o desenvolvimento sustentado no continente depende da segurança cooperativa regional. Esta relação estratégica, algo fragilizada na dimensão da segurança marítima, levou os políticos, investigadores e outros, a reflectirem sobre a necessidade de se criar uma Estratégia Marítima Integrada para África. Neste contexto, sob o sugestivo lema “Juntos vamos navegar o futuro”, começou a ser idealizada no início de 2012, a designada ‘Estratégia Marítima Integrada de África 2050’, documento estratégico para a Segurança Marítima Africana que procura, numa primeira instância, contribuir para melhorar a coordenação e a operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança África, essencialmente da sua componente naval e na sua missão de contribuir para a segurança marítima do continente. Esta comunicação, apostando numa perspectiva teórico-conceitual crítica e prospectiva, elabora sobre a Estratégia Marítima Integrada de África 2050 e aponta os principais aspectos que terão consequências para a Segurança Marítima Africana no futuro.</p>

Painel Arquitecturas de Segurança na África Subsaariana.

O papel das Organizações Regionais Africanas na gestão estratégica dos conflitos. Impactos para a segurança regional

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p style="text-align: center;">2ª Sessão</p> <p style="text-align: center;">11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p style="text-align: center;">16h30-18h30</p> <p style="text-align: center;">FEUC Sala 1.2</p>	<p style="text-align: center;">Luís Manuel Brás Bernardino Centro de Estudos Internacionais - Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL) e CINAMIL – Academia Militar</p> <p style="text-align: center;">[coordenação e comentários]</p> <p style="text-align: center;">Francisco Proença Garcia ISCTE – IUL e U. Católica</p> <p style="text-align: center;">[moderação]</p>	<p>1. Daniela Nascimento, Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, (danielan@fe.uc.pt), “Responsibility to Protect and the African Union: assessing the AU’s capacity to respond to regional complex humanitarian and political emergencies?” Resumo/Abstract: Despite its many institutional and political weaknesses and limitations, the African Union (AU) has been developing a variety of tools and mechanisms to respond effectively to complex disasters and emergencies (both natural and man-made) by building up a comprehensive regional security architecture. Furthermore, it has become the first and only regional or international organization recognizing the principle of responsibility to protect (R2P) in its Constitutive Act, as defined in the 2001 Report from the International Commission on Intervention and State Sovereignty. This regional approach and formal endorsement of the R2P principle render it a particular place in the promotion of peace and security in its area of actuation. This paper aims at critically assessing the effectiveness of the AU in the African continent by exploring its real capacity in preventing and responding to emergencies and violent conflicts and therefore in rendering the principle of R2P operational. The paper argues that not only the formalization of principles does not necessarily mean their effective implementation, as well as that the organization’s application of the R2P principle is very much conditioned by internal and external factors.</p> <p>2. Darío López Estévez - Instituto de Estudos Estratégicos de Espanha, (dar.lopezestevez@gmail.com), “O papel da UA e a IGAD na resolução das questões pendentes entre o Sudão e o Sudão do Sul. Dimensão e natureza das problemáticas intersudanesas depois da escisão nacional” Resumo/Abstract: A independência do país mais novo do mundo adveio sem que as principais questões comuns fossem resolvidas. A demarcação da fronteira, a soberania de certas regiões, a interdependência económica, a repartição da dívida comum e as conexões entre grupos rebeldes e Forças Armadas de ambos lados da enevoada fronteira se acharam entre as causas que levaram à guerra as duas nações irmãs poucos meses após a secessão do Sul. Mais uma vez, a importância do papel da União Africana e da Autoridade Intergovernamental da África Oriental (a IGAD), viu-se confirmada pela sua rápida intervenção no conflito. A estreita colaboração entre as duas principais organizações regionais presentes no Corno da África reflete-se na formação de comités bipartidos e tripartidos, painéis de alto nível, grupos de expertos e na delineação de propostas de segurança que, mesmo aos poucos, têm conseguido reduzir o impacto dos problemas que ainda hoje fazem flutuar demais as relações bilaterais entre ambos os estados. A pertinência do lema “problemas regionais, soluções regionais” evidencia-se nos canais de intervenção das Nações Unidas nesta ignescente zona, que não podem prescindir da União Africana. Ao longo desta comunicação, analisar-se-ão os numerosos meios e recursos empregados pela UA e o IGAD na resolução das questões pendentes entre o Sudão e o Sudão do Sul especialmente no que concerne a demarcação da fronteira e ao status da região fronteiriça do Abyei, uma área petrolífera de extrema importância estratégica. Não só isso, aprofundar-se-ão também os atores secundários e a complexidade dos fenómenos que entravam a estabilização da região, um objetivo que parece ainda muito longe de se concretizar, mas ao qual não se pode renunciar.</p>

**Painel Colonialism and post-colonialism in the construction of African countries:
scientific discourses, cultural diversity and transnationality**

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p align="center">2ª Sessão</p> <p align="center">11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p align="center">16h30-18h30</p> <p align="center">FELUC Sala 1.3</p>	<p>Ana Lúcia Sá Centro de Estudos Internacionais - ISCTE- IUL</p> <p>(coordenação e comentários)</p> <p>Yolanda Aixelà Barcelona, IMF, CSIC</p> <p>(coordenação e moderação)</p>	<p>1. Catarina Antunes Costa - Universidade do Porto, Faculdade de Letras, [caterina.antunes.costa@gmail.com], “O Instituto Moçambicano construtor da identidade do Moçambique independente e das suas elites políticas” Resumo/ Abstract: Em 1964 é fundado o Instituto Moçambicano sob a chancela da FRELIMO, com o objectivo de promover a educação e saúde dos refugiados da guerra de libertação de Moçambique. Recolheu inúmeros apoios humanitários e colocou os estudantes em algumas das melhores universidades da época, formando os líderes do Moçambique actual. Fundado na Tanzânia e com o apoio do governo tanzaniano, em Dar es Salaam, o Instituto Moçambicano tinha como objectivo promover a educação e saúde dos refugiados da guerra de libertação de Moçambique. Sob a direcção de Janet Mondlane, mulher do primeiro presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, esta instituição de assistência começou por ter como principal função a educação, enquanto escola secundária, dos jovens refugiados, preparando-os na militância pela causa da libertação e favorecendo o seu prosseguimento de estudos além fronteiras de forma a preparar quadros para o Moçambique independente, acabando por se tornar também na grande angariadora de fundos e condições para que a luta armada prosseguisse, permitindo quer aos guerrilheiros, quer às suas famílias as melhores condições de vida possíveis nos campos de treino e nas zonas libertadas. Com uma grande rede de contactos internacionais, onde se contam Estados Unidos da América, URSS, China, Holanda, Noruega e Suécia entre outros países, o Instituto Moçambicano conseguiu levar a guerra de libertação além fronteiras, recolhendo inúmeros apoios humanitários e colocando os seus estudantes em algumas das melhores universidades da época. Actualmente a grande parte dos líderes políticos e administrativos moçambicanos com mais de 50 anos passou pelo Instituto Moçambicano, trazendo assim para a actualidade a memória e o trabalho de uma instituição que formou jovens até ao início da década de 70, mas cujo trabalho humanitário continuou até ao Moçambique independente, herdeiro de uma matriz identitária comum aos objectivos da instituição.</p> <p>2. Livia Jiménez Sedano - INET-MD Universidade Nova de Lisboa, [lvijajs@hotmail.com], “Africanidades incorporadas nas discotecas africanas de Lisboa: a pista de dança como livro de história das relações entre África e Portugal” Resumo/ Abstract: Esta proposta faz parte dos resultados do projecto de posdoc ‘Etnicidades dançantes num mundo social transnacional’. A base do trabalho é uma etnografia multisituada elaborada entre setembro de 2013 e maio de 2014 numa série de contextos diversos de dança social denominada ‘africana’ pelos protagonistas: principalmente kizomba, semba, coladera e afrohouse. A observação participante em discotecas, escolas de dança e associações foi complementada com entrevistas a donos e gerentes de discotecas e clubes, relações públicas, DJs e frequentadores. O objetivo deste trabalho é propor uma leitura antropológica da pista de dança como se for um livro de história. Desde um marco teórico antropológico, o corpo pode ser visto como livro de história (Honorio Velasco) e como arquivo (André Lepecki). Situada neste ponto de vista, a evolução dos acontecimentos históricos e das relações interétnicas vai dando forma ao movimento dos corpos; fica arquivada, gravada, neles. O desafio é sermos capazes de ler a história que narram os corpos dançantes. A primeira tarefa foi reconstruir a história dos locais de música africana para dançar em Lisboa a partir do ano 1975 e situá-la no contexto mais amplo de transformações políticas e económicas deste período. A partir deste trabalho, podemos fazer uma análise comparativa de diversas africanidades que se constroem em contextos de dança social em Lisboa em perspectiva histórica: desde uma africanidade fuleira e perigosa nos 70 até uma nova africanidade cool nos 80 e uma africanidade tribal, exótica e espiritual nos 90; desde uma africanidade-irmandade comum construída no processo migratório até uma africanidade-producto de mercado criada a partir dos 90 graças ao sucesso nacional e internacional da kizomba; e finalmente uma africanidade global, transnacional, moderna e fluida do afrohouse em contraste com uma africanidade de resistência que procura delimitar o que é verdadeiramente autêntico e ‘africano’ na kizomba e na semba.</p> <p>3. Gustavo Santana Miranda Brito - Basileu França, Goiânia, Brasil, [gucceaux@yahoo.com.br], “Great Houses of Stone - The Land, the Body and the Memory in Chenjerai Hove's Fiction” Resumo/ Abstract: The present dissertation will analyze the relations established between the Body, the Land and the Memory in three novels of the Zimbabwean poet and novelist Chenjerai Hove, Bones (1988), Shadows (1991) e Ancestors (1996). The study of the novels revealed the deep relation that the natives of Rhodesia, nowadays called Zimbabwe, had with their lands and their ancestors. The objective of this paper is to present the profound changes that happened in the culture of the Shona ethnic after the arrival of the colonizers and the missionaries in the end of the XIX. The perspective adopted to this critique, observes in each of the novels the characters’ native bodies in a intense struggle between two misbalanced forces that used to be the fundamentals of the ancient Zimbabwean reality. In one side there is the Land, considered holy by its mystical aspect. The Land carries the umbilical cords of every newborn and the bones of all deceased, and it is the home of the ancestors, called Pasi. In the other side rest the Ancestors, responsible for the accumulation of knowledge. The Ancestors represent the collective memory of Shona people; they connect the individuals to nature due to their transcendence. With the Ancestors each Shona can talk to the land and be heard through the religious ears of their ancient fathers. However, when the colonizers arrived, called those without knees because of their pants, they imposed, with violence, a whole new culture to that ancient model of existence. This work will evaluate the consequences of the imposition of the colonizer’s culture, present in every page of each novel; what caused the loss of local religious traditions, deeply rooted moral behaviors, farming techniques and so many other aspects of the colonized culture.</p>

Painel Estéticas do hip-hop no espaço lusófono: resistências, conquistas e identidades		
Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 2.2</p>	<p>Redy Wilson Lima CEAH-INEP; NETCCON/URFJ</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Miguel de Barros CEsA/ISEG-UTL; ISCJS</p> <p>(coordenação e comentários)</p>	<p>1. João Lindolfo Filho - PUC-São Paulo, (jlindolfo@hotmail.com), “Tribos Urbanas Blacks São Paulo, Lisboa e Paris: Produções Culturais, Identidades, Políticas Públicas, Controle Social e Genocídio. Uma Análise Comparativa dos Alcances e Limites No Mainstream”</p> <p>Resumo/Abstract: A pesquisa tem como objetivo principal o levantamento e análise de Tribos Urbanas Blacks de São Paulo, Lisboa e Paris. Em conformidade com Michel Maffesoli, as Tribos Urbanas constituem-se em microgrupos de sociabilidades que se originam em meio à massificação e ao individualismo que marcam as sociedades pós-modernas e, nesta pesquisa, utilizamos o termo Blacks, para designar que serão priorizados os grupos compostos por jovens afro-brasileiros, afro-portugueses e afro-franceses das metrópoles em foco.</p> <p>Esta análise visa identificar nos jovens dessas Tribos Urbanas aspectos de suas identidades, convivências quotidianas, organização interna, visões de mundo, produção cultural, relações com o hip hop, com a luta dos negros por direitos e com a escola formal, alternativas de formação e de informação, estratégias de sobrevivência, suas possíveis influências observáveis na metrópole, entre outras particularidades inerentes a esses grupos. Interessamos também saber o tipo de relação que os elementos dos grupos estabelecem com as suas origens africanas, ou seja, se por intermédio dos parentes, e/ou mesmo por uma ancoragem imaginária a uma África mítica, como no conhecido e curioso caso do Presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, conforme descrito em seu livro <i>A Origem dos meus Sonhos</i>. E quanto ao governo, tentar identificar a existência de um controle social e/ou de políticas públicas de inclusão, ação afirmativa e participação social desse contingente que, nos parece, alimentam sentimentos de serem marginalizados, tendo em vista que no Brasil apesar das conquistas de implantação de algumas Políticas de Ação Afirmativas o Movimento Negro e os hip hoppers denunciam a existência de um genocídio programado em curso, em Lisboa frequentemente surgem notícias de espancamentos e mortes cometidos pela poder público e em Paris, desde 2005, quando um jovem afro-francês que estava sendo perseguido pela polícia morreu eletrocutado, todos os anos, na mesma data, num bairro da periferia de Paris, Clichy, os jovens têm-se manifestado queimando automóveis, em memória da tragédia ocorrida em virtude da falta de compreensão e dissonância no comportamento das partes envolvidas. Posteriormente, se procederá a uma comparação desses resultados com observações elencadas sobre o quotidiano dos jovens destas Tribos Urbanas Blacks nestas metrópoles, aspectos de suas identidades, seus movimentos culturais e políticos, verificando possíveis aproximações com as demandas públicas propostas no recém-promulgado ‘Estatuto da Igualdade Racial do Brasil’, que só se tornou possível por pressão incansável do Movimento Negro brasileiro, cujos pilares foram fundados na Carta da Declaração Universal dos Direitos Humanos que, evidentemente, é regida pelos ideais de Liberté, Igualité, Fraternité que, por seu turno, compõem a Constituição francesa.</p> <p>2. Jaqueline Lima Santos – UNICAMP, (santos.jaquelinelima@gmail.com), “A cultura Hiphop e a produção de cenas locais em contextos pós-coloniais de países de língua oficial Portuguesa: Angola, Brasil e Moçambique”</p> <p>Resumo/Abstract: Esta pesquisa visa investigar, em meio as práticas da cultura Hiphop, narrativas juvenis em contextos pós-coloniais de países de língua ‘oficial’ portuguesa. O Hiphop como fenômeno global tem produzido, especialmente entre comunidades marginalizadas, cenas locais, e a hipótese desta pesquisa é que tanto no Brasil, Portugal e PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) estão sendo construídos, por meio dele, discursividades pautadas na história, realidade cotidiana e novas expectativas de vida, estas que desestabilizam ideias como raça, identidade e nação e desmontam concepções sobre o colonialismo português. Tendo como sujeitos articulações locais, como a ‘Universidade Hiphop’ em Luanda, Angola, a ‘Universal Zulu Nation’ em São Paulo, Brasil, e o ‘Siderurgia Hiphop’ em Maputo, Moçambique, o objetivo desta investigação é compreender os sentidos e agências que são construídos por meio desse movimento, bem como as possíveis conexões entre seus praticantes nos três países. Por meio dessas organizações busco traçar trajetórias de jovens Hiphoppers e analisar como os mesmos sobrepõem seus estilos de vida e identidades aos operadores ideológicos da colonização ainda vigentes, e como suas experiências em contextos marcados por ideologias como ‘democracia racial’ e ‘lusotropicalismo’ se aproximam.</p> <p>3. Kyoma Oliveira Wallace de Deus - Universidade Federal Fluminense (UFF), (kyomaoliveira@gmail.com), “Música e Mediação: uma análise acerca do rap santomense”</p> <p>Resumo/Abstract: Esse trabalho busca, à luz do rap santomense, analisar a atuação política dos agentes sociais no campo cultural na ilha africana de São Tomé, tema que despertou ampla discussão no período de desenvolvimento de um trabalho brasileiro de cooperação. Através dos encontros com agentes e das experiências vivenciadas no campo social, inúmeros caminhos, discussões e conflitos vieram à tona em um trabalho etnográfico realizado em uma expedição na África. O processo de pensar a realidade que nos cerca através de diferentes meios de expressão é fulcral para uma melhor compreensão dos embates existentes no campo social. Desta forma, encarando a música como um espaço de complexificação e proposição dentro desse campo, a experiência com a música urbana santomense evidencia a capacidade do artista de pensar e agir na sociedade e expor sua visão de mundo através da sua produção cultural. Nos debruçando sobre a atuação do rapper e mediador cultural Killa-Z, analisaremos o potencial musical e poético de suas músicas e o potencial de capilaridade que sua mensagem atinge por estar conjugada à estética hip hop.</p> <p>Em segundo plano, levando em consideração a co-emergência das línguas existentes na ilha africana, perceptíveis não só no processo de produção musical, mas também em nosso período de estadia em terreno, analisaremos ao longo desse trabalho os embates lingüísticos e a maneira com que os significados culturais são cunhados nos interstícios dessas disputas. Para dar conta desse trabalho conceitos como o da mediação, hibridação, fluxos, fronteiras, pós-colonialismo e saberes globais se farão presentes para uma melhor análise da potencialidade do rap nos processos de resistência, identidade e significação cultural.</p>

Painel Estéticas do hip-hop no espaço lusófono: resistências, conquistas e identidades		
Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Sala 2.2</p>	<p>Miguel de Barros CEsA/ISEG-UTL; ISCJS</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Redy Wilson Lima CEAH-INEP; NETCCON/URFJ</p> <p>(coordenação e comentários)</p>	<p>1. Frank Markon e Florival de Souza Filho - Universidade Federal de Sergipe, (marconfrank@hotmail.com), “Atuação Política, Estética e Estilo de Vida de Jovens do Hip-Hop em Sergipe”</p> <p>Resumo/Abstract: Propomos analisar as relações existentes entre as formas de estética cultural da juventude ligada ao hip-hop e a atuação política de alguns deles na articulação coletiva das chamadas posses em Sergipe - Brasil. Percebemos que é relativamente recente a participação política de jovens ligados a este tipo de movimento cultural no cenário político brasileiro e dos países africanos e estamos interessados em compreender: como isto acontece? Quem são estes protagonistas? Quais as formas e as prioridades desta articulação? Bem como, procuramos demonstrar como algumas expressões culturais juvenis estão se tornando uma característica do protagonismo das juventudes no cenário contemporâneo no Brasil. Realizamos a pesquisa privilegiando a observação participante junto a alguns coletivos de hip-hop, assim como gravando entrevistas com alguns dos jovens de posses envolvidas com partidos políticos.</p> <p>2. Otávio Raposo - CIES-ISCTE/IUL, (raposao78@gmail.com), “Aqui é tudo junto e misturado. Estética e identidade entre os b-boys de uma favela carioca”</p> <p>Resumo/Abstract: O movimento hip hop constitui um ótimo meio de institucionalização das etnicidades dos setores mais oprimidos. Fortemente associado a uma cultura negra transnacional, o hip hop é conhecido mundialmente por carregar consigo noções etnicizantes que advêm do seu processo de culturalização. Sem descurar as características de hibridez, pluralidade e impureza que sempre acompanharam este fenómeno cultural, não se deve menosprezar o movimento cultural e político desenvolvido pelos artistas do hip hop no combate ao racismo e por melhores condições de vida. Daí ser comum a grupos de praticantes utilizar as suas expressões artísticas para afirmar identidades étnico-raciais, enquanto denunciam uma vida de opressão. Este não era o caso dos dançarinos de break dance das favelas da Maré (Rio de Janeiro), cuja relativa indiferença aos problemas associados à cor da pele demorei a compreender.</p> <p>O break dance não era apropriado por estes dançarinos como modo de afirmação da negritude, nem tampouco faziam do estilo um instrumento de luta contra o racismo, assunto raramente debatido entre eles. Surpreendeu-me o facto de muitos daqueles que se autodefiniam como negros não assumirem a ascendência africana. A identidade negra que construíam era destituída da orientação para um passado mítico ou da sensação de partilhar uma comunidade de parentesco. Inúmeras vezes ouvi os b-boys da Maré dizerem ‘aqui é tudo junto e misturado’, e nas entrevistas realizadas havia uma clara exaltação de um Brasil mestiço. Contrariavam os ideais de pureza ao engrandecerem a miscigenação e hibridez de que todos os brasileiros seriam, supostamente, herdeiros, uma perspectiva que também expressava a vontade de viverem numa sociedade menos preconceituosa e mais justa. Não obstante, b-boys e b-girls mobilizavam uma estética negra através da roupa e penteados ‘afro’, apropriando-se do hip hop como forma de reclamar direitos e subverter o baixo estatuto a que eram associados.</p> <p>3. Charlotte Lejoly - Université Catholique de Louvain, (charlotte.lejoly@student.uclouvain.be), “Gueto, rap e resistência em Cabo Verde”</p> <p>Resumo/Abstract: Le «ghetto» de Praia et de Mindelo, comme ses habitants le nomme, sont ces lieux ambigus, scènes de violents spectacles de guerres urbaines, de prostitution, de trafic de drogue et de grande précarité, mais ceux-ci sont aussi ces lieux où du rien se crée le tout. Être du ghetto est une chaîne de plomb et une fierté à la fois. Être enfant du ghetto, un «soldier», être «street», rappeur ou encore gangster, c’est avoir la force de défier un système qui tente de maintenir à l’écart, exclure et écraser. C’est se révolter, c’est prendre les devants et s’opposer, exprimer. À travers la parole du rap conscient, du rap de contestation ou du gangsta rap, nous sommes invités à repenser le système politique, social, économique et juridique local et international, les logiques de colonisation et de domination. Le ghetto est alors le produit du processus d’une pensée politique et intellectuelle issue sans doute d’un héritage colonial. Par un travail de terrain de près d’un an au Cap-Vert, dans les villes quartiers socio-économiquement mis à la marge de Mindelo et de Praia, c’est la voix du rap, la vision du monde des ghetto man, de ceux qu’on appelle les bandido, de ceux qui tentent de se frayer une place dans une société les rejetant, que j’ai écouté, observé et questionné. Et l’expression artistique a ici un rôle moteur à jouer.</p>

Painel Genealogias, trânsitos e percursos no lusotropicalismo

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 2.3</p>	<p>Pedro Schacht Pereira Department of Spanish and Portuguese, The Ohio State University, USA</p> <p>(coordenação)</p> <p>Cláudia Castelo CIHCT – Universidade Nova de Lisboa</p> <p>(moderação)</p>	<p>1. Cristiana Bastos - Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais, (bastoscristiana@gmail.com), “Genealogias em choque: quando ser português não era mesmo nada lusotropical” Resumo/ Abstract: Respondendo ao desafio do painel ‘Genealogias, trânsitos e percursos do lusotropicalismo’, proponho trazer para a discussão elementos que resultam de um trabalho analítico em curso sobre as genealogias contraditórias do lusotropicalismo e as racializações associadas à expressão do nacionalismo português em situações de tensão (de império, de fronteira, de migração). Preliminarmente explorado em ‘um lusotropicalismo às avessas’, com referências à análise racializada dos eurafricanos por um médico-antropólogo goês, este trabalho segue curso com as reacções à caracterização da ‘africanidade’ dos portugueses da Nova Inglaterra por parte de um sociólogo norte-americano nos anos 1920; ao africanizar os portugueses das comunidades que descreveu, o autor gerou uma onda de repúdio que incluiu uma manifestação pública em New Bedford com mais de seis mil pessoas e pedidos formais à comunidade científica portuguesa para fundamentar uma refutação. Nos bastidores desta manifestação podemos desvelar complexas teias genealógicas do que veio a ser, em inversão, a vulgata lusotropical.</p> <p>2. Marcos Cardão - Instituto de História Contemporânea (IHC-FCSH-UNL), (marcos.cardao@gmail.com), “O lusotropicalismo na cultura de massas (1960-1974)” Resumo/ Abstract: Assente num conjunto de pressupostos históricos e lugares comuns sobre o carácter dos portugueses, o lusotropicalismo foi indispensável para a sobrevivência da «comunidade lusiada» nas últimas décadas do regime autoritário. Este modo particular de reinterpretar a história da colonização portuguesa ganhou consistência na década de 1960, quando uma série de acontecimentos prosaicos ajudou a promover a ideia de que Portugal era uma unidade politicamente homogênea, pluricontinental e multirracial. Nesta apresentação pretende-se mapear os acontecimentos que banalizaram o luso-tropicalismo fora do campo institucional, bem como discutir a contingência das suas representações. O objectivo é identificar, por um lado, os acontecimentos que contribuíram para naturalizar o luso-tropicalismo na cultura de massas e, por outro lado, assinalar o alcance limitado das suas figuras.</p> <p>3. Pedro Schacht Pereira - Ohio State University, (pereira.37@osu.edu), “Jaime Cortesão, Hegel e a genealogia excecionista do lusotropicalismo” Resumo/ Abstract: Em anos recentes o discurso lusotropicalista tem sido alvo crescente de escrutínio crítico em estudos na sua grande maioria provenientes da área da História e das Ciências Sociais. Em Portugal tem-se prestado atenção especialmente às dinâmicas de apropriação do pensamento de Gilberto Freyre pela política colonial do Estado Novo, mas algumas propostas têm também sido avançadas no sentido de considerar uma genealogia discursiva que teria a sua ancoragem no Portugal tardo-oitocentista e não no Brasil dos anos 30. Nesta comunicação pretendo demonstrar que muitos dos tropos que irão informar o discurso de Freyre (e o discurso estadonovista subsequente) encontram-se já em textos portugueses e estrangeiros referentes à realidade colonial brasileira nas vésperas da independência, nos quais se ensaiam argumentos de resposta à pressão abolicionista então exercida sobre Portugal pelo império britânico. Na transmissão desses argumentos desempenharam um papel importante textos de Hegel e do historiador português Jaime Cortesão, que serão também objeto de análise nesta apresentação.</p> <p>4. Kristina Soric - Ohio State University, (soric.l@osu.edu), “Desmentindo o discurso lusotropical na África portuguesa de Tabu, de Miguel Gomes” Resumo/ Abstract: Apesar do sucesso crítico e popular de Tabu, estreado em 2012 pelo realizador Miguel Gomes, vários críticos consideram o seu retrato do colonialismo português na África como uma idealização do passado imperial. No entanto, para um espectador que conheça a história portuguesa e os discursos que a rodeiam, o filme representa claramente as contradições da ideologia lusotropical e os seus precursores que têm informado a imagem oficial e popular para com o império desde os seus começos. Esta apresentação explorará o desenvolvimento da crítica do lusotropicalismo implícita no filme ao longo da história que abrange e a sua persistência na sociedade contemporânea de Portugal. Tabu, que retrata três épocas distintas da presença portuguesa em África a partir da ocupação efetiva do século XIX, começa por demonstrar a discrepância entre a missão civilizadora apregoada por Portugal no cenário imperial europeu e a realidade das suas políticas e atitudes nas colónias e para com os seus nativos. O filme muda então para os últimos anos da ditadura e do império, quando a mesma visão excecionista, adoptada e elaborada por Gilberto Freyre na primeira metade do século XX, é apropriada pelo regime para justificar a presença portuguesa em África. Em face da postura de tolerância e igualdade racial exibida pela ditadura, Tabu demonstra através dos seus protagonistas um mundo de privilégio branco sustentado à custa dos direitos dos africanos, que desmente o discurso oficial da benevolência do colono português e a integração dos africanos na cultura hegemónica das colónias. Por fim, o filme representa as atitudes e desigualdades residuais deste sistema na sociedade contemporânea de Portugal em que, apesar da crença ainda muito difundida da falta do racismo no país que se baseia nas ideias lusotropicalistas, as populações imigrantes das ex-colónias sofrem de disparidades económicas e institucionais por causa do racismo remanescente.</p>

Painel Genealogias, trânsitos e percursos no lusotropicalismo

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p style="text-align: center;">2ª Sessão</p> <p style="text-align: center;">11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p style="text-align: center;">16h30-18h30</p> <p style="text-align: center;">FEUC Sala 2.3</p>	<p>Pedro Pereira Department of Spanish and Portuguese, The Ohio State University, USA</p> <p style="text-align: center;">(coordenação)</p> <p>Ciúdia Castelo CIHCT – Universidade Nova de Lisboa</p> <p style="text-align: center;">(moderação)</p>	<p>1. José Flávio Pimentel Teixeira - Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Arqueologia e Antropologia, (jpim Teixe@gmail.com), “Olhar português em África” Resumo/ Abstract: Abordo os efeitos pragmáticos, nos âmbitos académicos e da ‘indústria do desenvolvimento’, da mundivisão lusófona entre os praticantes portugueses de ciências sociais em terrenos africanos, antigas colónias portuguesas. Questão articulada com o actual período, potencialmente indutor de extroversão desse universo por via de imigração. Essa mundivisão é entendida como refração do lusotropicalismo de Freyre, retrabalhada no Estado Novo tardio, mas também inserida num feixe de reflexões sobre a identidade portuguesa, oriundas de XIX. Este conglomerado lusófono surge transversal, explícito ou implícito, aos nichos ideológicos e aos âmbitos laborais na sociedade portuguesa. Alimenta e reproduz pressupostos empiricistas e culturalistas sobre as realidades societais africanas, nisso surgindo como factor de incompreensibilidade. Servindo ainda para reproduzir o mito das vantagens comparativas do ‘olhar’ lusófono (aliás, português). São reconhecidos (e sintetizados) dois pólos fundamentais da sua verbalização: o ‘eixo saudoso’, ligado a uma visão positiva do legado da missão civilizadora colonial e a uma visão negativa dos processos nacionais pós-coloniais, que assim surgem como dotados de dinâmicas sociais endocentros; e o ‘eixo esperançoso’, ligado a posições putativamente solidário-libertárias, ligadas a uma visão negativa desses processos, entendidos como globalizados. Questão crucial é a dimensão epistemológica deste contexto. Ou seja, como este discurso lusófono, dadas as suas referidas bases culturalistas e empiricistas, se articula com as práticas patrimonialistas académicas (mas também institucionais), a nível colectivo e individual. Com efeito, a articulação destas duas características dos discursos analíticos potencia as formas de apropriação de ‘terrenos’, sob o dogma da empiria havida, demonstrando como as metodologias assumidas se articulam com as práticas de absorção e retenção de recursos, económicos e estatutários.</p> <p>2. Alberto Oliveira Pinto - Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (alberto.o.pinto@gmail.com), “Filha de Branco de Reis Ventura: uma metáfora literária da Angola colonial em 1960 segundo a recente lição lusotropicalista” Resumo/ Abstract: Em 1960, um ano antes de rebentar a Guerra da Independência de Angola, são publicadas duas obras da literatura colonial portuguesa sobre Angola com o mesmo título, Filha de Branco: um conto de Lília da Fonseca (Benguela, 1916 - Lisboa, 1992) e um romance de Reis Ventura (Chaves, 1910 - Oeiras, 1988). Embora em ambas o título pretenda ser uma metáfora da Angola colonial, privilegiaremos a análise do romance de Reis Ventura, onde é muito evidente a súbita apropriação ideológica da recente lição lusotropicalista de Gilberto Freyre, quer na sua viagem de 1951/52 pelo ultramar português, quer sobretudo no seu livro Aventura e Rotina (1954). Narrando a vida de uma angolana filha de um comerciante português e de uma quitandieira cabindense, Filha de Branco de Reis Ventura evidencia quatro aspectos relevantes da visão freyreana sobre Angola e os Angolanos como produtos de uma pretensa colonização exemplar portuguesa: a exaltação da miscigenação e do catolicismo na personagem protagonista; a chamada ‘democracia racial’ nas descrições da cidade de Luanda; finalmente, a argumentação do anti-racismo português pela via da condenação dos métodos da colonização belga no Congo e das movimentações independentistas da ABAKO na cidade de Léopoldville (futura Kinshasa) nos anos de 1950.</p> <p>3. Sueli Saraiva - Universidade Federal do Ceará /CAPES, (suelisaraiva@uol.com.br), “Lusotropicalismo transatlântico: história, política e memória no contexto moçambicano” Resumo/ Abstract: Contraditório de nascença, o discurso abarcado sob o mantra do lusotropicalismo pelo brasileiro Gilberto Freyre pretendia, em geral, resguardar a “grandeza” de Portugal, ao mesmo tempo em que ‘condenava o racismo e exaltava a miscigenação’ (Cabaço, 2009). Considerado uma incontornável reflexão sociológica sobre a ex-colónia portuguesa na América - tanto pela primazia em focar o negro como indivíduo quanto pela falsa acomodação racial subjacente -, esse discurso atravessou o Atlântico para servir a uma causa que, na essência, repudiava aquilo que o pensamento freyreano supostamente coroa: a positividade da miscigenação. Mas, por necessidade de um império moribundo no mundo pós-guerra, a apropriação política de tal ideologia ganhou forma e conteúdo nos últimos anos da colonização portuguesa na África, integrando a política fascio-imperialista com a visão algo complacente de Freyre sobre ‘o mundo que o português criou’ (Freyre, 1951). Esta comunicação põe em perspectiva, pelas lentes da ficção com compromisso de crítica, a ambiguidade (ou inverossimilhança) entre as teorias tropicalistas de Freyre e as chamadas ‘reformas luso-tropicais’ (Cabaço, 2009) instituídas pelo Estado português de então. Como parti pris apresentamos os contos do moçambicano Luis Bernardo Honwana, reunidos em Nós matamos o cão-tininho (1964), cujo cinquentenário se comemora neste ano. Reverberando no presente moçambicano, a memória de uma época de desajustes, sedimentada nesta pequena obra-prima da narrativa em língua portuguesa, confronta em desafio o esforço lusotropical registrado no compêndio pró-Estado Novo escrito por Freyre nos anos de 1950.</p> <p>4. José Carlos Siqueira - Universidade Federal do Ceará - Universidade de São Paulo - Brasil, (jsiqueira@usp.br), “A impossível narrativa do processo colonial na África: Eça e Conrad na contracorrente da ideologia colonialista” Resumo/ Abstract: Eça de Queirós foi um dos autores favoritos de Gilberto Freyre e serviu muitas vezes ao sociólogo como material literário capaz de reforçar suas teses luso-tropicalistas. Novas leituras da obra queirosiana, no entanto, vêm levantando interpretações que contradizem a ideia de um Eça indiferente ao colonialismo ou até mesmo seu defensor, mostrando uma face crítica ao mesmo tempo sutil e contundente a tal processo de exploração. Nesta comunicação se fará uma análise comparativa entre obras de Eça de Queirós e Joseph Conrad no intuito de expor essa crítica através do estudo das estratégias narrativas desses autores.</p>

Painel O Oceano Índico na literatura moçambicana: representação, história e políticas de identidade

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Anfiteatro 1.2</p>	<p>Nazir Ahmed Can Universidade de São Paulo / FAPESP</p> <p>(coordenação)</p> <p>Elena Brugioni Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – CEHUM</p> <p>(coordenação e comentários)</p> <p>Jessica Falconi CEsA</p> <p>(moderação)</p>	<p>1. Fátima Mendonça - CLEPUL- Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (fatmendonca@yahoo.com), “Representações heterodoxas do Índico na poesia de Orlando Mendes, José Craveirinha e Glória de Sant’Anna” Resumo/ Abstract: Através da análise comparativa de Cinco poesias do mar Índico de Orlando Mendes (Seara Nova,1947), Sambo de José Craveirinha, (anos 50) e o ciclo de poemas A escuna angra de Glória de Sant’anna (anos 60) mostrar-se-á existência de convergências na representação do Oceano Índico como espaço emblemático da expansão colonial portuguesa. No entanto em cada um dos poetas as significações orientam-se para enunciações divergentes sustentadas estilística e retoricamente pelo questionamento identitário em Orlando Mendes e a interpelação utópica em José Craveirinha, em contraste com o distanciamento de Glória de Sant’anna. SAMBO Do mar / vieram os lívidos navegantes / com espadas e missangas / e ficaram. // O cheiro da pólvora e do sangue chamou os corvos / e as quizumbas de dentes amarelos / comeram da guerra das espadas / do erotismo das balas / e do rutilo brilho das missangas. // E para um Brasil de roças de cacau / senhores do engenho / gritos de cangaceiro / e minas de ouro / as proas dos barcos levaram Sambo / os batuques de Sambo / e a mais linda filha de Sambo. // E o negro / aprendeu as rezas dos capitães negreiros / dizendo o terço com grilhetas nos pulsos e nos pés / e o Brasil se encontrou. // Sambo das roças brasileiras / das tardes de futebol no Maracanã / do candomblé na Baía / e das escolas de samba nas favelas do morro / volta que os cajueiros estão florindo em África / e os corvos e as quizumbas de Johannes Strijdin / ansiosamente querem / mais carnavais de sangue. José Craveirinha</p> <p>2. Nazir Ahmed Can - Universidade de São Paulo / FAPESP, (nazircann@gmail.com), “As duas sombras da Ilha” Resumo/ Abstract: Repensado na poesia moçambicana desde tempos remotos, o Índico e, em particular, sua mais emblemática metonímia, a Ilha de Moçambique, constitui não só um lugar de fruição estética como também de desassossego político. Em alguns poetas, sobretudo naqueles que se consolidaram entre as décadas de 70 e 80, a condição de exílio, frequentemente associada à representação da Ilha, cristaliza tal dualidade, definindo esse estado intermediário nem de todo integrado no novo lugar, nem totalmente liberto do antigo (Said, 2005). Noutros casos, mais recentes, essa mesma condição é inscrita pelo escritor constantemente incomodado, que afirma encontrar-se a uma distância suficiente para ver as coisas não apenas como elas são, mas como se converteram no que são (Said, 2005). Finalmente, a nova geração de poetas moçambicanos localiza na ideia do Índico, e em seu correlato ilhéu, um espaço privilegiado para a aliança estética e ideológica com os mais velhos e, conseqüentemente, para a reivindicação de uma herança. A relação que cada projeto literário mantém com a geografia será, assim, medi(a)da tanto pela leitura que o autor faz da história quanto pela posição que o mesmo ocupa ou pretende ocupar no campo (Bourdieu, 1992). O objetivo de nossa comunicação é refletir sobre a natureza dual - poética e política - da Ilha de Moçambique na produção literária moçambicana, analisada aqui em suas dimensões textual e institucional.</p> <p>3. Eliane Gonçalves da Costa – UFLA, (elianecoordena@gmail.com), “As águas-palavras de Moçambique na escrita de Paulina Chiziane” Resumo/ Abstract: A canção que embla o primeiro romance escrito por Paulina Chiziane aproxima-se de um lamento contínuo que nos mostra os caminhos de Moçambique e as marcas do colonialismo, não apenas no espaço físico, mas também em espaços de identidades. Tais identidades, segundo Stuart Hall (2006), estão em crise porque não estão mapeadas na rigidez da velha sociedade moderna, hoje fragmentada e em constante movimento. Questões de classe, etnia, raça, nacionalidade e gênero, reestruturam e ressignificam noções até então tidas como referenciais. Nesse sentido, o sociólogo Bauman (2005) observa que a transição da modernidade sólida para a modernidade líquida causou uma profunda mudança nas sociedades contemporâneas, tais mudanças traduzem-se também numa transição de identidades fixas para identidades fluidas. Abandonar um estado de aparente ancoragem para jogar-se no balanço inconstante das águas, é abrir mão de uma identidade aparentemente estática para uma identidade flutuante. Esse ato audacioso de questionar a própria segurança e adentrar no desconhecido é também o desafio que Paulina Chiziane impõe a suas personagens. Seus romances apresentam desencontros das personagens em suas trajetórias e o resgate de identidades cindidas, podendo ser interpretado como uma leitura do colonialismo e, portanto, dos desencontros causados pela intervenção portuguesa no cotidiano e na identidade do país. Essa percepção de Chiziane vai mais além, na medida em que os sons e as águas que permeiam o livro entoam em voz alta e vibrante uma canção de denuncia sobre como as mulheres lidaram com o colonialismo e a dicotomia entre a cultura local e a assimilação da cultura europeia. A presente comunicação busca identificar como essas imagens fluidas mesclam-se a imagens sólidas em dois romances de Paulina Chiziane, criando novas rotas para uma leitura feminina de Moçambique.</p>

Painel O Oceano Índico na literatura moçambicana: representação, história e políticas de identidade

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Anfiteatro 1.2</p>	<p>Nazir Ahmed Can Universidade de São Paulo / FAPESP</p> <p>(coordenação e comentários)</p> <p>Elena Brugioni Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – CEHUM</p> <p>(coordenação e moderação)</p>	<p>1. José Flávio Pimentel Teixeira - Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Arqueologia e Antropologia, (jpimteix@gmail.com), “João Paulo Borges Coelho: uma geologia de Moçambique” Resumo/ Abstract: O texto aborda o conjunto ficcional de João Paulo Borges Coelho [JPBC] (contos, banda desenhada, novelas, romances), afirmando-lhe uma tese comum, tecida em fascículos, mas presente desde a sua alvorada (no cenário BD) e explícita no quase antropológico romance inicial - As duas sombras do rio -, a da concatenação sempre real, necessariamente possível, dos registos socioculturais. JPBC apresenta uma genealogia do país, sem que isso implique uma sua associação ao romance histórico. Na sua literatura trata-se de um projecto ético, na reclamação da ancestralidade do carácter complexo, articulado e cosmopolita da sociedade moçambicana, algo definitivamente expresso no texto-manifesto - O Olho de Hertzog-. O país surge como uma nova velha entidade, compósito de memórias e discursos, conflituais mas articulados, sob uma visão onde se reconhece, implícita (?), a sombra [antropológica] do jogo de alteridades proposto por Levinas. Nesta arqueologia político-cultural do país, feita reclamação de futuro, Moçambique surge como se uma enorme península indica, alimentada pelos fluxos transoceânicos e continentais. Mas sem desbançar no mero multiculturalismo: se as fronteiras éticas são estipuladas, algo notório no muito significante fronteiriço ‘Hinyambaan’, o grande marcador da perspectiva ideológica de JPBC é o aparente conservadorismo assumido face ao estilo narrativo e, principalmente, ao uso do português. Nesse aparente irredentismo o autor consagra o seu afastamento aos discursos finimilenares do ‘pós-colonialismo’ e do ‘multiculturalismo’, assombrados pelas perspectivas da ‘hibridez’. Deste modo associa um literário projecto ético ‘Moçambique’ a uma decantada abordagem teórica aos fenómenos antropossociológicos do mundo actual.</p> <p>2. Elena Brugioni - Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – CEHUM, (elenabrugioni@gmail.com), “Por detrás de tantos nomes, o mar’. Moçambique e o Oceano Índico: imaginários, discursos identitários e representações” Resumo/ Abstract: A imagem de Moçambique como ‘Pérola do Índico’ remonta, pelo menos, ao período colonial (Correia, 1953) representando, ainda hoje, uma das iconografias nacionais mais utilizadas em diferentes contextos, situações e discursos públicos (Brito, 2010). No entanto, o significado e o agenciamento desta imagem apontam para um conjunto de questões e ambiguidades que se configuram como pontos de partida para uma reflexão em torno da relação entre Moçambique e o Oceano Índico, numa perspetiva crítica e conceptual que problematiza a relação entre imaginário cultural e contexto nacional. Esboçando a evolução da imagem de Moçambique como ‘Pérola do Índico’ - a nível diacrónico, bem como numa dimensão continental alargada - procurar-se-á apresentar um conjunto de hipóteses epistemológicas e leituras críticas para (re)pensar Moçambique a partir de uma perspetiva histórica, espacial e cultural alternativa, tal como aquela do oceano Índico. Convocando discursos e representações - literárias e artísticas - que se inscrevem no contexto moçambicano, surgem reflexões e imaginários específicos que configuram o Índico como um ‘paradigma transacional e cultural alternativo’ (Hofmeyr, 2007), lembrando, como afirma João Paulo Borges Coelho, que: ‘Por detrás de tantos nomes e tantos cruzamentos, de tanta diversidade, é sempre o mesmo, o mar’ (2005).</p> <p>3. Anita Martins Rodrigues de Moraes - Universidade Federal Fluminense, (anitademoraes@gmail.com), “Somos Índicos!: a utopia identitária de Terra Sonâmbula, de Mia Couto” Resumo/ Abstract: No romance Terra Sonâmbula (1992), de Mia Couto, o Oceano Índico surge como garantia e metáfora de experiências identitárias agregadoras, que se fazem pelo acolhimento do outro e não por sua negação. É Surendra Valá, comerciante de origem indiana, quem ensina a Kindzu tal possibilidade, afirmando: “Somos de igual raça, Kindzu: somos índicos!” Para Kindzu, narrador-personagem de parte do romance, o estabelecimento comercial de Surendra Valá torna-se espaço de exercício e reconhecimento de uma identidade índica, resultante da mistura de sangues e histórias. Em sua perspectiva, adorar o mar seria contemplar ‘novelos antigos’: “estavam ali nossos comuns antepassados, flutuando sem fronteiras.” O romance parece sugerir, de diversas formas, o valor de experiências identitárias feitas de mistura, sem fronteiras rigidamente marcadas. A própria experiência literária surge como produtora de espaços propícios a este tipo de exercício identitário, já que a terra se torna fluida e movente por meio das palavras de Kindzu lidas por Muidinga. Neste trabalho, pretendo investigar a configuração de uma espécie de utopia identitária em Terra Sonâmbula, sugerindo possíveis convergências entre esta aposta coutiana e proposições de Boaventura de Sousa Santos acerca de novas subjetividades dispostas a lutar por um paradigma civilizacional alternativo (contra-hegemónico). Aproximarei, assim, certos traços utópicos do romance coutiano ao exercício utopista de Crítica da razão indolente (2000). Meu objetivo será, explorando convergências entre Mia Couto e Boaventura de Sousa Santos, delinear uma possível especificidade do discurso literário, sugerindo, então, que a experiência literária pode ter papel de destaque na configuração de identidades em mistura, ou índicas.</p> <p>4. Rosilda Alves Bezerra e Carlos Alberto de Negreiro - Universidade Estadual da Paraíba, (rosildaalvesuepb@yahoo.com.br), “Dilemas históricos e imaginário cultural: o Oceano Índico em O Outro Pé da Sereia, de Mia Couto” Resumo/ Abstract: Em O outro pé da sereia, de Mia Couto, a estátua de Nossa Senhora viaja de Goa para África, transita pelas águas do Oceano Índico, e introduz o marco inicial de duas travessias traçadas pelo sincretismo e contextos históricos, políticos e sociais, que marcaram Moçambique, desde a origem do colonialismo português, até o tempo presente, em 2002. A travessia pelo Índico da Virgem Maria ou Nzuzu, rainha das águas doces, segundo moradores de Vila Longe, se divide em dois tempos: na histórica incursão do jesuíta português, D. Gonçalo da Silveira, que trouxe a imagem benzida pelo papa para a corte do Império de Monomotapa, em 1560; e em 2002, com o retorno da personagem Mwadia à Vila Longe, incumbida de levar a Santa e o baú de manuscritos a um lugar sagrado. O Oceano Índico configura-se em espaço narrativo em vários capítulos, relacionado à nau Nossa Senhora da Ajuda, não considerado um navio negreiro, mas aprisionava escravos no porão, com a legitimidade coerciva da Igreja. As construções precisas do início de processo de colonização e da sociedade de Moçambique, independente desde 1975, são reveladas no entrelaçamento dos discursos de ficcional, mítico e histórico (Brugioni, 2013). Questionamos de que forma os dilemas históricos e culturais no contexto moçambicano problematizam a relação/reação entre os moradores de Vila Longe, e o casal afro-americano que investiga sobre a antiga história de escravos. Como a formação de grupo multiétnico, em Moçambique, formado por negros, portugueses e indianos, suscitam o preconceito etnocêntrico presentes na constituição dessa sociedade atual moçambicana e na relação com o outro (Can, 2013). De que modo o romance une a história e a ficção remete à ancestralidade africana e ironiza a África mítica, que ignora a realidade de uma Moçambique contemporânea, país de significativa miscigenação (Noa, 2012).</p>

Painel A Palavra como Espaço de Cidadania

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Sala 1.1</p>	<p>Elísio Macamo Universidade de Basileia</p> <p>(coordenação e comentários)</p> <p>Iolanda Évora Universidade de Évora</p> <p>(coordenação e moderação)</p>	<p>1. Carlos Cardoso – CODESRIA, (carlos.cardoso@codesria.sn), “A palavra como espaço de cidadania: o caso da Guiné-Bissau”</p> <p>Resumo/ Abstract: As sociedades africanas são conhecidas como sociedades da oralidade e logo como espaços de sociabilidade onde a palavra ganha um significado particular. Contudo, terão os exercícios da expressão verbal um significado similar em todas as sociedades africanas?</p> <p>A comunicação propõe analisar o caso da Guiné-Bissau, em que a palavra falada teve e tem um papel preponderante na constituição de uma cidadania que se podia apelidar de embrionária e de uma esfera pública incipiente. Ela tentará demonstrar como e em que medida, a partir de um contexto sociopolítico específico, a palavra, na sua imbricação com o conceito de cidadania, assume formas e significados diversos. Função da época e de contextos em que ela se revela, a palavra tanto pode significar ou expressar uma dinâmica de apropriação e de emancipação, como pode significar o seu contrário, i. e. [des]possessão e obediência. Enquanto nas ‘palavras de ordem gerais’ de Amílcar Cabral, a palavra veicula um conjunto de mensagens que acabam por tratar os seus destinatários como receptáculos de ideias, nas canções da luta do legendário Dominique e nas palavras acutilantes do locutor da rádio de libertação, a palavra se torna num importante veículo de transformação social e de construção de uma nova cidadania. Neste contexto, ‘tomar a palavra’, é expressão de emancipação, autonomia e apropriação. Ao privilegiar a palavra ‘tomar’ e não ‘usar’ o indivíduo está a expressar, mesmo que implicitamente, uma vontade, um acto de apropriação de algo através do qual ele se reconhece como sujeito pensante.</p> <p>A comunicação analisará ainda a situação no pós-independência à luz da vontade política expressa de construir uma nova cidadania, revisitando assim os diferentes significados e usos do conceito de cidadania na história política recente da Guiné-Bissau.</p> <p>2. Cesaltina Abreu - Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, (tinaabreu53@gmail.com), “A cultura do medo em Angola”</p> <p>Resumo/ Abstract: A comunicação consiste na apresentação de uma pesquisa em fase de preparação que tem como objetivo abordar tanto o estudo da "cultura do medo", que prevalece, como o papel dos novos movimentos sociais, tentando estabelecer uma conexão entre eles no contexto sociopolítico angolano. Por um lado, irá analisar a "cultura do medo" na sociedade angolana, tentando contextualizar a sua origem e construção social ao longo do tempo, e como ela influencia várias dimensões da vida social de hoje. Além disso, a pesquisa vai estudar o papel dos movimentos sociais recentes, abordando seus fundamentos, papéis e expectativas sociais ‘de dentro’ e de outros actores sociais. Apesar da brutalidade da repressão contra as suas manifestações de rua, os movimentos de jovens continuam a desafiar os aparatos militares e policiais através da realização de eventos de protesto. A pesquisa irá abordar a questão se esses movimentos conseguirão quebrar a cultura do medo, como aconteceu em países do Norte de África durante a chamada "primavera árabe". A expressão "cultura do medo" tem sido usada recentemente em Angola por alguns académicos e activistas cívicos para caracterizar o efeito cumulativo na sociedade da ausência de uma cultura cívica e da falta de oportunidades para participação pública. No campo específico da sociologia política que, entre outros assuntos, aborda as questões da cidadania, da sociedade civil e da esfera pública, traduz uma tentativa de caracterizar o efeito, difundido em toda a sociedade, da negação do diálogo e do debate como mecanismos cruciais para estimular a acção coletiva.</p> <p>3. Raul Fernandes – INEP, (ramefes@gmail.com), “A biografia como desejo de fazer história”</p> <p>Resumo/ Abstract: Há cerca de vinte anos surge uma corrente de pensamento, o pós-colonialismo, que tem marcado o universo académico e as práticas políticas, artísticas e literárias. Esta corrente multifacetada e variada acompanha e procura esclarecer os debates e controvérsias da descolonização, um “lugar de bifurcação de múltiplos futuros” (A. Mbembe). O pós-colonialismo parece constituir um campo epistemológico onde vários contendores, inclusive os do campo académico, querem imprimir determinadas interpretações à situação colonial. O pós-colonialismo acompanha e influencia os debates e controvérsias da descolonização e a luta pela apropriação e desapropriação da memória que nela se desenvolvem. Um dos exemplos dessa luta ressurgiu com a publicação de há uma dezena de anos até hoje de um número considerável de biografias propostas pelos actores dos campos opostos da “guerra colonial” e da “luta de libertação nacional”. Estas biografias, mais do que exprimir uma vontade de testemunhar, pretendem uma legitimação pela sua transformação em “memória colectiva”. A nossa apresentação procura reinterpretar as biografias de dois “combatentes” da Guiné-Bissau provenientes dos dois campos opostos e fazer emergir os sentidos implícitos e explícitos dessas narrativas.</p> <p>4. Iolanda Évora - Universidade de Évora, (ioevora@hotmail.com), “As práticas discursivas como estratégias de intervenção no campo social”</p> <p>Resumo/ Abstract: A comunicação detém-se nas comunicações ao painel e discute a relevância de uma visão crítica das ciências sociais sobre as práticas discursivas como exercícios privilegiados de negociação da cidadania e de intervenção pública. Destaca, sobretudo, as possibilidades que as comunicações trazem para uma análise aprofundada de problemas fundamentais sociais, permeados, muitas vezes, pela reconstrução ideológica da realidade cotidiana com conseqüentes práticas de dominação e exclusão.</p>

Painel Luzes sob o baobá - Áfricas:

legados e possibilidades pela perspectiva da pesquisa, ensino e aprendizagens nas escolas e universidades da diáspora negra

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p style="text-align: center;">1ª Sessão</p> <p style="text-align: center;">11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p style="text-align: center;">14h00-16h00</p> <p style="text-align: center;">FEUC Anfiteatro 2.1</p>	<p>Marina Pereira de Almeida Mello Centro de Estudos Africanos da USP</p> <p style="text-align: center;">(coordenação e moderação)</p> <p>Renata Flávia da Silva Universidade Federal Fluminense</p> <p style="text-align: center;">(comentários)</p>	<p>1. Beatriz Caitana da Silva e Elson Alves da Silva - Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra, (beatriz.caitana@gmail.com), “A escola quilombola: um debate atual” Resumo/ Abstract: O uso da denominação ‘escola quilombola’ busca enfatizar não apenas a localização das escolas num determinado espaço geográfico, mas, sobretudo, a consolidação de uma categoria de educação quilombola. A presente comunicação parte deste pressuposto e pretende apresentar as ‘descobertas’ resultantes de pesquisas acadêmicas cujo foco incidiu sobre o tema da infância e educação quilombola. Por um lado, evidenciar os contornos da realidade da educação quilombola nas comunidades a partir de observações e entrevistas com professores e moradores. Por outro, as ações empreendidas pelo Estado e pelo movimento social na consolidação da educação escolar básica quilombola como uma das modalidades de ensino da Educação Básica (pareceres CNE/CEB 07/2010 e resolução CNE / CEB 04/2010). Em seu conjunto, as diretrizes orientam para uma educação básica quilombola desenvolvida em unidades escolares que adotem uma pedagogia específica e adequada à realidade étnico-cultural de cada comunidade.</p> <p>2. Márcio Rogério Cano - UFLA, Eliane Gonçalves da Costa – UNESP e Luana Antunes da Costa – USP, (elianecoordena@gmail.com), “Avanços e desafios para programar um currículo pautado na diversidade” Resumo/ Abstract: Tendo em vista que a educação formal brasileira somente com o advento da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e da Lei 10.639/03 permitiu a inclusão de temas até então pouco discutidos no ambiente escolar, como pluralidade cultural e desigualdades raciais e de gênero, podemos observar que os cursos de licenciatura estão aos poucos se adequando a essa nova realidade para que os futuros profissionais da educação possam efetivar trabalhos com estes temas em sala de aula. A adequação no ensino superior é tardia e ainda com baixa adesão. Acreditamos que a formação continuada tem sido a grande aliada para que possamos dar subsídios aos educadores que atuam em sala de aula. Os cursos de formação voltados a este fim buscam fomentar práticas educativas condizentes com a diversidade etnicorracial da população brasileira e ampliar o olhar sobre nossa cultura e sua formação. Visa ampliar nossos conhecimentos sobre pilares da nossa formação social cultural: indígena e africana. Por meio da História, Artes e Literaturas desses povos, tal como salienta o Art. 26 §2º da LDB 9394/96, buscaremos, nesta comunicação, compartilhar a experiência de construção de um currículo pautado na diversidade, reconhecendo as especificidades da cultura Afrobrasileira e como esse multiculturalismo é tratado no ambiente escolar - analisando como os educadores utilizam os textos literários africanos e afrobrasileiros, que compõe o acervo das escolas públicas paulistas e a análise de materiais didáticos e textos que tratam da questão etnicorracial no ambiente escolar.</p> <p>3. Teresa Fabião - Universidade Federal da Bahia, (teresafabiao@hotmail.com), “Danças africanas e diálogos interculturais em Portugal: práticas artísticas e pedagógicas” Resumo/ Abstract: Este trabalho aborda de que forma as danças africanas problematizam as relações culturais entre Portugal e certos países africanos. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa de campo com duas unidades de caso, analisando práticas artísticas e pedagógicas com danças africanas: Eva Azevedo e grupo Semente, no Porto, e Petchu e grupo Kilandukilu, em Lisboa. A partir do entendimento da interculturalidade como uma relação dialógica e de questionamentos que envolvem corpo e cultura, discutem-se as representações sustentadas sobre a(s) África(s) e as danças africanas e as significações construídas nessas práticas, relacionando-as com questões sobre colonialismo e pós-colonialismo e questionando, assim, até que ponto é que elas promovem diálogos interculturais. Os dados obtidos através da observação de aulas, ensaios e espetáculos revelaram que a interculturalidade tende a existir predominantemente no plano dos discursos oficiais, e que as propostas dos professores e grupos artísticos analisados apresentam maioritariamente dinâmicas interculturais do ponto de vista da ‘fusão’, da justaposição e da relação harmoniosa.</p> <p>4. Claudia Maisa Antunes Lins - Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, (maisantunes@yahoo.com.br), “Samba de Lata de Tijuacu: na diáspora negra pós-colonial - a dança com passos de resistências e lutas” Resumo/ Abstract: O ‘Samba de Lata’ é um dos mais belos e fortes movimentos de resistência na diáspora negra do contexto pós-colonial de africanos no Semiárido Baiano. Tornou-se uma expressão cultural nascida nas lutas, se repete ao longo de muitos anos, atravessando gerações, dialoga com a memória dos sentimentos de resistências no contexto histórico colonial; esta dança segura em cada molejo o ritmo de busca de água e de justiça no Sertão, neste compasso parece fortalecer as lutas atuais de enfrentamento às formas de ‘colonialidade/modernidade eurocêntrica’ (QUIJANO, 2010) do pensamento ocidental. Tijuacu, comunidade remanescente de quilombo, na Bahia – Brasil, quebra o silenciamento, a negação cultural através da dança. A Associação Agropastoril Quilombola de Tijuacu e Adjacências desenvolve ações políticas e culturais; organiza apresentações de rodas de samba, danças expressivas vinculadas às origens africanas, traduzem a religiosidade, corporeidade e brincadeiras, com cantigas re-significadas a partir da cultura local. Danças como Samba de Lata, Corta Cana, Dança do Parentesco, Dança da Fita, Dança Roda do Arco-íris representam histórias e culturas expressadas nos rítmicos de origem afro-descendentes, presentes no cotidiano da comunidade. O Samba de Lata ganhou maior ênfase e disseminação com a vigência da lei 10.639/03, uma vez que instituições acadêmicas de pesquisa e iniciação científica deram maior atenção e investimento para realização de investigações em comunidades afrodescendentes e em História da África, e da História e Cultura Afro-brasileira, o que tornou importante para percebermos a força dos movimentos sociais na demanda de políticas públicas. A lei vem se legitimando em espaços de educação formais e não-formais. O Samba de Lata mobiliza olhares onde a cultura e a beleza negra são também referências do belo, revela ternura na luta e força de saber resistir contra os processos excludentes discriminatórios e raciais, no compasso da dança busca realidades justas, pautadas na riqueza da diversidade cultural.</p> <p>5. Fabiana Schleumer - Universidade Federal de São Paulo (schleumer@unifesp.br), “A Pesquisa em História da África e Diáspora Africana nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo: Cotejo de Experiências (2004-2014)”</p>

		<p>Resumo/ Abstract: Nos últimos dez anos, é significativo o crescimento de pesquisas que possuem como foco o estudo da África e da Diáspora Africana nas Universidades Públicas do Estado de São Paulo. Fomentados pela lei 10.639/2003, pesquisas de caráter não só historiográfico, mas cunhadas por forte sentido social têm encontrado lugar na Academia. Neste sentido, justificamos a apresentação deste estudo: um balanço historiográfico que engloba desde monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no período de 2004 a 2014 junto aos departamentos de História da Universidade de São Paulo (USP); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).</p> <p>Este trabalho consiste não só num mapeamento da produção historiográfica dos últimos dez anos, mas principalmente na análise das temáticas, fontes e metodologias utilizadas para o estudo de África e do mundo diaspórico. Tais procedimentos e escolhas refletem as condições de acesso a fonte documental, a bibliografia e a cursos de formação, de caráter curricular ou não curricular. Em suma, a finalidade desta comunicação é apresentar e propiciar o debate sobre o estado da arte da produção historiográfica africanista e diaspórica paulistana na última década.</p>
--	--	---

Painel Luzes sob o baobá - Áfricas:

legados e possibilidades pela perspectiva da pesquisa, ensino e aprendizagens nas escolas e universidades da diáspora negra

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p align="center">2ª Sessão</p> <p align="center">11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p align="center">16h30-18h30</p> <p align="center">FELUC Anfiteatro 2.1</p>	<p>Marina Pereira de Almeida Mello Centro de Estudos Africanos da USP</p> <p>(coordenação e comentários)</p> <p>Renata Flávia da Silva Universidade Federal Fluminense</p> <p>(moderação)</p> <p>Fabiana Schleumer Universidade Federal de São Paulo</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Clézio Roberto Gonçalves e Kassandra Muniz da Silva - Universidade Federal de Ouro Preto/Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, (cleziorb@gmail.com; kassymuniz@gmail.com), “Programa descoloniedade do saber e políticas afirmativas dentro das universidades brasileiras” Resumo/ Abstract: Pretendemos, nesta comunicação, interrogar a Universidade brasileira e mostrar, a partir de uma discussão sobre descolonialidade do saber e de questões negras no Brasil, alguns fatos históricos que marcaram a luta por ações afirmativas e que assumiram a forma de leis, como é o caso da 10.639/03, que institui o ensino de História de África e dos afro-brasileiros nas escolas. A Lei atende às reivindicações dos movimentos negros para que a educação não ‘vire as costas’ para a contribuição histórica desses povos para a constituição da cultura, da educação, dos costumes, da intelectualidade do Brasil. Muito se discute, em termos de educação básica, mas a Universidade brasileira se mantém acima desses questionamentos e reivindicações, alegando que precisa salvaguardar sua autonomia na implementação da Lei. Neste sentido, com seus olhares acusadores, silêncios barulhentos, apagamentos das diferenças e discriminações produz não só sentimentos de vergonha e revolta, mas a exclusão de milhares de jovens negras e negros dos bancos universitários, além da ausência da história dessa população nos currículos dos Cursos de Licenciatura. Entre outras razões, isso acontece porque a Academia se recusa a adaptar-se às novas realidades, instauradas por leis, que colocaram, mas não incluíram a mulher, o negro, o trabalhador rural, o índio, o deficiente, o imigrante nos bancos escolares. É para tentar mudar esse modelo de produção científica nas universidades que alguns programas visam promover e preencher a lacuna dessas temáticas nos currículos da licenciatura e na formação dos professores que já lecionam nas escolas. É neste sentido que o curso de Pós-graduação UNIAFRO pretende promover a igualdade racial. É um dos programas que podemos chamar de afirmativos e que podem contribuir para uma mudança de paradigma dentro das Universidades, uma vez que sua presença instaura possibilidades de pesquisas, ensino e extensão dentro da temática das africanidades no Brasil.</p> <p>2. Thais Santos Moya - Universidade Federal de São Carlos, (thaismoya@gmail.com), “Descolonizando mentes: O que está em jogo no debate sobre ações afirmativas no Brasil” Resumo/ Abstract: O Brasil completou sua primeira década de experiência com políticas afirmativas para populações não-brancas, a qual podemos considerar como o ciclo inicial de embates políticos e conceituais, que, entre prós e contras, vigorou a implementação de ações com critérios e orientações raciais, que atualmente detém o respaldo e incentivo dos três poderes constituintes do Estado brasileiro. Dentre as modalidades experimentadas, para além das famosas cotas, as leis que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; configuram papel fundamental nos próximos ciclos que envolvem os programas afirmativos de combate ao racismo e promoção da equidade racial. Para tanto, entende-se que seja necessário a compreensão dos processos históricos recentes, que envolvem a temática, por meio de perspectivas teóricas críticas advindas da contestação das teorias e normas sociais canônicas. Na reflexão aqui proposta, seguiremos por meio da crítica oriunda dos Estudos Culturais e Pós Coloniais com intuito de obtermos leituras e análises sobre o contexto brasileiro pós ações afirmativas, com ênfase nas implicações futuras de tais políticas. Em outras palavras, para aonde as ações afirmativas podem nos levar? Se os últimos anos se caracterizaram pelo confronto entre favoráveis e contrários, os próximos anos, muito provavelmente, se caracterizarão pela disputa qualitativa de tais políticas. A reivindicação e execução das ações afirmativas para a população negra vêm no bojo de políticas fundamentadas em nossa carta magna, porém sua recepção pela sociedade foi bastante polêmica e tem rendido um longo e caloroso debate público. Por que a categoria raça promove tamanha comoção nos brasileiros? O caminho para tal resposta demanda que lancemos nosso olhar para o processo de colonização e formação nacional, pois, desde os primórdios das nossas teorias sociais, a categoria raça deu inteligibilidade para a sociedade brasileira.</p> <p>3. Andrea Sala Jiménez - Universidad Complutense de Madrid / Biblioteca Nacional de Angola, (andreasalajimenez@gmail.com), “La reorganización de la Biblioteca Nacional de Angola” Resumo/ Abstract: Como consecuencia de la Guerra Civil que sufrió Angola durante 27 años, la inestabilidad institucional durante los primeros años de creación o la falta de personal cualificado para gestionar el fondo bibliográfico, así como su tratamiento documental, la Biblioteca Nacional de Angola se ha caracterizado por tener un depósito ‘caótico’ y poco organizado que ahora se intenta corregir. Toda Biblioteca Nacional debe representar la cabeza del sistema bibliotecario de un país y conservar el patrimonio bibliográfico nacional. Es por ello, que la Biblioteca Nacional de Angola, en un empeño de asegurar, preservar y promover el crecimiento de su colección bibliográfica está desarrollando un proyecto de inventarización y protección del acervo de su fondo bibliográfico para ponerlo a disposición de la sociedad angolense. Se intentará así aumentar la participación de estudiantes de todos los niveles académicos e investigadores para desarrollar los diferentes aspectos sociales, políticos, económicos y culturales de Angola. En el año 2011, se aprobó un Decreto Presidencial (nº 205/11) de creación de la Biblioteca Nacional de Angola, donde además de reflejar las funciones pertinentes a desarrollar, como cualquier otra biblioteca nacional del mundo, (tratamiento documental, promoción a la lectura, orientación, formación y apoyo a otras instituciones, impulso a la red de Bibliotecas Públicas, etc.), se aprueba el estatuto de orgánico referente a su organización interna. Tan sólo unos meses más tarde de presentarse este decreto, el proyecto de inventarización de la Biblioteca Nacional de Angola es una realidad ya que se han formado alrededor de 100 técnicos de diferentes instituciones (incluyendo personal de distintas provincias) y se ha comenzado a registrar todo su fondo documental consistente en, aproximadamente, 35.000 monografías y 150 publicaciones periódicas. Con esta ponencia, se pretende difundir el trabajo desarrollado en ese periodo así como dar a conocer los diferentes servicios y funciones que presta la Biblioteca Nacional de Angola.</p> <p>4. Renata Flávia da Silva - Universidade Federal Fluminense, (renataflaviadasilva@gmail.com), “A Literatura Angolana e seus “pioneiros”: outros sentidos e novas epistemologias” Resumo/ Abstract: Na contemporaneidade da Literatura Angolana predominam obras que procuram redefinir Angola e sua história. Os espaços ficcionais observados retratam os conflitos de uma época marcada pela fragmentação, ambivalência e incertezas de uma paz ainda recente. É neste cenário de transição, entre guerra e paz, entre as tradições e as inovações da modernidade, entre a África ancestral e a crescente ocidentalização que tais narrativas se desenvolvem. Verifica-se, em diversas obras, a reconfiguração dos papéis sociais outrora definidos pela colonização, inocência e crueldade são representações possíveis de uma infância marcada pelo trauma da experiência colonial e pela precariedade advinda das sucessivas guerras. A violência, em suas múltiplas formas, acompanha um discurso crítico que aponta as dores e os conflitos da pós-colonialidade, o amadurecimento precoce e a frustração do tempo presente. Procuraremos, neste trabalho, recuperar brevemente a trajetória da representação infantil nas literaturas africanas, desde a</p>

	<p>infância presente nas narrativas tradicionais, um tempo de aprendizagem e de experiências rituais, passando pela conscientização e à militância das utopias revolucionárias a partir da década de sessenta, com a figura significativa dos jovens pioneiros dos movimentos independentistas, até às novas configurações infantis ou juvenis, as quais se revestem de novas roupagens, ocupando ora o lugar da vítima, ora o lugar do algoz. Partindo dessas considerações, observa-se uma representação de infância doadora de novos sentidos e novas correlações epistemológicas. As inquietações geradas no ensino desta e de outras literaturas africanas escritas em língua portuguesa levaram-nos a pensar e motivar estratégias pedagógicas facilitadoras da implementação das Leis 10.639/2003; 11.645/2008 e 12.796/ 2013, o que nos possibilitou um maior contato com textos e autores viáveis ao trabalho docente na Educação Básica, visando problematizar as relações histórico-culturais e de alteridade presentes nas produções literárias, a fim de superar os estereótipos e aprofundar os estudos africanos relacionados à prática docente.</p>
--	---

Painel Escravatura ontem e hoje: conceitos, contextos e práticas

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>Sessão única</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Auditório</p>	<p>Isabel Castro Henriques Departamento de História, U. de Lisboa</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Joana Pereira Leite CEsA/ISEG-U. de Lisboa, Portugal</p> <p>(coordenação e comentários)</p>	<p>1. Maria João Neves, Maria Teresa Ferreira, Sofia Wasterlain, Miguel Almeida, Catarina Coelho e Rui Martiniano - iDryas/ Dryas Octopetala; CIAS - Centro de Investigação em Antropologia e Saúde; Centro de Ciências Forenses – CENCIFOR; Smurfit Institute of Genetics, Trinity College Dublin, (mjoao.neves@dryas.pt), “Os escravos africanos em Portugal: o contributo de uma escavação arqueológica”</p> <p>Resumo/ Abstract: Estando a presença de escravos africanos abundantemente documentada no registo historiográfico português, a sua representação no registo arqueológico era até 2009 muito pouco significativa. Nesse ano, a construção de um parque de estacionamento no "Valle da Gafaria", em Lagos, constituiu uma oportunidade inestimável de documentação objectiva da presença de escravos africanos em Portugal.</p> <p>Com efeito, a identificação de 158 indivíduos (adultos de ambos os sexos e não-adultos) depositados no seio duma lixeira urbana, utilizada entre o séc. XV e o séc. XVII, permitiu não só caracterizar o tratamento mortuário dado a estes indivíduos, como também o ambiente socio-económico e as condições e modos de vida a que os cativos estavam sujeitos, favorecendo a compreensão do papel dos escravos no seio da sociedade moderna portuguesa.</p> <p>Nesta comunicação serão apresentados os resultados obtidos desde a fase de terreno, demonstrativos do potencial científico deste sítio.</p> <p>2. Patrícia Portela Nunes e Cynthia Carvalho Martins - Universidade Estadual do Maranhão, (portelapatricia@hotmail.com; martinscynthia@bol.com), “Comunidades quilombolas da Amazônia Brasileira: saberes e práticas dos autodesignados pajés na construção de uma expectativa de direito”</p> <p>Resumo/ Abstract: Ao considerarmos que o poder e a autoridade exercidos por funcionários religiosos a exemplo dos autodesignados pajés, pajoas, benzendores, benzedeiros, curadores, doutores do mato, consertadores de ossos, dentre outras categorias de autodefinição, transcendem ao campo religioso stricto sensu considerado, pretendemos no presente trabalho tomar como foco de análise o domínio da produção e reprodução social de determinados saberes e práticas, religiosas e culturais, na intenção de investigar processos de afirmação identitária referidos às situações sociais conhecidas no presente como ‘comunidades remanescentes de quilombos’. Em tais situações a trajetória destas comunidades é apresentada como elemento de afirmação de uma expectativa de direito assegurada por lei constitucional - no âmbito do artigo 68 do ADCT da Constituição Brasileira de 1988. Nesse sentido, os agentes sociais recuperam as relações com famílias de escravos ou ex-escravos. A categoria quilombo é no entanto ressemantizada pelos agentes sociais, desvinculando-se da acepção colonial como ‘negros fugidos’, segundo Almeida (1996).</p> <p>Nossa intenção é analisar o contexto de afirmação da identidade quilombola no presente perscrutando a relação entre saberes e práticas referidos ao universo religioso e os processos de afirmação de territorialidades específicas e identidades étnicas em uma área de ocupação antiga localizada na Amazônia Brasileira. Trata-se de uma região caracterizada no passado colonial pela incidência de fazendas monocultoras direcionadas à plantação de açúcar para abastecer o mercado externo e baseadas na mão-de-obra escrava. Nessas situações tomadas para análise elementos simbólicos da ordem do sagrado estão investidos na ‘terra’ ou ‘território’, orientando a relação com os recursos naturais e as próprias relações sociais. Conforme buscaremos mostrar estes elementos simbólicos, investidos em práticas rituais e religiosas, organizam a vida social de maneira a reforçar a defesa de ‘territorialidades específicas’ e de modos de vida próprios.</p> <p>3. Miguel Pais Vieira - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. ISEG, Universidade de Lisboa, (paisvieira.miguel@gmail.com), “De Cape Montserado a Monróvia. A transposição dos modelos urbanos ocidentais da modernidade feita pelos escravos americanos”</p> <p>Resumo/ Abstract: O texto procura mostrar, numa leitura dos planos de 1830 para a cidade de Monróvia, a ancoragem no desenho das cidades americanas, referência principal para os seus habitantes. Mais recente que Freetown, fundada pelos britânicos em 1787, o plano de Monróvia transpõe para África um desenho ortogonal de referências óbvias; constrói de raiz e sem pré-existências, um espaço urbano e vazio de quaisquer características comuns às cidades africanas.</p> <p>Procuramos alinhar argumentos, numa leitura do The African Repository sobre o processo de formação de Monróvia e do Estado Africano da Libéria. Nos textos deste jornal, publicado durante sessenta anos pela American Colonization Society, encontramos dificuldades e equívocos sobre o processo de administração do território, contrariando a afirmação que, juntamente com a Etiópia, considera estes territórios como os únicos estados africanos a resistir à colonização ocidental/europeia. A acção política e o controlo efectivo da economia estiveram longe dos modelos de colonização usados pelas potências europeias mas provavelmente não muito afastados das formas de governação indirecta. Entre os americanos negros que viajavam dos EUA e as populações africanas locais existiu, porque para isso foram criadas condições, uma explícita desigualdade no acesso ao poder e aos negócios. A consequente desigualdade na distribuição da riqueza produzida assentou, tal como nos outros territórios africanos colonizados, na origem das populações.</p> <p>Entre 1822, data da primeira viagem dos escravos libertados americanos e a Conferência de Berlim em 1884-1885, nos anos de transformação das relações entre africanos e europeus, Monróvia vai organizar-se como se de uma cidade média americana se tratasse. A hierarquização das ruas principais e a adaptação do desenho da quadricula ao terreno, a localização dos Edifícios Administrativos, a Escola, as Igrejas e o Jardim Público, sugerem uma modernidade não negociada, imposta sobre critérios objetivos de dominação entre americanos vivendo na cidade e africanos vivendo fora dela.</p> <p>4. Ana Fantasia e Pedro Pereira Leite – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Universidade de Lisboa – Centro de Estudos Sociais - UC, (pedropereiraite@ces.uc.pt), “O Jardim da Memória e o fenómeno da escravatura na Ilha de Moçambique”</p> <p>Resumo/ Abstract: O silêncio que emana das pedras da Ilha de Moçambique pode ser ensurdecador. Feita Património da Humanidade em 1993, memória rejeitada pela africanidade moçambicana, a Ilha de Todos exaltada nas letras pós-coloniais mostra um dos mais interessantes fenómenos sobre o processo de silenciamento e esquecimento da questão da escravatura.</p> <p>A pérola do Índico fantasiada pelo colonialismo português durante o delírio lusotropicalista foi e continua a ser um lugar mítico numa memória que teima em silenciar o fenómeno da escravatura.</p> <p>A exaltação do sítio remonta aos finais do século XIX, quando face à transferência do governo colonial para a Baía do Espírito Santo, o abandono atinge o edificado. Em 1887 o coronel Ribeiro Ferreira dá conta do intenso esforço de obra pública que o governo havia realizado na Ilha, na segunda metade do século, para a transformar na testa de ponte para a colonização do interior. Quinze anos depois já se queixava o Padres Rodrigues Lapa nas suas ‘paginas de pedra’ do abandono do edificado. Nos anos quarenta, a alfândega aplica uma dízima à carga que é aplicada no desenvolvimento turístico. Nos anos sessenta, quando é visitada</p>

		<p>por Gilberto Freyre, a ilha é já um bordel dos soldados coloniais. Com a independência, a estranheza deste lugar e das suas memórias afasta os interesses da nova nação.</p> <p>Balanceda entre o turismo e a questão do desenvolvimento sustentável, a memória teima em balancear na exaltação neocolonial lusófona e os discursos desenvolvimentistas pós-coloniais. É nesse contexto que o Jardim da Memória é construído pelos franceses num antigo armazém portuário, para marcar essa memória que ninguém na ilha quer relembrar. Três círculos permanecem como a ilustração da memória em conflito.</p> <p>Nessa comunicação vamos procurar demonstrar que a dificuldade em relevar estes fragmentos do passado demonstra os atuais impasses no entendimento do presente.</p>
--	--	---

Painel Degradación Ambiental y Acceso a la Tierra. Atacando las Bases del Discurso Oficial del Acaparamiento y la Privatización

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>Sessão única</p> <p>11 de Setembro (quinta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Sala 2.1</p>	<p>Lucía Argüelles Universidad Autónoma de Barcelona (ICTA)</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Pablo Gilolmo University of Namibia</p> <p>(coordenação e comentários)</p>	<p>1. Eduardo Gargallo - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Bolsista Capes em estágio de Doutorado em Sanduíche na Universidade de Coimbra, (egargallo@yahoo.com), “Acceso a la Tierra y a los Recursos Naturales: Las Ambigüedades de la Conservación Comunitaria en Namibia” Resumo/ Abstract: En los procesos de acaparamiento de tierras (o land grabbing) en África, el impulso a la conservación de fauna y bosques y los beneficios esperados por actividades turísticas también están jugando un papel significativo. Diversos países han desarrollado programas de concesiones privadas de tierra para ser dedicadas a la fauna, el turismo fotográfico y la caza de trofeos. En algunos casos, esto ha implicado la entrada de inversores extranjeros en áreas de tierra comunal, y la restricción del acceso de las comunidades a zonas agrícolas, de pasto o forestales. Al mismo tiempo, en muchos países se han implementado programas de conservación comunitaria que pretenden compatibilizar el desarrollo económico con la conservación de la biodiversidad, el turismo y mayores ingresos para las comunidades con la preservación de las actividades agropecuarias comunitarias. El caso de las llamadas Communal Conservancies en Namibia nos aporta un ejemplo de la complejidad de las tensiones por la tierra a nivel local. Este modelo de conservación comunitaria ha conllevado problemas como los antes mencionados de limitación del acceso a la tierra o a ciertos recursos, y ha establecido partenariados entre comunidades y empresas turísticas que no han evitado casos de abusos e incumplimientos por parte de los inversores. Al mismo tiempo, sin embargo, las Conservancies han sido impulsadas por muchas comunidades rurales namibias precisamente como una forma de limitar o controlar el acaparamiento de tierras y de recuperar el acceso a recursos naturales. Las comunidades reciben el derecho de gestión de los recursos así como el derecho a excluir a inversores o a restringir el vallado de tierras. Además, en muchas áreas comunales namibias el peligro de pérdida de tierras no proviene tanto de inversores extranjeros como de empresas locales, miembros ricos de las propias comunidades, departamentos del gobierno, autoridades tradicionales o comunidades vecinas. Partiendo del caso dos Conservancies, King Nehale en Owamboland, y Nyae Nyae en las tierras comunitarias de los Ju /hoan San (Bosquimanos), la presentación pretende mostrar la importancia de los estudios de caso a nivel local, y la complejidad y contradicciones de los procesos de acaparamiento de tierras.</p> <p>2. Úrsula Caser e Cátia Marques Cebola - MEDIATEDOMAIN; ESTG-IPLeia, (catia.cebola@ipleiria.pt), “A Cultura de Gestão de Conflitos Ambientais e Territoriais: Experiências Ibéricas e Africanas” Resumo/ Abstract: O território enquanto ‘bem comum’ é uma fonte potencial de conflitos de interesses entre os seus proprietários, utilizadores e sociedade civil, constituindo, de igual modo, um critério orientador das políticas públicas em cada Estado. A pluralidade de atores com diferentes interesses, necessidades e valores influi na dinâmica das inter-relações dentro do território comum, sendo, frequentemente, geradora de situações adversárias. Vários parâmetros determinam a gestão e o ordenamento do território. De entre os tangíveis contam-se o território em si e o espaço político, muitas vezes vinculado a regras que dificilmente podem ser negociadas. Parâmetros intangíveis, mas não menos decisivos, estão presentes nos valores sociais, nas filosofias políticas e na cultura de quem usa e habita num dado território. A sobreposição e articulação destes parâmetros - específicos para cada território - originam grandes quantidades de dados e consequentemente problemas perversos, caracterizados por não terem uma solução ‘final’, na medida em que a escolha da explicação determina a natureza da sua resolução. Trata-se de sistemas complexos em contínua evolução e mutação. Constituindo o território um produto condicionado pela sua história torna-se essencial concebê-lo como uma arena de diálogo e negociação entre todos os seus ‘utilizadores’. Fatores como a exploração rural ou industrial, vicissitudes ambientais ou recursos naturais convocam respostas integradas e horizontais que permitam a participação de todos para um diálogo construtivo. A conceção do território como uma referência para o desenvolvimento sustentável transforma o papel participativo da sociedade civil num elemento chave. A presente comunicação pretende debater experiências ibéricas e africanas no âmbito da gestão de conflitos territoriais, visando incentivar uma educação mútua. Refletiremos sobre os sistemas de governabilidade existentes no tratamento dos conflitos relativos ao território e ao ambiente, buscando modelos integrados que permitam soluções agregadoras de todos os parâmetros tangíveis e intangíveis inerentes à sua gestão e ordenamento.</p> <p>3. Pablo Gilolmo Lobo - University of Namibia, (gilol99@hotmail.com), “Reforma de la Tierra en Namibia. Análisis Espacial y Degradación Ambiental en la Región de Otjozondjupa” Resumo/ Abstract: Namibia implementa un programa de reforma de la tierra desde 1995 que pretende corregir los desequilibrios heredados, y reducir los niveles de pobreza y dependencia. Esta investigación, que toma el concepto de estructura de la propiedad como elemento central de cualquier sistema agrario, trata de aportar una representación y análisis espacial de dicha estructura a nivel regional. Los resultados permiten valorar sus implicaciones actuales, así como las consecuencias sociales de la reforma. Las conclusiones de esta parte del estudio revelan que la estructura de la propiedad en Namibia sigue sufriendo un importante sesgo basado en la raza, que cuando se supera lo hace principalmente en beneficio de sectores de la población económicamente aventajados, mientras que el impacto sobre sectores más necesitados es poco significativo. Además, la caracterización espacial de la estructura de la propiedad es la base para un estudio en el que se establece la relación entre tipo de tenencia (comunal o privada) y grado de degradación ambiental, que es uno de los más preocupantes asuntos en países de clima árido y semi-árido como es Namibia. Este estudio consiste en un análisis estadístico comparativo entre series temporales de datos NDVI (Normalized Difference Vegetation Index), obtenidos del Global Inventory Modelling and Mapping Studies (GIMMS). Los primeros resultados, a falta de refinar los métodos estadísticos y ampliar el periodo de tiempo cubierto, sugieren que no existe base para sostener la idea, comúnmente aceptada, de que la degradación ambiental es más severa en aquellas zonas bajo regímenes comunales. De hecho, en los casos en los que existen diferencias significativas, y a pesar de contar con unas condiciones naturales a priori más productivas (debido al reparto desigual que se implementó durante el apartheid) son las tierras privadas las que muestran peores resultados de evolución de la productividad vegetal a lo largo del tiempo.</p> <p>4. Lucía Argüelles Ramos - ICTA, UAB, (luciaarguellesramos@gmail.com), “Hay Tanta Tierra Disponible? Una Revisión de los Métodos de Estimación de las Llamadas Tierras Marginales” Resumo/ Abstract: Tras la crisis alimentaria de 2007/08, se cuestiona la idea de que hay un gran excedente de tierra y el debate ‘food versus fuel’ empieza a recibir gran atención. Desde entonces, para aliviar la competición por la tierra entre comida y agrofuel, se ha sugerido que los cultivos energéticos deben ser plantados en ‘tierras marginales’. El uso del término ‘tierras marginales’ se usa en el contexto actual de gran interés comercial por la tierra, para justificar en términos biofísicos lo que realmente se designa con criterios económicos o incluso sociales. Lo que la narrativa de las tierras marginales</p>

		<p>refleja es una inclinación centrista y productivista, que hace que los lugares todavía fuera de la economía de mercado queden expuestos a la merced de inversores.</p> <p>En este estudio demuestro que los métodos usados en la estimación de tierras marginales, llevadas a cabo usualmente con tecnologías GIS, obedecen a este centrismo. He podido probar que los 5 métodos analizados en el estudio, que han sido publicados en revistas científicas o se han realizado dentro de proyectos internacionales (uno de ellos financiado por la UE), presentan graves problemas metodológicos, lo que conlleva siempre a una sobreestimación de la cantidad de tierras marginales disponibles para el cultivo de agrofuelles. Alego por tanto, que la finalidad de estas estimaciones, es legitimizar el uso de la narrativa, en otras palabras: construir lo marginal para apoderarse de ello.</p> <p>5. Rocío Hiraldo - School of International Development, University of East Anglia (UEA)/ Institute of Food and Resource Economics, University of Copenhagen, (r.hiraldo@uea.ac.uk), "Classes of Labour Experience and Respond to Green Grabs: Economic Consequences of Territorialisation Through Mangrove Conservation in Niombato, Senegal"</p> <p>Resumo/Abstract: Los diferentes sistemas médicos presentan diferentes formas de institucionalización, reproducción de conocimientos y legitimación: la medicina profética en la referencia a fuentes textuales del Corán, como los Hadith, la biomedicina en la retórica científica y la medicina basada en el uso terapéutico de los productos extraídos de los árboles, en la tradición y la profunda complicidad de la sociedad.</p>
--	--	---

Programação Painéis / Grupos de Trabalho

Sexta-feira, 12 de Setembro

Painel Islão e Islamismo em África		
Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>Sessão única</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 1.1</p>	<p>Olga Iglésias CEsA e IHC</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Eduardo Costa Dias ISCTE-IUL</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Mario Lozano Alonso - Universidad de León e Instituto Bíblico y Oriental, (mlozanoalonso@gmail.com), “Surgimiento y desarrollo de los primeros estados musulmanes en Etiopía antes del yihad de Ahmad Gragn” Resumo/ Abstract: En la presente comunicación, se estudiará la progresiva implantación del Islam en Etiopía desde el siglo VII hasta el año 1529, cuando comienza el gran yihad liderado por el imán Ahmad Gragn, que puso en jaque al hasta entonces dominante Imperio Etíope. Para ello, se realizará un acercamiento al desarrollo histórico de los primeros siglos del Islam etíope para poder explicar cómo un conjunto de pequeños y débiles estados logran unirse y formar una entidad política, el sultanato de Adal, que supuso el fin de la hegemonía cristiana en la región.</p> <p>2. Olga Iglésias - CEsA e IHC, (iglesias.olga@gmail.com), “Guerra e Paz em Moçambique” Resumo/ Abstract: O centro e o Norte de Moçambique têm desempenhado nos nossos dias uma importância geoestratégica nacional, devido aos seus vastos recursos agrícolas e minerais. No presente estudo de caso nas Províncias da Zambézia e de Tete, é possível observar como foi o impacto do Islão, em relação à violência do Estado colonial e pós-colonial. Que papel desempenharam as diferentes comunidades em presença, sobretudo as islâmicas e as islamizadas, ao ocupar essas importantes zonas, ricas no solo e subsolo? Que papel desempenhou o movimento associativo islâmico em relação às autoridades coloniais e aos movimentos independentistas? Revisitando e cruzando as fontes disponíveis nos arquivos, sobretudo no Arquivo Histórico de Moçambique, é possível constatar a expansão do Islão, analisando os relatórios da administração colonial, entrevistando os actores sociais desse processo, compreendendo a complexidade do fenómeno, antes e depois da independência, permitindo assim repensar a violência, a reconstrução e a reconciliação na sociedade moçambicana</p> <p>3. Beatriz Ródenas Cerezo – (rodenasb@hotmail.com), “Cofradías musulmanas en contexto migratorio: asociacionismos, agencia y género entre senegaleses/as en Valencia” Resumo/ Abstract: La relevancia de las cofradías musulmanas en el África Occidental ha sido un tema ampliamente analizado en las ciencias sociales (por ejemplo, Bava, 2003; Carter, 1997; Costa Dias, 2009; Coulon, 2009; Guèye, 2009). Sin embargo, en contexto migratorio, la función de las cofradías toma matices diferentes que se relacionan con el propio proceso de la migración y del establecimiento de comunidades transnacionales en diferentes lugares de destino. El caso de la comunidad senegalesa en Valencia nos permitirá analizar cómo se relaciona la estructura que la comunidad adquiere (y que se va transformando históricamente) con la conformación de las diferentes da'iras que organizan las distintas cofradías (murides y tiyan, en el caso que nos ocupa). De esta manera se pondrán de manifiesto las interacciones que se establecen entre las da'iras surgidas de las diferentes cofradías y los asociacionismos civiles de los y las senegalesas en la ciudad. Especial interés adquirirá la posición que ocupan las mujeres senegalesas en las diferentes da'iras y asociaciones, en un intento por comprender la agencia que las senegalesas ejercen, según las diversas realidades familiares y sociales que les envuelven, es decir, entender el concepto de agencia condicionada en sus diferentes contextos específicos (Ahearn, 2001; Bilge, 2010; Mahmood, 2008). En definitiva, contextualizaremos la agencia de estas mujeres en diversas asociaciones, religiosas y civiles, en función de las relaciones que mantienen en su entorno social y familiar, en un espacio migratorio transnacional que abarca Senegal y Valencia.</p> <p>4. Eduardo Costa Dias - ISCTE-IUL, (costa.dias@iscte.pt), “Islamização e verdadeiros muçulmanos: formas de revivalismo na Grande Senegâmbia” Resumo/ Abstract: Nesta comunicação, procurarei, em simultâneo à descrição das principais manifestações do actual revivalismo muçulmano na Grande Senegâmbia – uma região hoje em dia fortemente marcada pela ambiguidade das relações entre localismos identitários e referentes identitários transnacionais, questionar a importância destes movimentos na produção de novas identidades religiosas e socioculturais. Dito de outro modo, procurarei questionar o papel dos actuais movimento de islamização e re-islamização na construção do tão apregoado (e desde o século XIX bandeira de todos os movimentos de contestação religiosa na Grande Senegâmbia) “verdadeiro” muçulmano, do muçulmanos “novo”.</p> <p>5. Maria João Pinto - (mjbipinto@gmail.com), “Redes religiosas no Islão costeiro – Reconfiguração do panorama religioso entre os amaka (Nacala)” Resumo/ Abstract: Esta comunicação tem como objectivo principal descrever e discutir o papel das confrarias muçulmanas na islamização e posteriormente na “redefinição” das práticas muçulmanas dos Amaka. Os Amaka de Nacala fazem parte do grupo de populações macuas da costa islamizadas desde século IX e na actualidade fortemente tuteladas nas suas práticas religiosas pelas confrarias muçulmanas.</p>

Painel Minería, fronteras y movimientos sociales transnacionales

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>Sessão única</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Anfiteatro 2.1</p>	<p>María Molina Martín Universidad Autónoma de Madrid</p> <p>e</p> <p>Carlos Taberero Martín Universidad Autónoma de Madrid</p> <p>(coordenação, moderação e comentários)</p>	<p>1. María Molina Martín – Universidad Autónoma de Madrid, (mariamolina.correo@gmail.com), “Movimientos sociales en torno a la minería en Katanga (RDC)” Resumo/ Abstract: La realidad entorno a los recursos nos muestra una gran variedad de actores relacionados con la extracción, la industria y la economía que aquellos generan. Encontramos actores o agentes políticos, económicos y sociales en todos los niveles, local, nacional e internacional. La representación de las situaciones entorno a los recursos, suele llegarnos a través de los medios, como realidades, donde los actores se dividen en víctimas y explotadores, ya sean en forma de conflictos armados o no. La experiencia demuestra que la industria extractiva se aprovecha de ciertas situaciones de vulnerabilidad que, a menudo, con el apoyo de instituciones gubernamentales y el silencio internacional, haciendo esta dicotomía (víctimas-explotadores) realidad. Sin embargo, lejos de creer que esta situación es inevitable, el análisis de los diferentes actores en juego, permite adivinar que se trata de una situación mucho más compleja. Al observar la diversidad de casos que surgen en los diferentes contextos de un país como la República Democrática del Congo, cabría afirmar que el conflicto es una clave común en todos ellos. La elección de la región de Katanga, al tratar de observar los movimientos sociales que se generan a partir de las dinámicas extractivas, en la región de Katanga se identifican muy claramente cada uno de los actores. Cómo se articulan los intereses de cada uno de ellos determina el tipo de industria ante la que nos encontramos. Es interesante analizar cómo ha evolucionado esta industria en Katanga para conocer qué espacio ocupan las organizaciones de la sociedad civil.</p> <p>2. Carlos Taberero Martín - Universidad Autónoma de Madrid, (taberero.martin.carlos@gmail.com), “Petróleo, soberanía y fronteras. El papel de los recursos naturales en la construcción de los imaginarios sobre los límites territoriales en Cabinda” Resumo/ Abstract: El petróleo es uno de los más valiosos recursos del planeta. La lucha por su control ha provocado cientos de reuniones, negociaciones, discusiones e incluso conflictos entre los diferentes actores que pretenden poseerlo. En determinadas ocasiones, en dicha lucha, surgen las aspiraciones nacionales de diferentes grupos políticos y sociales. Y la noción tradicional de soberanía es cuestionada o reclamada por estas comunidades. En estos casos, el estudio de la concepción de la frontera y de los diferentes imaginarios que la construyen a través de diversas herramientas legales se convierte en esencial para entender la situación y el papel del petróleo en la formación de los territorios y sus límites. El caso de Cabinda es uno de los más notables ejemplos de la relación entre el petróleo, las aspiraciones secesionistas y las fronteras. El antiguo enclave portugués sufrió el cambio de su estatus jurídico desde la emergencia del petróleo en sus aguas oceánicas, lo que marcó el inicio de las luchas por la propiedad de la soberanía y, por ende, de sus recursos naturales. El principal objetivo de esta comunicación es explorar la relación entre petróleo y soberanía y el papel que en todo ello tiene la frontera, como forma de imaginar y limitar el territorio, a través del caso de Cabinda en los años previos y posteriores a la independencia de Angola.</p> <p>3. Ana Larcher Carvalho - ISCTE-IUL; CEI-IUL, (anacatarinalarcher2010@hotmail.com), “Exploração florestal e movimentos de resistência na Guiné-Bissau” Resumo/ Abstract: Para entender el uso que hace la población de Baja Kunda de los diferentes recursos médicos es muy importante conocer las representaciones de la enfermedad en la sociedad a la que pertenecen. Los valores, las creencias y las prácticas relacionadas con la salud y la enfermedad en las distintas sociedades humanas forman parte de la cultura de tal sociedad; por lo que es lógico que en el área de estudio de este trabajo, donde la religión es un factor trascendental, que envuelve la concepción de los fenómenos en el día a día de la sociedad, los procesos de salud y enfermedad sean explicados, vividos y enfrentados en el marco de sus creencias religiosas.</p> <p>4. Pablo Muñoz González - Universidad Autónoma de Madrid, (pablo.munnozgonzalez@estudiante.uam.es), “Carlos S. Assadourian, la minería y la historiografía” Resumo/ Abstract: Las publicaciones sobre la monarquía Hispánica y la minería que Carlos Sempat Assadourian hizo en los años 80 permitieron desentrañar el complejo mecanismo por el cual, por un lado, la monarquía Hispánica se financiaba y, por otro, cómo se introdujo al indígena, con o sin su voluntad, dentro de la economía de mercado. Sin embargo, sus estudios no suelen ser reivindicados. Ya sea por su militancia política, su complejidad o, simplemente por ignorancia u olvido, no suele ser una referencia recurrente en los principales trabajos sobre la Europa, África o América de los siglos XVI y XVII. Por ello, nos proponemos una reivindicación de su figura, un análisis crítico de sus principales trabajos y, en fin, un balance de lo que supusieron sus investigaciones no solo en la historia de la minería, sino también en la historiografía modernista en general.</p> <p>5. Fabrício Dias da Rocha - Centro de Estudos Sociais- Universidade de Coimbra, (fabricio3rocha@gmail.com), “‘Outra vez não vale a pena!’. Um estudo de caso sobre a atuação dos megaprojetos de mineração em Moçambique e as reivindicações de participação cidadã feitas pelas comunidades afetadas” Resumo/ Abstract: Por meio de dados coletados na província moçambicana de Tete, através de entrevistas e da observação participante, da análise de jornais e espaços alternativos na internet, neste trabalho procuro argumentar que a atuação em Moçambique dos Megaprojetos de exploração mineira estrangeiros, em especial a empresa brasileira de mineração Vale-Moçambique, está atualmente a dar continuidade a uma lógica da monocultura da produção capitalista de cunho neoliberal e neocolonial, e a perpetuar, por meio de uma monocultura do saber (Santos, 2006), pelo menos dois tipos de desenraizamentos: o desenraizamento de populações de seus territórios, e o desenraizamento (ou exclusão) dessas mesmas populações dos processos de decisões, inviabilizando o exercício de uma cidadania participativa. Ainda, procuro discutir se por meio da colonialidade do poder (Quijano, 2005) a ideia de desenvolvimento no séc. XXI, aliada a cooperação, não reproduz atualmente as lógicas do colonialismo, do planejamento centralizado pós-independência e do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que provoca silenciamentos e impede as populações locais de uma participação social emancipatória.</p>

Painel Além das fronteiras: ciência, agência e biografias em trânsito

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 1.2</p>	<p>Lorenzo Macagno Universidade Federal do Paraná</p> <p>(coordenação)</p> <p>Patrícia Ferraz de Matos Universidade de Lisboa</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Lívio Sansone Universidade Federal da Bahia</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Livio Sansone – UFBA, [sansone@ufba.br], "Eduardo Mondlane, a América e as ciências sociais" Resumo/ Abstract: As narrativas anticoloniais de muitos líderes africanos aproveitaram os discursos hegemônicos nas ciências sociais ou algumas de suas mais populares teorias. Foi assim, por exemplo, em relação ao relativismo cultural (captado dos escritos e dos discursos de Keniatta e Nkrumah) e, duas décadas mais tarde, da teoria do grupo de referência, própria da psicologia social, na formação e na efetivação do preconceito racial (a qual Eduardo Mondlane adotou no seu discurso anticolonialista que sempre se manteve fortemente humanista). Se já foram feitos vários estudos das biografias e das genealogias teóricas de Keniatta e Nkrumah, desde as hagiografias até as biografias de síntese, passando pelas biografias nacionais, muito menos tem se pesquisado sobre os líderes e os intelectuais dos PALOPS. Se Amílcar Cabral tem atraído mais atenção, o caso de Eduardo Mondlane continua relativamente pouco pesquisado, embora sua vida apresente uma complexidade que deveria ter atraído mais atenção por parte dos cientistas sociais.</p> <p>2. Marcelo Henrique Nogueira Diana - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [marcelo.diana@gmail.com], "Diálogos entre africanistas: o mundo negro nas cartas de Roger Bastide com Arthur Ramos" Resumo/ Abstract: Este trabalho analisa as correspondências pessoais trocadas entre Roger Bastide e Arthur Ramos, sob a tentativa de compreender a construção de um campo de pesquisa das ciências sociais, ao longo das décadas de 1930 e 1940, voltado para o resgate da cultura e da história africanas. Considerado, por Bastide, como 'mestre dos estudos africanistas', Arthur Ramos desempenhou papel fundamental para a formação e consolidação de um grupo de intelectuais brasileiros e estrangeiros interessados nos fenômenos culturais e históricos do mundo negro. A construção desse campo, entretanto, é coletiva e pode ser apreendida nas obras e nas pesquisas efetuadas por ambos os autores, entre outros, bem como na análise das suas correspondências trocadas, entre o ano de 1938 até a morte de Ramos, em 1949. Em que pese a forte presença do nome de Bastide associada à criação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, é possível perceber pelas cartas trocadas entre os dois africanistas a formação de um campo de interesses que se fundava em paralelo àquela universidade. Este campo aparece vinculado não apenas à academia brasileira, mas integrado às instituições acadêmicas e culturais francesas, como o L'Institut Français D'Afrique Noire e o famoso Musée de L'Homme, em Paris, além do recém criado Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, cuja direção ficou a cargo de Arthur Ramos (que faleceu três meses após assumir o cargo). Abordo a construção do campo de estudos africanistas, nas décadas de 1930 e 1940, analisando por meio da narrativa profissional de Arthur Ramos e das reciprocidades intelectuais sinalizadas por Roger Bastide ao brasileiro a sutil e persistente rede de personalidades que os ligava intelectualmente. Em particular, destaco a diversidade de assuntos relacionados à agenda de pesquisa de ambos os autores, que se firmava desde os debates em torno da teoria da psicanálise, da arte e da estética, até às polêmicas sobre a psiquiatria e a então recente produção em antropologia cultural norte-americana, de Franz Boas e de Donald Pearson, observada intimamente por eles em suas cartas.</p> <p>3. Silvia Almenara Niebla - Universidad de La Laguna, [silvia.an89@gmail.com], "La construcción del movimiento estudiantil nigeriano: modelos de resistencia heredados y su impacto en el periodo postcolonial (1950-1980)" Resumo/ Abstract: En 1948, el Imperio Británico abre la primera universidad de Nigeria con el objetivo de consolidar la dominación cultural como base del sistema colonial. Sin embargo, la universidad también suponía un nuevo espacio de socialización en el que los estudiantes comenzaron a tejer redes de resistencia contra el poder de la metrópoli. Es en este contexto marcado por la fuerte represión en el que surgen diferentes asociaciones de estudiantes que heredaban el patrón asociativo colonial. Por un lado, el modelo de tipo sindical, liderado por el NUNS (National Union of Nigerian Students) que dirigió el proyecto anticolonialista y cuyos participantes se implicarían posteriormente en el partido político que promovió la independencia del país el NYM (Nigerian Youth Movement). Y por otro, el modelo británico de fraternidad protagonizado por The Pyrates Confraternity liderado por el posterior premio nobel Wole Soyinka y que, bajo un fuerte carácter clandestino, tenían como objetivo principal la lucha contra el colonialismo y la erradicación del tribalismo, el elitismo y el despotismo en la sociedad. Así, ambos grupos estudiantiles iniciaron el tejido asociacionista universitario que tendrá un papel relevante en los años posteriores a la independencia del país tras la africanización de las universidades, puesto que en este momento, se comienza a reformular el movimiento estudiantil hacia nuevas estructuras de resistencias basadas en la propia agencia africana y en contra de las sucesivas dictaduras militares. Esta ponencia pretende contribuir al estudio de los diferentes modelos de resistencia que influenciaron los procesos de cambio político dentro del continente, al mismo tiempo que supone un análisis de la construcción de la identidad del movimiento estudiantil nigeriano en base a los modelos heredados de la estructura colonial y a su propia capacidad de agencia y adaptación tras la independencia del país.</p> <p>4. Augusto Nascimento - Instituto de Investigação Científica Tropical, [anascimento2000@yahoo.com], "Alda do Espírito Santo, da distinção social à militância e da política à tristeza" Resumo/ Abstract: Em 12 de Março de 2010, no funeral de Alda do Espírito Santo, com honras militares, Manuel Pinto da Costa, primeiro presidente de São Tomé e Príncipe e, na altura, já apontado como candidato às eleições presidenciais de 2011, sentenciou: "a camarada Alda morreu triste". Para além da oportunidade política em função das eleições que se avizinhavam, a homenagem era apropriada dado o peso moral de uma figura reverenciada por muitos e cujo humilde modo de vida nos derradeiros anos parecia consonante com os ideais que apregoara. Mas Alda do Espírito Santo teria morrido triste. Neste texto, apresentar-se-á uma síntese da sua trajectória política, tentando explicar porque é que a reverência de que foi alvo conviveu com a progressiva secundarização da sua pessoa, facto devido, por um lado, à coerência dos seus propósitos e ideais e, por outro, à reviravolta de valores no arquipélago e no mundo, também ele, pautado por drásticas mudanças no seu ordenamento político e social.</p>

Painel Além das fronteiras: ciência, agência e biografias em trânsito

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p align="center">2ª Sessão</p> <p align="center">12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p align="center">16h30-18h30</p> <p align="center">FEUC Sala 1.2</p>	<p>Lorenzo Macagno Universidade Federal do Paraná</p> <p align="center">[coordenação]</p> <p>Patrícia Ferraz de Matos Universidade de Lisboa</p> <p align="center">[coordenação e moderação]</p> <p>Lívio Sansone Universidade Federal da Bahia</p> <p align="center">[comentários]</p>	<p>1. Antonio Evaldo Almeida Barros - Universidade Federal do Maranhão, (eusouevaldo@yahoo.com.br), "Nas trilhas de Mafukuzela: as histórias e memórias construídas em torno de John Langalibalele Dube" Resumo/ Abstract: Defensor da humanidade dos povos africanos, criador do primeiro jornal e autor do primeiro romance em isizulu, fundador do African National Congress, John Langalibalele Mafukuzela Dube (1871-1946) é uma figura central da história e memória sul-africana moderna. Há pelo menos duas tendências significativas entre aqueles que, de final do século XIX ao início do século XXI, têm tomado Dube como objeto ou sujeito de interesse. De um lado, há aqueles que tendem a identificar Dube como colaborador da implementação do regime segregacionista sul-africano. Nesta perspectiva, dominante nos anos 1950-1970, Dube é visto como um zulu influente, mas que teria se tornado fantoche dos brancos, um incentivador da solidariedade racial em detrimento daquela de classes e, como tal, promotor dos fundamentos do Apartheid. De outro lado, a exemplo do que ocorre nos dias atuais no contexto da Nação Arco-Íris, há aqueles que vêem em Mafukuzela um personagem central das lutas históricas contra a segregação racial, inscrevendo-o como uma espécie de herói sul-africano. Aqui, Dube é reabilitado como sujeito envolvido nas lutas pela liberdade e cuja vida seria exemplo de que, nas origens da nação sul-africana moderna, haveria formas claras de relações raciais harmônicas entre brancos e negros. Embora distintas, essas formas de inscrever Mafukuzela se relacionariam tanto às opções que ele tomara ao longo de sua vida, quanto aos modos como os intérpretes se posicionam diante dos seus atos, palavras e silêncios, e em relação à história da África do Sul e, especialmente, do Apartheid (1948-1994). Além disso, nota-se que as intervenções teóricas e práticas de e sobre John Dube se alicerçam e fomentam determinadas concepções de história e desenvolvimento, raça, cultura e nação. Neste contexto, são dominantes concepções progressistas de desenvolvimento social e histórico, apresentadas como universais, embora perspectivas diferentes, que consideram, por exemplo, especificidades culturais, também possam ser observadas.</p> <p>2. Lorenzo Macagno - Universidade Federal do Paraná, (lorenzom@ufpr.br), "Marvin Harris em Moçambique: notas sobre a pré-história do materialismo cultural" Resumo/ Abstract: No início de 1956, o antropólogo Marvin Harris, proveniente da Universidade de Columbia, chega a Moçambique com o objetivo de desenvolver uma investigação no sul do país. Desde o início, Marvin Harris contaria, para a sua entrada no terreno, com a colaboração de duas figuras dissimiles entre si: o antropólogo e funcionário colonial António Rita-Ferreira e o opositor ao regime António de Figueiredo. Inicialmente, Marvin Harris estabeleceria com o primeiro uma relação cordial, travando, posteriormente, uma dura disputa intelectual que seria publicada na revista Africa, do International African Institute. Já com António de Figueiredo, Harris manteria uma longa amizade permeada por uma grande afinidade política. O objetivo desta comunicação é situar as coordenadas dessas disputas e afinidades, bem como as circunstâncias que fizeram com que Harris fosse expulso de Moçambique pelas autoridades coloniais. Pretendemos, também, tornar inteligíveis as opções investigativas de Marvin Harris - suas indagações sobre o regime de trabalho forçado em Moçambique, bem como suas críticas ao 'culturalismo' de Gilberto Freyre - apelando a um duplo registro: 1) o da antropologia norte-americana, caracterizada na época pela investida dos pós-boasianos e, mais tarde, pela aparição do materialismo cultural, do qual o próprio Marvin Harris se tornaria fundador; 2) o da Guerra Fria e as crescentes críticas internacionais à presença portuguesa na África.</p> <p>3. Elisio S. Macamo - Universidade de Basileia, (elisio.macamo@unibas.ch), "Biografias trágicas" Resumo/ Abstract: A comunicação inspira-se no sentido original do termo 'tragédia' para reflectir, por um lado, sobre a geração africana que logrou as independências das décadas de cinquenta e sessenta e, por outro, para problematizar o lugar do pesquisador na construção de narrativas coerentes sobre a experiência humana representada pelo objecto da descrição. O objectivo analítico é de entender porque uma geração heróica virou, com o tempo, vilã - autoritarismo, ditadura, intolerância - enquanto que o teórico e metodológico consiste em interpelar os modos de inteligibilidade na base dos quais a pesquisa em ciências sociais procura dar conta dum fenómeno tão complexo quanto a construção duma biografia.</p>

Painel Descolonização? Avaliando as dimensões políticas, culturais e epistémicas das transições

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p align="center">2ª Sessão</p> <p align="center">12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p align="center">16h30-18h30</p> <p align="center">FEUC Anfiteatro 1.1</p>	<p align="center">Maria Paula Meneses CES</p> <p align="center">[coordenação]</p> <p align="center">Bruno Sena Martins CES</p> <p align="center">[coordenação e comentários]</p> <p align="center">Carolina Peixoto CES</p> <p align="center">[coordenação e moderação]</p>	<p>1. Karla Lisandra Gobo e Bruno Santos de Araújo Fernandes - UNINTER-UNICAMP/ UFPR, (brunobsba@gmail.com; karlagobo@gmail.com), “As mudanças na relação Brasil-Portugal: uma análise acerca das colónias portuguesas na África na década de 1970” Resumo/ Abstract: O objetivo do presente trabalho é analisar as mudanças e ajustes nas relações Brasil-Portugal-Moçambique durante a década de 1970. A História da Política Externa Brasileira até então foi marcada pelo apoio a Portugal no que dizia respeito às suas colónias no continente africano. No entanto, a partir da década de 1970, assiste-se a uma aproximação e apoio à independência desses territórios. Tendo isso em vista, cumpre investigar quais são as variáveis que podem explicar essa mudança na tradicional relação de apoio do Brasil no que diz respeito à esta temática. Este trabalho pretende responder à seguinte pergunta: quais os fatores contribuíram para que o governo brasileiro - uma ditadura que foi instaurada baseada na doutrina de segurança nacional - apoiasse e reconhecesse desde o primeiro instante os governos de inspiração marxista oriundos da Revolução dos Cravos e da guerra de independência moçambicana? A hipótese norteadora é de que há aspectos na política interna de ambos os países que auxiliam nas mudanças de direcionamento nesta relação, assim como alguns condicionantes internacionais que ajudam a explicar esta questão. Para compreender este processo, pretende-se analisar a literatura e suas leituras sobre a Revolução dos Cravos, a Ditadura Militar brasileira e a guerra de independência moçambicana, documentos trocados entre as Embaixadas ou consulados do Brasil, de Portugal e Moçambique no período; além de uma entrevista com o Embaixador Alberto da Costa e Silva, que trabalhou na aproximação Brasil-África durante o governo brasileiro de Emílio G. Médici.</p> <p>2. Bruno Sena Martins - Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, (bsenamartins@gmail.com), “A violência colonial no Portugal democrático: memórias, corpos silenciamentos” Resumo/ Abstract: O silenciamento da Guerra Colonial portuguesa (1961-1974) constitui um dos elementos mais estruturantes da reconstrução democrática e pós-imperial da sociedade portuguesa. Partindo de uma extensa recolha de histórias de vida de ‘deficientes das Forças Armadas’, o presente texto procura analisar as lutas pelo sentido trazidas pelas suas narrativas. Por um lado, procuramos perceber os termos de um confronto entre uma memória da violência, corporalmente inscrita, e a denegação da violência colonial no senso comum do Portugal democrático. Por outro, procuramos compreender de que modo a noção de uma guerra evitável e injusta, crescentemente sedimentada após o seu ocaso, cria um paradoxo para aqueles que, tendo sido parte de uma força agressora, se configuram como vítimas</p> <p>3. Maria Paula Meneses - Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, (mpmeneses@gmail.com), “Só revendo o passado conheceremos o presente? Os dilemas das descolonizações internas em Moçambique” Resumo/ Abstract: A quando da sua independência, em 1975, Moçambique herdava uma complexa situação política. A africanização da guerra, a tentativa de remodelação política - transformação de província ultramarina em Estado - em Moçambique, e a consequente ampliação da ‘base’ de apoio a esse regime político, entre outros fatores, explicam os antagonismos e debates que cruzavam uma sociedade em construção. Central à construção da ‘moçambicanidade’, um dos objetivos fortes do regime político no poder, estava a ideia da dignidade, do saber ser, estar e pertencer a um projecto político. Desafiando uma visão que recorre à descolonização como um termo prescritivo, uma fase na maré teleológica da história, este trabalho analisa em detalhe parte do processo de ‘reabilitação’ política de elementos considerados traidores, para, de forma mais ampla, questionar os processos de ‘descolonização’ mental experimentados em Moçambique, nos anos que se seguiram à independência nacional. A partir da proposta de Chakrabarty (2008), este trabalho propõe-se analisar, a partir do estudo da reunião com os ‘comprometidos’ em Moçambique (1982), como a história pode ter uma vida pública, em uma situação em que o passado é uma questão de contestação na vida quotidiana.</p> <p>4. Carolina Peixoto e Iolanda Vasile - Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, (carolina.peixoto@gmail.com), “Dos traumas da descolonização ao mal-estar nas relações político-económicas atuais: o caso de Angola-Portugal” Resumo/ Abstract: Quarenta anos depois do fim definitivo do império português os impactos e latências políticas, culturais e epistémicas da forma como se deu a transição política para a independência de Angola continuam, ainda hoje, a influenciar as relações entre este país e Portugal. Relações estas que são subsidiárias de um passivo pesado: a história das relações de poder impostas pelo moderno projeto português de ocupação e exploração colonial do território angolano posto em prática ao longo de ¾ do século XX. Considerando a descolonização enquanto um fenómeno social complexo movido pelo questionar do impacto das relações de violência e exploração vivenciadas durante a colonização (Meneses, 2008: 12), analisaremos o recurso às heranças históricas relacionadas com a questão colonial e a ‘descolonização’ no discurso utilizado por destacados meios de comunicação angolanos e portugueses em peças jornalísticas que, ao longo do último ano, abordaram os altos e baixos da relação entre os dois Estados. Interessa-nos desvelar que imagens, sentimentos, lembranças e esquecimentos têm sido destilados na memória coletiva de angolanos e portugueses a partir do resgate desta herança nem sempre reconhecida, sobretudo num sentido cognitivo, pelos seus potenciais herdeiros.</p> <p>5. Miguel Cardina - Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, (miguelcardina@ces.uc.pt), “O lugar do colonial nos discursos de Aníbal Cavaco Silva” Resumo/ Abstract: A questão colonial teve, como é sabido, um papel decisivo no desencadear do processo de mudança política que ocorreu em Portugal em 1974-75. É o peso do Império e o prolongamento insustentável das guerras que conduzem ao 25 de Abril e ao desfecho do ciclo colonial, com a emergência de um conjunto de novas nações africanas cuja legitimidade histórica era outorgada precisamente pelas lutas de libertação levadas a cabo contra o Estado português. A importância deste passado colonial no presente pós-colonial conduz em Portugal a frequentes reticências, desvios e silenciamentos. Esta intervenção procura observar isso mesmo a partir de um conjunto de discursos públicos proferidos pelo Presidente da República Portuguesa, Aníbal Cavaco Silva, entre 2006 e 2014. Toma-se como objecto de análise as intervenções feitas nas sessões comemorativas do 25 de Abril (onde se celebra o regime democrático) e nas comemorações do 10 de Junho (Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades e onde, de certa forma, se celebra a nação). Pretende-se deste modo evidenciar como este tipo de ‘memória oficial’ tem vindo a acionar certas narrativas sobre o passado que reinterpretem a natureza e o lugar do colonialismo, das guerras coloniais e da descolonização no processo histórico contemporâneo.</p>

Painel Literatura e (des)construção de identidades

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Anfiteatro 1.2</p>	<p>Luca Bussotti Centro de Estudos Internacionais –ISCTE- IUL</p> <p>(coordenação)</p> <p>Remo Mutzenberg Universidade Federal de Pernambuco- Brasil/Centro de Estudos Internacionais ISCTE-IUL, Portugal</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Inocência Mata FL - ULisboa</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Isabel Gomes – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, [isagogmesfil@gmail.com], “O contributo de narrativas ficcionais africanas à reconfiguração conceptual das Epistemologias do Sul” Resumo/ Abstract: As epistemologias do Sul, na sua condição de conhecimentos acerca de experiências sociais, implicam a configuração de uma rede conceptual (em constante processo de reconfiguração) que possibilite a organização das experiências num corpo teórico inteligível e operativo. Distintamente da proposta epistemológica dominante, herdada do positivismo e do neopositivismo, as epistemologias do sul constituem-se como configurações contextualizadas e plurais, atentas à diversidade de experiências sociais, políticas e culturais em constante devir (atentas, nomeadamente, às experiências que têm sido excluídas pelo poder dominante). Na sua demarcação da epistemologia moderna ‘que conferiu à ciência a exclusividade do conhecimento válido’ (Meneses e Santos, 2010:11) as epistemologias do sul confrontam-se, frequentemente, com a dificuldade de criar novos conceitos, porque o vocabulário de que dispomos está quase na sua totalidade contaminado por uma história de colonialismo e violência.</p> <p>2. Isabelle Simões Marques - Universidade de Coimbra / Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, [isimoemarques@fch.unl.pt], “Construindo uma [nova] identidade através da tradução ou a questão do plurilinguismo nas obras de José Luandino Vieira” Resumo/ Abstract: Veremos, na nossa comunicação, como a obra de José Luandino Vieira tem sido traduzida em língua francesa nestes últimos anos através da análise das obras seguintes: No antigamente, na vida (1974) traduzido em 1981, Nós, os do makulusu (1974) traduzido em 1989 e Luuanda (1963) traduzido, em parte, em 2002. Estas obras, escritas durante a ditadura salazarista, retratam o quotidiano da população de Luanda. Estas obras de tradição e costumes angolanos são verdadeiramente obras de contestação política e social. Assim, estas obras são marcadamente subversivas uma vez que a(s) língua(s) são um instrumento de reivindicação política e de afirmação dos valores culturais angolanos ao incorporar nos seus textos, não só uma variação angolana da língua portuguesa através do kimbundu, como também o inglês e o latim. Sabemos que a tradução é um processo que envolve não só a língua, como também a cultura, a história e as motivações políticas. O propósito da nossa comunicação será de perceber como esse plurilinguismo contestatário foi (in)alterado nas suas versões em língua francesa. Analisaremos os processos linguísticos de transposição destes efeitos estilísticos para um leitorado francês. Analisaremos também a função dos glossários, das notas de rodapé e notas introdutórias inseridos nas versões traduzidas. Veremos que os tradutores procuram levar o leitor francófono o mais perto possível do texto de Luandino indo até aonde a língua francesa lhes permite ir, restituindo ou não todas as ‘nuances’ dos textos de partida.</p> <p>3. Eliane Veras Soares - Universidade Federal de Pernambuco, [elianeveras1@gmail.com], “Literatura e (des)construção de identidades: o caso moçambicano” Resumo/ Abstract: Fátima Mendonça (2008) analisa a passagem da ‘imaginação colonial’ para a ‘imaginação nacional’ na literatura moçambicana como um processo que durou cerca de 100 anos, comportando ‘paradigmas que em geral orientam, desde o princípio do século XX, a produção escrita nos países africanos submetidos à colonização europeia’, agrupados em três conteúdos fundamentais. A proposta desta comunicação é problematizar os três paradigmas, ou momentos (Ser Africano e Ser Europeu; Ser Africano versus Ser Europeu; Ser Nacional versus Ser Universal) a partir da noção de estrutura de sentimentos elaborada por Raymond Williams.</p> <p>4. Gemma Nadal - Universitat Rovira i Virgili (Tarragona), [nadal.gemma@gmail.com], “A construção da identidade nos romances de Paulina Chiziane” Resumo/ Abstract: A comunicação propõe uma abordagem da obra de Paulina Chiziane a partir da tensão existente nos seus romances entre tradição e modernidade, ligada à ideia de construção da identidade. Assim, num país onde ‘além de existir uma grande diversidade que não facilita um sentido de pertença comum’ se viveram momentos históricos e sociais como a colonização, a guerra de libertação e a descolonização subsequente, o período marxista, etc. que produziram um substrato cultural que inclui práticas ancestrais, crenças cristãs e uma certa ocidentalização (às vezes focalizada só no combate ao ‘obscurantismo’), não se pode falar ainda numa identidade moçambicana. De facto, a ideia que perpassa a obra da autora é que esse substrato deve ser digerido e reorganizado a fim de atingir a meta, longínqua, duma identidade comum. Mediante a narração de práticas tradicionais (como o lobolo, o mbelele e a poligamia, entre outras), a desmitificação do período marxista e a visibilização na sua narrativa das vozes femininas e subalternas, Paulina Chiziane reflecte sobre a possibilidade, ou não, de superar a ‘fase de embrião’ (nas suas próprias palavras) em que se encontra a nação moçambicana. Paralelamente, a autora examina o estatuto da mulher moçambicana na sociedade, que se balança também entre o peso da tradição (que relê desde uma perspectiva plenamente africana) e a modernidade, e que imbrica no processo identitário nacional.</p> <p>5. Natália Ruela - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [nataliaruela@yahoo.com.br], “Balada de amor ao vento, de Paulina Chiziane: o casamento e a (im)possibilidade de liberdade da(s) mulher(es)” Resumo/ Abstract: Esta comunicação objetiva analisar o romance moçambicano Balada de Amor ao Vento, de Paulina Chiziane, publicado em 1990, observando como a personagem principal, Sarnau, vive seu papel feminino imposto pela sociedade moçambicana da época. Assim, vislumbrar-se-á como a poligamia, tema altamente abordado na narrativa, é visto pela personagem e como o amor e o casamento são, também, por esta interpretados. Além disso, a comunicação objetiva traçar um paralelo entre a realidade do casamento e da poligamia expostos e construídos na obra e a realidade social de Moçambique em relação também a isso, já que vemos a literatura como representação de uma realidade social e, acima de tudo, uma maneira de evidenciá-la de forma que essa possa ser transmitida, questionada ou (des)construída.</p>

Painel Literatura e (des)construção de identidades

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Anfiteatro 1.2</p>	<p>Luca Bussotti Centro de Estudos Internacionais –ISCTE- IUL</p> <p>(coordenação)</p> <p>Remo Mutzenberg Universidade Federal de Pernambuco- Brasil/ Centro de Estudos Internacionais ISCTE-IUL, Portugal</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Inocência Mata FL - ULisboa</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Vanessa Rimbau Pinheiro - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), (vanessariambau@gmail.com), “O papel da literatura de Moçambique e Angola na construção identitária dos PALOP” Resumo/ Abstract: Este estudo analisa a obra de três autores contemporâneos de países africanos de língua oficial portuguesa, a saber: Mia Couto, Agualusa e Ondjaki. A partir da análise de algumas de suas obras, observaremos de que maneira estes se coadunam literariamente ou não, com base na verificação de suas escolhas simbólicas e temático-estruturais. Buscaremos também mostrar de que forma as últimas obras dos referidos autores apontam para uma reflexão acerca da identidade angolana e moçambicana, bem como iremos destacar tendências e diretrizes das literaturas dos citados países na atualidade e seu papel no cenário ficcional. Para tanto, utilizaremos como base teórica os autores Benedict Anderson, Stuart Hall, Kwame Anthony Appiah, Edward Said, Eric Hobsbawm e Memmi, entre outros.</p> <p>2. Wesley Barbosa Correia e Cláudio Alves Furtado - IFBA/UFBA/Pós-Afro/CAPES-PDSE, (wesleybcorreia@yahoo.com.br), “Pensar outras histórias: o processo ficcional em A Gloriosa Família” Resumo/ Abstract: Pretende-se, neste trabalho, problematizar o conceito de nação como uma construção, na produção literária inserida no contexto do pós-independência, em Angola, bem como refletir sobre a aproximação entre o discurso ficcional e histórico a partir dos episódios apresentados no romance A gloriosa família, do escritor angolano Pepetela. Para isso, será observada a movimentação do escravo-narrador que, mudo em primeiro plano, vale-se da condução do discurso como meio de revisão da história, de tentativa de(re)inscrição do passado no presente, como forma de instituir novos saberes. A presença desse narrador somada a das demais personagens, marcadas, quase todas, pela ambiguidade, permitirá que as identidades sejam percebidas como um processo - como fenômeno ambivalente - em que se configuram distintas concepções da história e dos povos de Angola. Esta produção apoia-se nas perspectivas teóricas indicadas por Stuart Hall, Inocência Mata, Linda Hutcheon, Chinua Achebe e Frantz Fanon, dentre outros.</p> <p>3. Mário Augusto Frasson - Universidade de Brasília - Instituto de Relações Internacionais, (mariao.frasson@gmail.com), “As novas Angolas nas linhas de Ondjaki” Resumo/ Abstract: Este trabalho tem por objetivo fundamental discutir as novas imagens de Angola exportadas a partir da literatura de Ondjaki. Por se tratar de um autor africano lusófono novo, o estudo das obras de Ondjaki deste ponto de vista pretende explorar novas formas de apresentação do país para o mundo, um novo modo de exportação de imagens de Angola, mais distanciada dos problemas do colonialismo português e da guerra civil. Desta forma, pretendemos discutir uma possível nova forma literária de pensar e de representar a realidade angolana no século XXI, impactando diretamente na questão das identidades e das representações. Por ter como foco maior a exportação de imagens, este trabalho operará com duas dimensões da literatura de Ondjaki: primeiro, as propostas literárias em si, observando tanto a narrativa quanto a temática; para depois observar o seu lugar editorial, principalmente entre Brasil-Angola-Portugal. Desta maneira, pretende-se tanto explorar as novidades trazidas por Ondjaki para as representações de Angola quanto suas capacidades de penetração editorial, como meio de exportação de novas imagens e abordagens sobre Angola.</p> <p>4. Carlos Alberto de Negreiro e Rosilda Alves Bezerra - Universidade Estadual da Paraíba, (ca_negreiro@yahoo.com.br), “Literaturas interatlânticas: a escrita-lugar, identidade e subjetividades em Ferréz, Paulo Lins, e Agualusa” Resumo/ Abstract: As obras ‘Cidade de Deus’, de Paulo Lins, ‘Ninguém é inocente em São Paulo’, de Ferréz, tomam como princípio o de enunciar uma outra voz-lugar - a periferia - a ‘não-cidade’, o contraponto da ideia de ‘centro’, que seria o discurso oficial da Ordem e do establishment. Já a fábula moderna de José Eduardo Agualusa, ‘O ano em que Zumbi tomou o Rio’, discute uma questão pós-colonial no contexto de uma possível guerra civil entre subalternos e dominadores no Rio de Janeiro trazendo a lume a figura do rebelde histórico de Zumbi, o ‘pesadelo’ da sublevação das populações que habitam os morros das favelas cariocas tomando o ‘asfalto’. Com Lins/Ferréz e Agualusa, estabelece-se nesta proposta um diálogo entre as culturas do Atlântico procurando a convergência da questão das identidades e subjetividades dos territórios outrora colonizados e portanto a procura de um caminho próprio. Os temas e os motivos se apresentam numa ordem heterodoxa, tecendo um misto de testemunho, ficção e engajamento. Esses escritores construíram uma literatura que expressa uma ‘voz marginal’ - uma subalternidade; um mundo peculiar onde se inscreve o que viam e sentiam do universo ao seu redor, ato de ‘expressar-se’, o ensejo de uma ‘existência’ constituída por intermédio da escritura. O narrar é uma forma de nos conhecer, de acessarmos o mundo por meio da experiência de vida, logo, quando o sujeito fala faz isso de uma posição, de um local. A escrita-lugar seria aquilo que cria uma proposição de mundo - transtornado, de mundo modificado, aquilo que é escrito incide sobre o processo de constituição desse sujeito. Assim, o texto é lugar do conflito, pois se existe diante do texto, no movimento que já é o da leitura, o sujeito ao se narrar, lê-se, não existe além-texto ou por-trás do texto, mas diante do texto - este é o confronto.</p>

Painel O Cinema Africano em Língua Portuguesa, filmes, documentação: narrações visuais da nação?

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Auditório</p>	<p>Ana Mafalda Leite CEsA Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina / FLUL</p> <p>e</p> <p>Carmen Lucia Tindó Secco UFRJ</p> <p>(coordenação)</p> <p>Kamila Krakowska (moderação)</p> <p>Jessica Falconi CEsA</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Jessica Falconi – CEsA, (jessica-77@libero.it), “Órfãos do Império e do Estado Póscolonial: os trabalhadores contratados na literatura santomense e no cinema cabo-verdiano” Resumo/Abstract: Abordando questões de narrativa e representação no domínio literário e visual, pretendo analisar as representações dos antigos trabalhadores contratados para as roças de São Tomé e Príncipe tanto em textos literários de autores santomenses, quanto em produções fílmicas de realizadores caboverdianos. Os ex-contratados - trabalhadores oriundos das outras colónias portuguesas em África impelidos ao trabalho forçado nas roças do arquipélago santomense - representam um legado do colonialismo português literalmente silenciado pelo discurso oficial do Estado são-tomense. A literatura e o cinema são então fundamentais para o registo da presença e da marca deste grupo na história e no tecido identitário da nação. De facto, a maioria da população da Ilha do Príncipe é constituída por antigos contratados e sobretudo pelos seus descendentes, sendo o crioulo caboverdiano uma das línguas mais faladas no arquipélago. Este tema permite também analisar o modo como a memória do colonialismo é ficcionalizada na literatura e no cinema, bem como refletir em torno das representações de comunidade e nação a partir do ponto de vista destes sujeitos marginalizados. No que se refere ao domínio visual, o corpus da análise inclui duas produções de realizadores caboverdianos, nomeadamente, o documentário ‘Os últimos contratados’ (2010) de Leão Lopes, e a docu-ficção ‘The Contract’ (2010) de Guenny Pires. Quanto aos textos literários, pretendo analisar o romance Levelengué (2005) de Rafael Branco e uma selecção de poemas de Conceição Lima.</p> <p>2. Marta Banasiak - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (banani58@hotmail.com), “Eugénio Tavares, a palavra do poeta no olho de câmara” Resumo/Abstract: Eugénio de Paula Tavares (1867-1930) nascido na Ilha Brava deste a década dos 90. do séc. XIX até a sua morte foi a figura de destaque da cultura cabo-verdiana. Jornalista, ensaísta, poeta e autor de letras de música ocupou a posição dominante na cultura do seu povo. Sendo um dos primeiros literatas a escrever em língua nativa das ilhas tornou-se rapidamente e continua até hoje ser a figura-símbolo da identidade crioula cuja obra e vida desperta interesse dos artistas e investigadores de várias áreas. O presente trabalho pretende analisar como esta figura emblemática do imaginário nacional cabo-verdiano é retratada no documentário da autoria de Júlio Silvão Tavares ‘Eugénio Tavares - Coração Crioulo’. Como o mito do ‘Camões cabo-verdiano’ está a ser retrabalhado através da linguagem fílmica do documentário? Qual é o objectivo/necessidade de relembrar a figura do escritor? Como a palavra literária e a imagem cinematográfica colaboram na construção/fortificação da identidade da ‘nação crioula’? Estas são as perguntas centrais que orientarão o presente estudo.</p> <p>3. Giulia Spinuzza - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (giuliaspin@yahoo.it), “O Grande Hotel da Beira entre sonho e realidade” Resumo/Abstract: A partir da produção cinematográfica e literária inspirada no Grande Hotel da Beira, em Moçambique, propomos fazer uma análise da representação da memória, da história e da construção de contra-narrativas da nação. Objectos da nossa análise serão o documentário de Licínio Azevedo Hóspedes da noite e o conto ‘Casas de Ferro’ de João Paulo Borges Coelho. A transformação de um dos mais luxuosos hotéis de África a edifício abandonado e ocupado pelos seus novos habitantes testemunha a persistência de um passado reinventado no presente. A reconversão e readaptação da arquitectura implica também um questionamento da memória. O documentário do realizador Licínio Azevedo sublinha a decadente grandiosidade deste hotel, que esconde entre as suas paredes os restos do passado. Hóspedes da noite demonstra também o funcionamento interno do hotel, através da autogestão da variada comunidade que o habita. Nesse sentido, os problemas que emergem no seio desta comunidade podem ser lidos enquanto reflexo dos problemas do país. Mas qual o destino para os seus ocupantes? O conto de João Borges Coelho, que se articula a partir do Grande Hotel, inventa um possível futuro para os seus habitantes. A estória que apresenta, e que se centra no deslocamento de parte da comunidade do hotel para os barcos arenados, pode ser lida também enquanto percurso metafórico do país. Dessa forma, a escrita reinventa e reescreve a nação segundo novos paradigmas e a ficção mistura-se com a realidade, a memória e a história. O objectivo desta comunicação será então determinar de que forma o documentário e o conto proporcionam, a partir do Grande Hotel, narrativas complementares que recuperam o passado, reflectem sobre o presente e reinventam o futuro.</p> <p>4. Ana Cristina Pereira, Rosa Cabecinhas, Nataniel Ngomane - Universidade do Minho/Universidade Eduardo Mondlane, (kitty.furtado@gmail.com), “Representações do feminino no filme O Último Voo dos Flamingos” Resumo/Abstract: O cinema enquanto construção social obedece a constrangimentos que se prendem com a produção das obras e também com expectativas em relação à sua recepção, sendo que ambos ficam inscritos no corpo do filme. A forma como as sociedades representam as próprias mulheres e as mulheres estrangeiras não coincide necessariamente. Arriscamos dizer que, por vezes, são maiores as restrições e as exigências feitas às mulheres autóctones, ficando reservado para a mulher estrangeira o estatuto de sedutora, livre e mesmo perigosa. Na sociedade moçambicana atual a mulher luta ainda por um estatuto paritário ao homem, sendo muitas vezes relegada para papéis secundários socialmente e estando obrigada à vigilância de códigos morais rígidos. Pretendemos perceber as diferentes representações sobre as mulheres no filme O Último Voo dos Flamingos de João Ribeiro, obra que conta com a participação de atrizes moçambicanas, uma atriz brasileira e uma portuguesa, analisando as intersecções entre as representações de género e as representações étnicas. A comparação e discussão entre a análise de conteúdo do filme e a análise discursiva de entrevistas concedidas pelo realizador, pelos atores e de textos produzidos pela crítica especializada, permitirá descortinar até que ponto o casting, a forma como as atrizes foram filmadas, e como foram tratadas pela imprensa moçambicana, está ou não relacionada com a sua nacionalidade.</p>

Painel O Cinema Africano em Língua Portuguesa, filmes, documentação: narrações visuais da nação?

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Auditório</p>	<p>Ana Mafalda Leite CEsA Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina / FLUL</p> <p>e</p> <p>Carmen Lucia Tindó Secco UFRJ</p> <p>(coordenação)</p> <p>Kamila Krakowska FLUC / CEsA, ISEG, ULisboa</p> <p>(moderação)</p> <p>Livia Apa Unior - Napoli</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Livia Apa - Unior - Napoli, (liviaapa@gmail.com), “A décima primeira ilha: imagens da diáspora cabo-verdiana” Resumo/Abstract: A minha intervenção pretende focar-se sobre algum material visual produzido por cabo-verdianos ou descendentes de cabo-verdianos em contexto de diáspora, partindo sobretudo de documentários, mas incluindo também matérias ligados à produção musical como videoclip de música e de rap cantado em crioulo em contexto de diáspora. Objectivo é tentar definir umas primeiras achegas para reflectir sobre como se constroem estratégias de representação/auto - representação da narrativa nacional cabo-verdiana em contexto de diáspora e sobre como ela interage com os contextos de acolhimento criando um processo de multiplicação de possíveis estratégias narrativas nacionais marcadas pelo contexto de migração.</p> <p>2. Francesca de Rosa - Università degli Studi di Napoli – L’Orientale, (francescaderososa86@yahoo.it), “Leituras e olhares à volta do espaço colonial na Cinemateca Digital Portuguesa (www.cinemateca.pt/ cinemateca-digital)” Resumo/Abstract: A digitalização das imagens em movimento oferecidas no sítio da Cinemateca digital permitiu a recolha de cerca de 170 produções portuguesas de não-ficção do período entre 1896-1931, de conteúdo variado, em que é possível encontrar um número de documentários que, apesar de exíguo, é suficiente para permitir a compreensão da dimensão do Império colonial português. Dentro da variedade temática das representações digitais, este trabalho nasce, por um lado, como possibilidade de oferecer mais uma ‘lente’ sobre a construção iconográfica e de representação do projecto colonial português na sua acção de propaganda, com referência ao cinema colonial como espaço de cristalização das categorias sociais através de estruturas como raça e género, cujo olhar confere à ficção a percepção da realidade e da autenticidade. Por outro lado, concentrar-me-ei na abertura dos limites do arquivo e do espaço digital que, com relativa acessibilidade aos saberes (devido ao lugar de conservação), neste caso multimedia, abre à criação de percursos-outros, em termos pós-coloniais, transmigando possibilidades de olhares e leituras. Pensar nas ligações entre dominação e representação que jogam nesses materiais e no arquivo como espaço de memória do Império serão as vertentes desta re-leitura da desconstrução dos sistemas de narração. A partir dos materias de nao-ficção da Cinemateca Digital [Missão Académica a Angola - alguns aspectos cinematográficos da viagem 1923, A cidade de Lourenço Marques 1929, Costumes Primitivos dos Indígenas em Moçambique 1929, Festejos em Lourenço Marques pela passagem dos territórios do Niassa para a posse do Estado 1929, Guiné : Aspectos Industriais e Agrícola1929, Sao Tomé Agrícola e Industrial 1929, Angola Exposição Provincial agrícola, Pecuária e Industrial 1929, Quedas do Dala - Angola 1930] examinarei a tradução do espaço colonial em suporte digital num estudo pós-colonial, na tentativa de reformular a linguagem da representação dessas imagens, em relação à mudança de ordem dos discursos, das linguagens e dos significados que essas imagens oferecem.</p> <p>3. Kamila Krakowska - FLUC / CEsA, ISEG, ULisboa, (krakowska.rodrigues@gmail.com), “Os Sobreviventes, de Ângelo Torres: migrações, diásporas e a formação da nação são-tomense” Resumo/ Abstract: São Tomé e Príncipe é uma nação cuja identidade é fortemente marcada por viagens, deslocamentos e migrações. A sua condição diaspórica foi (e continua a ser) determinada por ondas de movimentos centripetos e centrífugos que moldam o simbólico corpo nacional. Por um lado, esse arquipélago tropical foi o destino de escravos e, mais tarde, de trabalhadores contratados provenientes de outros espaços africanos, tais como Moçambique, Cabo Verde, Angola, etc. Por outro lado, o mesmo espaço foi o ponto de partida para numerosos são-tomenses que emigraram, definitiva ou temporariamente, para se instalarem pelo mundo fora. Os Sobreviventes (2014), o mais recente documentário de Ângelo Torres, realizador são-tomense radicado em Lisboa, conta a história de um grupo de jovens que, nos anos a seguir à independência do país, foram enviados para Cuba para completarem os seus estudos. A sua formação no estrangeiro permitiria, na visão dos governantes, criar os fundamentos para o futuro desenvolvimento da nação de São Tomé e Príncipe. O objectivo da presente comunicação é analisar como o documentário foca e questiona o tema da construção da ideia de nação no contexto da sua condição diaspórica.</p>

Painel Cabo Verde Hoje - os desafios da (des)construção de um “país modelo”

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 1.3</p>	<p>Eurídice Monteiro Universidade de Cabo Verde</p> <p>(coordenação)</p> <p>Katia Cardoso Centro de Estudos Sociais</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Iolanda Évora Universidade de Évora</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Antónia Barreto - Instituto Politécnico de Leiria, (antonia@ipleiria.pt), “A formação recente de professores em Cabo Verde: o seu contributo para a qualidade do sistema educativo e construção do país” Resumo/ Abstract: Um dos eixos que coloca Cabo Verde no caminho do desenvolvimento é a evolução do sistema educativo. Este tem sofrido várias reformas no sentido de responder a necessidades internas (políticas de alfabetização, de inclusão, alargamento da escolaridade básica e obrigatória, apoios socioeducativos?) e também ao desafio de participar nas linhas de orientação internacionais (aprendizagem por competências, formação superior de docentes, plano tecnológico das escolas?). Um dos eixos de concretização da reforma educativa é a formação de educadores de infância e professores do ensino básico, atribuída ao Instituto Universitário, sucessor do Instituto Pedagógico. Esta formação tem assumido diversas modalidades e no ensino básico está vocacionada para 8 anos de escolaridade. Tem incluindo formandos de todas as ilhas. Temos tido oportunidade de fazer a avaliação dessa formação no âmbito de várias reformas. A comunicação tem como objectivos apresentar uma perspectiva avaliativa da formação que tem sido realizada, identificando os elementos que na nossa opinião tem contribuído para a qualidade do sistema educativo e os que são constrangimentos e como tal dificultam o desenvolvimento, a modernização e a consolidação desse sistema.</p> <p>2. Carlos Elias - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, (carselias@gmail.com), “Família, um projeto construído emigrando: Mulheres Migrantes em Cabo Verde” Resumo/ Abstract: Para o âmbito deste painel proponho fazer uma apresentação em torno dos atuais processos migratórios para o arquipélago de Cabo Verde que têm levantado um conjunto diversificado de desafios para o Estado e a sociedade cabo-verdiana. De modo mais concreto, pretendo apresentar o exemplo da imigração feminina e o seu impacto na concretização da imigração no país. O que se apresenta com uma certa relevância a partir destas experiências é que as suas ações conferem vontades e necessidades de relações, de realizações e de autovalorização. Temos aqui uma componente interessante de singularidade, destacando o exemplar na experiência migratória que, para além de revelar o objetivo e a busca de sonhos, confronta-se ao conjunto de categorias e de adjetivos que pesam os corpos dos migrantes. Atendendo a esta dimensão subjetiva dos processos migratórios, são apresentados elementos de riqueza que os sujeitos são portadores, propondo contrariar a imagem do migrante enquanto sujeito débil, marcado, de forma generalizada, pela negativa. Ao direcionar esta reflexão para elementos de subjetividade levantam-se possibilidades de releituras de outras características, provavelmente, menos referidas nos estudos das migrações. Particularmente tratando-se de migrações no feminino motivadas por relações afetivas e de consolidação de um projeto de família. Das dinâmicas migratórias (e o caso das migrações da região da Costa Ocidental Africana para o arquipélago de Cabo Verde) a imigração de mulheres vem constituir-se num novo cenário com novas dinâmicas neste espaço historicamente constituído de migrações.</p> <p>3. Miguel Suárez Bosa - Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, (msuarez@dch.ulpgc.es), “El agua en Cabo Verde. Legislación, gestión y cultura de un recurso básico” Resumo/ Abstract: A raíz de la independencia, el gobierno caboverdiano optó por un modelo centralizado en gestión y administración de los recursos hídrico; también concedió poderes a nivel de definición y ejecución a entidades y organismos públicos. Pero la realidad de la gestión del agua en Cabo Verde es más compleja, según hemos constatado en los resultados de un proyecto de investigación cuyos resultados pretendemos exponer en esta comunicación. En la práctica, los dueños de nascentes siguen considerando el agua de propiedad privada, mientras que en los furos predomina la gestión comunitaria, la cual es estimulada por el Gobierno; asimismo, conviene tener en cuenta aspectos culturales, como la solidaridad comunitaria plasmada en la influencia de instituciones informales de raíz africana como. El objetivo de esta comunicación es analizar la cultura y la gestión del agua en Cabo Verde y su regulación desde la Independencia. La actuación gubernamental y la ejecución de la política estatal se basan en las directrices establecidas en documentos producidos por los distintos organismos con competencia en el sector, como el Instituto Nacional de Gestión de Recursos Hídricos el Código de Agua y la Comisión Nacional de Aguas. No obstante, el modelo ha conocido diferentes fases. En la primera fase (hasta 1987) se establecieron las bases del régimen jurídico de la propiedad y de la gestión del agua, mediante la promulgación del Código de Agua, que contemplaba el principio de dominio público de los recursos hídricos y de las obra hidráulicas. En la segunda fase iniciada a principio de la década siguiente se revisó dicho Código (1999), mediante leyes que dieron paso a la iniciativa. El Gobierno inició un proceso de reforma profundo y de reestructuración en el sector del agua, reduciendo la intervención del Estado en la propiedad y en la gestión de las empresas de servicios públicos y con el doble objetivo de promover la participación del sector privado, consagrándose la liberalización del sector de recursos hídricos y permitiendo el acceso a los operadores privados a la propiedad y gestión de los mismos. En la fase actual, cuyo inicio se puede marcar en 2002, la preocupación del reglamentar la prestación de un servicio de calidad y la sostenibilidad, siendo pieza esencial el Plan Integral de Gestión Integral de los Recursos (PAGIRE).</p>

Painel Cabo Verde Hoje - os desafios da (des)construção de um “país modelo”

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Sala 1.3</p>	<p>Katia Cardoso Centro de Estudos Sociais</p> <p>[coordenação]</p> <p>Eurídice Monteiro Universidade de Cabo Verde</p> <p>[coordenação e moderação]</p> <p>Iolanda Évora Universidade de Évora</p> <p>[comentários]</p>	<p>1. Ângela Coutinho - IPRI - Universidade Nova de Lisboa; CEIS20 - Universidade de Coimbra, (coutinhoangela@hotmail.com), “A representatividade parlamentar em Cabo Verde, do partido único ao multipartidarismo (1975 - 2008)”</p> <p>Resumo/ Abstract: Nesta comunicação pretende-se indagar acerca da relação entre a mudança do regime político em Cabo Verde e as transformações a nível da representatividade parlamentar. Esta é, com efeito, uma questão central no sistema democrático. Segundo Best e Cotta: “A democracia moderna tem no seu âmago a ideia de representação: os que governam são os representantes do povo. (...) Devido ao facto de serem ‘os’ eleitos, os parlamentares são o elo crucial no processo de troca entre a sociedade e a comunidade política, típico da democracia contemporânea.”</p> <p>No âmbito de um projecto de investigação de pós-doutoramento levou-se a cabo um estudo prosopográfico. Através da consulta de processos no arquivo da PIDE/DGS na Torre do Tombo em Portugal, da base de dados da Assembleia Nacional de Cabo Verde, da biblioteca do Palácio do Governo de Cabo Verde, dos arquivos dos estabelecimentos de ensino secundário do período colonial no arquipélago, de notícias da imprensa escrita do pós-independência e da realização de um inquérito em 2012, foram obtidos e cruzados dados a partir dos quais se redigiram notícias biográficas. Foi assim possível elaborar uma base de dados em SPSS. Chegou-se à conclusão de que, com a mudança para o multipartidarismo, a constituição do Parlamento em Cabo Verde tem evidenciado bloqueios e até uma menor representatividade em relação a alguns critérios de recrutamento, e mais especificamente no respeitante ao género, ao recrutamento geracional e ao nível de estudos dos parlamentares.</p> <p>2. Rik Apolo - Institut d'Etudes Politiques de Bordeaux, (afroapolo@gmail.com), “Corrida ao mar? O desafio da segurança marítima nos pequenos Estados insulares: O caso de Cabo Verde”</p> <p>Resumo/ Abstract: Umbilicalmente ligado ao mar que, ‘salgou o seu sangue’ Cabo Verde tem o seu destino ligado às coisas marinhas e marítimas. Do mar o arquipélago se emergiu, e através do mar firmou e disseminou as suas raízes. O mar afigura-se hoje como um elemento imprescindível para o desenvolvimento ambicionado por Cabo Verde. Depositários de grandes recursos os oceanos têm atraído aos seus leitos vários atores com interesses muitas vezes divergentes. Em termos geopolítico e geoestratégico, os mares são elementos de poder em constante reivindicação.</p> <p>Na verdade, face às mutações que se foram produzindo com o final da Guerra Fria e os atentados de 11 de setembro 2001, os mares têm-se transformado num enorme tabuleiro onde peças novas, difusas e furtivas, executam movimentos, imprevisíveis às regras do jogo pré estabelecidas. É neste contexto que a segurança marítima e a securitização das coisas do mar emergem como temáticas de primeira ordem nas agendas internacionais.</p> <p>No meio de tudo isto surge Cabo Verde. Mérito seu ou de outrem, o país parece ter interpretado as tendências do hodierno contexto internacional no que tange ao mar e à sua segurança. Nunca quanto hoje se falara tanto de mar que entretanto se transformou num cluster de desenvolvimento. Numa altura em que verifica uma verdadeira azáfama diplomática em relação à extensão da plataforma continental, Cabo Verde, reforça o discurso emancipatória de país útil ao mundo. A posição geoestratégica e o enorme espaço marítimo que lhe é hoje soberano, aumentam consideravelmente o tamanho do país. Porém numa altura em que novas ameaças fragilizam os pequenos Estados, urge [re] definir os interesses e objetivos. Torna-se assim interessante abordar a questão da segurança marítima dos pequenos Estados (o Caso de Cabo Verde) à luz dos novos postulados sobre a segurança internacional ancorado em conceitos teóricos das relações Internacionais.</p> <p>3. Eurídice Monteiro e Katia Cardoso - Universidade de Cabo Verde; Centro de Estudos Sociais, (euridice.monteiro@docente.unicv.edu.cv, katia@ces.uc.pt), “Um arquipélago à deriva? Reflexões sobre as controvérsias em torno das relações externas de Cabo Verde e as eventuais derivações europeístas, africanistas ou atlantistas”</p> <p>Resumo/ Abstract: Quanto à política externa de Cabo Verde, desde a sua independência política em 1975, os analistas apontam, sem hesitação, duas tendências diametralmente opostas: a do período pós-revolucionário (1975-1991), que teria sido marcadamente africanista, e a do período pós-abertura política (1991-2001), de feição europeísta. Está-se, pois, a fixar nesses dois momentos históricos as linhas de orientação ideológica da política externa cabo-verdiana. De todo o modo, a verdade é que um dos principais motivos de controvérsia em relação às opções políticas de Cabo Verde tem sido a ancoragem estratégica desta economia insular. Revitaliza-se a velha tese da posição geoestratégica deste pequeno espaço insular, ao largo do atlântico e por entre os três continentes [Europa, África e América], utilizado diferentes formas de reabilitação do lugar de arquipélago no mundo. Se a vulnerabilidade económica e a incessante renovação discursiva com o fito de mobilizar recursos para (viabilizar) o processo de desenvolvimento se fundamentam no pragmatismo da diplomacia económica, também é visível a persistência de algumas ambivalências histórico-identitárias. Refira-se, a título ilustrativo, ao intenso debate reaberto, recentemente, com a diligência do país em reconciliar a sua política de integração na África Ocidental com a aproximação estratégica à Europa. Nesta comunicação, pretende-se fazer uma revisitação dos argumentos políticos, culturais e ideológicos acerca da ancoragem de Cabo Verde, com particular destaque para as posições extremas: por um lado, aquela que entende que apela inserção económica internacional orientada no sentido do espaço da União Europeia; por outro, a que adverte que o país deve mudar de rumo para África.</p>

Painel África e novas configurações de poder global: actores africanos, parceiros tradicionais e potências emergentes

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p align="center">2ª Sessão</p> <p align="center">12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p align="center">16h30-18h30</p> <p align="center">FEUC Sala 2.1</p>	<p align="center">Alexandra Magnólia Dias CEI-IUL, ISCTE-IUL</p> <p align="center">e</p> <p align="center">Elsa Gonzalez Aimé Grupo de Estudios Africanos - Universidad Autónoma de Madrid</p> <p align="center">(coordenação e comentários)</p> <p align="center">Pio Penna Filho Universidade de Brasília</p> <p align="center">(moderação)</p>	<p>1. Juan Álvarez Cobelas - Grupo de Estudios Africanos-UAM, (juangrea@hotmail.com), “Las estrategias de seguridad y defensa de Francia, la UE y la UA para el Africa subsahariana: ¿un matrimonio a tres mal avenido?” Resumo/Abstract: La nueva estrategia europea de seguridad y defensa, puesta en marcha por el Tratado de Lisboa casa mal con los intereses del país miembro de la UE, Francia, que más ha considerado como propio el espacio estratégico del Sahel. Este desencuentro entre políticas propias de la UE y de Francia, que no consigue desprenderse de su mentalidad histórica de potencia colonial, ha llevado a un desencuentro con la UA y sus organizaciones sub-regionales que intentan construir su propia arquitectura de paz y seguridad, sin ninguna tutela ideológica y/o operativa de la UE y Francia. Examinaré esta fractura UE/Francia vs UA sobre la base de los últimos acontecimientos habidos en el Sahel en el Sahel.</p> <p>2. Daniela Nascimento - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, (danielan@fe.uc.pt), “O papel de actores externos na consolidação da paz no Sul do Sudão: uma análise crítica?” Resumo/Abstract: Cerca de três anos após a independência do território do Sul do Sudão, na sequência do processo de paz que colocou fim formal do conflito com o norte do Sudão, a consolidação da paz no território enfrenta ainda enormes desafios e obstáculos políticos, económicos e sociais. Esta comunicação pretende avaliar criticamente o papel desempenhado por actores externos neste processo, sublinhando a forma como o seu posicionamento e interesses políticos, económicos e militares nem sempre se tem reflectido num investimento sério e responsável na (re)construção da paz do Sul do Sudão.</p> <p>3. Fernanda Belizário - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, (fernandabelizario@ces.uc.pt), “As questões normativas e os desafios sociais propostos pelos modelos de democracia nos PALOP: investigações sobre o caso de Moçambique” Resumo/Abstract: A democracia é essencialmente um designio europeu. Ao longo dos séculos, vem sendo burilada, sofisticada, testada pelos que veem nela as possibilidades e proibições para o exercício dos interesses próprios e dos interesses coletivos: da democracia clássica, direta, liberal, participativa e novas formas emergentes de participação popular, todos expressam tentativas de solucionar as questões do que é justo em uma sociedade no que se refere à tomada de decisões e a repartição dos recursos coletivos. A ideia de Democracia em África ganha importância no século XX nas agendas de pensadores da descolonização e dos movimentos de libertação. Ao mesmo tempo, também foi a condição primeira das políticas de ajustamento estrutural que permitiam acesso aos recursos financeiros internacionais a partir da década de 1990. Essa polifonia do termo, com seus usos hegemônicos e contra hegemônicos, não pode ser compreendida sem uma análise contextual de amplo espectro, dito de outra forma, é impossível pensar separadamente a esfera normativa - com suas cartas constitucionais, a organização das listas partidárias, as regras da concorrência política - da esfera social que enuncia uma história política particular dos ocupantes do Estado com os movimentos sociais, com as discussões pela distribuição de recursos. Dito isto, a proposta deste trabalho é apresentar possibilidades de compreensão da Democracia nos PALOP com especial atenção ao caso de Moçambique. Desde à discussão sobre pretend democracies à tensão entre a comunidade imaginada do Estado-nação de encontro às autoridades tradicionais, o papel das agências de financiamento, o crescimento paulatino de movimentos de contestação política e as agendas necessárias de transformação social, integrados para a construção de uma cidadania construída a partir dos referenciais e desafios de cada contexto particular.</p>

Painel África e novas configurações de poder global: actores africanos, parceiros tradicionais e potências emergentes

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 2.1</p>	<p>Alexandra Magnólia Dias CEI-IUL, ISCTE-IUL</p> <p>e</p> <p>Elsa Gonzalez Aimé Grupo de Estudios Africanos - Universidad Autónoma de Madrid</p> <p>(coordenação)</p> <p>Daniela Nascimento Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra</p> <p>(moderação)</p> <p>Pedro Seabra ICS</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Raquel Freitas e Luis Mah - CIES, ISCTE-IUL; CESA, ISEG, (raquel.freitas@eui.eu; luismah@iseg.utl.pt), “O Mercado” da Ajuda em África: Escolhas em Transição</p> <p>Resumo/ Abstract: A África subsariana chegou a ser descrita como o continente esquecido na política mundial. Durante o século XX sofreu as guerras de independência colonial; durante a Guerra Fria foi utilizado em guerras por procuração; nos anos 90 foi marcado por conflitos internos e desde o século XXI tem sido objeto de uma preocupação com a governação, construção do Estado e questões de fragilidade vistas pelo Ocidente como ameaças à segurança global. Com tudo isto, esta região acabou reduzida ao estatuto de beneficiário da ajuda externa num mundo cuja meta-narrativa não influenciava. A emergência de economias em rápida expansão como o Brasil, China, Índia e outros trouxe uma acrescida e inesperada relevância a África subsariana como fonte de recursos naturais e mercadorias para alimentar um mercado mundial em expansão. Simultaneamente estas economias emergentes também expandiram o seu contributo para o desenvolvimento enquanto doadores para a cooperação Sul-Sul, utilizando instrumentos distintos e parâmetros de intervenção diferenciados em relação aos dos chamados doadores tradicionais, pertencentes ao Comité de Auxílio ao Desenvolvimento (CAD-OCDE). O argumento aqui apresentado é o de que a expansão da oferta de modalidades de ajuda por parte de parceiros de desenvolvimento novos abriu um novo ‘mercado’ da ajuda. Isto representa uma alteração na estrutura de oportunidades que a África tem ao seu dispor para alterar a sua condição de continente dependente da ajuda e esquecido. Muito dependerá da sua capacidade de explorar de forma estratégica a multiplicidade de opções oferecidas por este ‘mercado’ da ajuda.</p> <p>O artigo irá explorar o impacto dos novos doadores no ‘mercado’ da ajuda em relação aos doadores tradicionais e os seus efeitos nas possibilidades de os países africanos definirem e afirmarem posições políticas autónomas e assentes nos seus interesses de desenvolvimento nacional. Começamos por identificar as novas relações no quadro da ajuda ao desenvolvimento e as características do ‘mercado’ da ajuda. Depois analisamos as consequências destas mudanças e os impactos no ‘espaço de manobra política’ dos países.</p> <p>2. Pio Penna Filho - Universidade de Brasília, (piopenna@gmail.com), “A Política Externa Brasileira para a África no alvorecer do século XXI - Perspectivas Críticas”</p> <p>Resumo/ Abstract: No Brasil e na África muito se tem falado da política africana dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2014). Geralmente, a política africana desses governos é vista como arrojada (sobretudo do governo Lula da Silva) e que levou a resultados como o incremento das trocas comerciais, dos programas de cooperação, dos investimentos brasileiros em vários países do continente africano e de uma crescente e convergente agenda política. O que se pretende nessa comunicação é demonstrar que uma análise mais detalhada revela que existe muito mais marketing político do que resultados concretos na reaproximação do Brasil com a África nos governos e no período em foco. Embora o Brasil seja considerado um dos emergentes que se lançou em direção à África, participando ativamente de iniciativas como o IBAS e BRICS, sua política africana apresenta vulnerabilidades estruturais que dificilmente elevarão a um patamar mais alto a presença do país no continente africano, caso não haja mudanças concretas que dependem de vontade política e de maior envolvimento de setores estratégicos da sociedade brasileira.</p> <p>3. Elsa González Aimé e Gema Serón Aires - Grupo de Estudios Africanos - Universidad Autónoma de Madrid, (elsa.gonzalez.aimé@gmail.com), “La España Intermitente: la cooperación oficial al desarrollo en África subsahariana”</p> <p>Resumo/ Abstract: Históricamente la presencia española en África ha sido más bien escasa, si bien hace diez años España abrió una nueva etapa en sus relaciones con el continente. Documentos programáticos como el Plan África 2006-2008, o el Plan Director de la Cooperación Española 2005-2008 mostraron una voluntad política por potenciar los vínculos y presencia de España en el continente a través del comercio o de la cooperación al desarrollo. Esta nueva etapa en la política exterior española recibió algunas críticas, centradas especialmente en las motivaciones y objetivos de este desembarco, y lo que estos suponían desde la perspectiva de las relaciones internacionales. La tendencia quedó truncada a partir del año 2010, dentro de una lógica de recortes que ha caracterizado la gestión española de la crisis internacional. El repliegue de la presencia de España en África ha sido notorio, algo que contribuye a que España pueda ser percibido como un socio volátil, aparentemente imprevisible e intermitente. Las relaciones entre España y los estados y organismos africanos se inscriben sin embargo dentro de tendencias internacionales globales, como el nuevo régimen internacional de la ayuda al desarrollo de principios del siglo XXI o la crisis económica y financiera, y está marcada también por la creciente diversificación de las relaciones de África con otros continentes. En este contexto internacional, ¿Cómo interpretar la presencia española en el continente los últimos años? ¿Qué impacto puede tener en las poblaciones africanas en los procesos globales en los que participa? Partiendo de estas preguntas se pretende realizar un examen crítico de la evolución de la política exterior española hacia África en la última década, examinando especialmente las tendencias de la ayuda oficial al desarrollo, para analizar su transformación y valorar la tendencia actual de la cooperación española.</p> <p>4. Alexandra Magnólia Dias - CEI-IUL, ISCTE-IUL, (alexmagnolia.dias@gmail.com), “Portugal: Política Externa para África e potências emergentes em África”</p> <p>Resumo/ Abstract: Para entendermos a política externa de Portugal vis-à-vis África e/ou os Países Africanos de Expressão Portuguesa é essencial compreender o contexto das relações internacionais da África subsariana no pós-Guerra Fria no que toca o envolvimento de atores extrarregionais nesta região do sistema internacional. As estratégias desses atores, nomeadamente as potências emergentes comumente designadas pela abreviatura BRICs (Brasil-Rússia-Índia-China e África do Sul), servem de enquadramento e/ou eventualmente criam linhas de convergência, divergência e uma nova dialética para a prossecução dos objetivos de Portugal em África. Colocam-se duas questões centrais, a saber, se, no século XXI, a abordagem de Portugal vis-à-vis África se insere num quadro para além das tradicionais esferas de influência pós-imperiais? Em que medida a política externa de Portugal para África contempla uma estratégia vis-à-vis a crescente influência dos BRICs na sua tradicional esfera de influência?</p>

Painel As Tecnologias no Desenvolvimento

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 2.2</p>	<p>Carlos Sangreman Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território</p> <p>(coordenação)</p> <p>Joaquim Sousa Pinto Universidade de Aveiro</p> <p>(coordenação e moderação)</p>	<p>1. Alexandre de Sousa Carvalho e Sofia José Santos - Centro de Estudos Internacionais (ISCTE/IUL); Centro de Estudos Sociais (CES/UC), (sofijosesantos@gmail.com), “É a tecnologia democratizante? O caso do Ushahidi no Quênia” Resumo/ Abstract: Em 2008, pouco depois da eclosão da violência eleitoral no Quênia, a sociedade civil local criou uma plataforma online de recolha de testemunhos de denúncia de actividades ilegais, incitação ao ódio ou violência eleitoral, supervisão de abusos de poder, assumindo também uma componente humanitária e de ajuda em contexto de crises e desastres naturais. Denominaram-na Ushahidi - palavra em swahili que significa testemunho, o que sublinha os seus fundamentos: dar voz e permitir autoridade de fonte a todas e todos os cidadãos. A plataforma abriu espaço, assim, para uma maior democratização da esfera pública, desafiando a, até então dominante e dominadora, colagem rigorosa entre interesse das elites e a informação difundida pelos media. Este artigo pretende explorar este instrumento tecnológico a partir de uma articulação triangular entre tecnologia, resistência e democracia no contexto do Quênia.</p> <p>2. Lurdes Tavares Gonçalves - ISEG, (lurdes-goncalves@hotmail.com), “Os repositórios abertos como fonte de acesso ao conhecimento: o caso do portal Memórias de África e do Oriente” Resumo/ Abstract: O projeto "Memórias de África e do Oriente" um portal web com informação sobre a África lusófona e a Índia. É um poderoso instrumento de desenvolvimento da Lusofonia, fortalecendo os já de si inquebráveis laços que existem entre Portugal e os países de expressão oficial Portuguesa e outros, que não sendo, tiveram ao longo dos séculos presença lusa nas suas fronteiras. Afirma-se pois como uma ferramenta fundamental para a democratização do conhecimento, o que justifica não só a sua existência mas também a aposta continuada e crescente dos seus stakeholders. Possui um catálogo com várias centenas de milhar de referências bibliográficas sobre a lusofonia recolhidas em bibliotecas e arquivos espalhados pelo mundo com informação essencial ao estudo da História, Cultura e Economia dos PALOP e da Índia. Para além do catálogo possui também uma biblioteca digital com documentos, livros e revistas que possibilitam o acesso às obras em texto integral sendo por isso um instrumento de desenvolvimento ao serviço quer das populações locais quer dos pesquisadores focados na temática colonial e que lhes permite contornar as dificuldades financeiras que tantas vezes limitam o acesso aos conteúdos que são relevantes para o seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional.</p> <p>3. Antónia Barreto e Filipe Santos - Instituto Politécnico de Leiria, (antonia@ipleiria.pt), “A dimensão cultural na mediação tecnológica: o papel do diálogo intercultural na tecnologia para o desenvolvimento” Resumo/ Abstract: É consensual que o Desenvolvimento pressupõe a apropriação da informação de forma a que os vários agentes transformem essa informação em conhecimento relevante. Também é consensual que as tecnologias, em particular as Tecnologias de Informação e Comunicação, pelo seu alto grau de personalização facilitam este processo de apropriação. Para este efeito, costuma-se proceder a uma análise de requisitos aquando de um desenho de uma solução informática, trabalho geralmente feito pelos profissionais em informática que vão posteriormente desenhar as respetivas ferramentas. Contudo, durante o processo de criação das ferramentas, apropriação de informação e criação de conhecimento intervêm as dimensões culturais da sociedade a quem se destina, que geralmente não são consideradas. Esta comunicação, recorrendo a casos práticos, sugere a importância da dimensão intercultural na conceção, implementação e uso das tecnologias para potenciar o seu uso, tendo como objetivo final o contributo para o desenvolvimento.</p> <p>4. Raquel Faria - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CESA), (raquelfaria@ua.pt), “A componente tecnológica à luz dos três documentos estratégicos da política de Cooperação Portuguesa” Resumo/ Abstract: Após o 25 de Abril de 1974, e com toda uma série de acontecimentos que culminaram com a independência das colónias portuguesas no continente africano, Portugal procurou dar início ao desenvolvimento de uma efetiva política de Cooperação, que se tem consolidado ao longo dos diferentes documentos estratégicos. Até então, contamos com três documentos, sendo os dois últimos, apesar da introdução de novas áreas (como aconteceu com o atual Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020), são uma clara continuação do primeiro surgido em 1999. Assim, e tendo em conta as prioridades e objetivos estabelecidos nestas estratégias, o objetivo da presente comunicação é averiguar até que ponto as tecnologias têm sido destacadas e utilizadas na promoção do desenvolvimento dos países beneficiários.</p>

Painel As Tecnologias no Desenvolvimento

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p style="text-align: center;">2ª Sessão</p> <p style="text-align: center;">12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p style="text-align: center;">16h30-18h30</p> <p style="text-align: center;">FEUC Sala 2.2</p>	<p style="text-align: center;">Joaquim Sousa Pinto Universidade de Aveiro</p> <p style="text-align: center;">(coordenação)</p> <p style="text-align: center;">Carlos Sangreman Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território</p> <p style="text-align: center;">(coordenação e moderação)</p>	<p>1. Carlos Sangreman e João Carvalho - Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território, [carlos.sangreman@ua.pt], “A inovação na cooperação portuguesa: o modelo de gestão no cluster em Timor Leste”</p> <p>Resumo/ Abstract: O objectivo desta comunicação é de contribuir para o conhecimento teórico da aplicação de um modelo de gestão de um conjunto de projetos localizados numa mesma área geográfica - os clusters da cooperação -, enquanto instrumento de inovação das instituições públicas e dos actores não estatais da cooperação portuguesa. Defendemos que só a adoção de tecnologias (no seu sentido mais abrangente) de gestão do benchmarking, e de um modelo de gestão e de avaliação inspirado no sector privado (balanced scorecard) permitirá torná-los uma medida de política real, com um contributo inovador na implementação da actual concepção estratégica da Cooperação Portuguesa [MNE, Conceito estratégico, 2014]. A modelização da Cooperação em contexto pode corresponder a um paradigma de análise social e de modelo de gestão inspirada na Soft System Methodology (Raquel Faria, Tese de doutoramento, 2014) capaz de se articular com uma sociedade como a timorense onde a evolução e as potencialidades do cluster da cooperação em Maubara são a prova como ao objectivo interno da cooperação portuguesa se pode juntar uma boa eficácia no sentido dos critérios das Declarações de Paris, Acra, Dili, Istambul e Busan.</p> <p>2. Maria João Cardona - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, [mjoao.cardona@ese.ipsantarém.pt], “A importância da formação dos diretores/diretoras no desenvolvimento qualitativo das escolas: apresentação de um projeto realizado em São Tomé e Príncipe”</p> <p>Resumo/ Abstract: O reconhecimento da especificidade organizacional da escola como espaço de aprendizagem e de produção de saberes, envolvendo vários atores sociais (Rui Canário, 2005) reforça o papel dos docentes responsáveis pela sua gestão. A relevância do papel dos diretores e diretoras das escolas na promoção do seu desenvolvimento qualitativo leva-nos naturalmente à necessidade de pensar a sua formação. Esta preocupação é parte integrante do Projeto RIQUEB - Reforço Institucional e Qualitativo do Ensino Básico, que está a ser desenvolvido por uma equipa de consultores da ESE de Santarém, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, na República Democrática de São Tomé e Príncipe. No âmbito deste projeto, entre outros objetivos, pretende-se proceder à elaboração de documentos de apoio à formação (inicial e continua) de docentes e à formação dos diretores e diretoras de escolas. Todas as ações estão a ser desenvolvidas em parceria com uma equipa do Ministério de São Tomé e Príncipe sendo privilegiada uma metodologia de ação-formação partindo de narrativas de práticas e de situações vivenciadas nas escolas e na formação. Subjacente a este trabalho está a preocupação de apoiar a organização de um modelo de formação a nível nacional.</p> <p>Nesta comunicação, para além da apresentação genérica do projeto, pretende-se apresentar de forma mais específica o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido relativamente à formação dos diretores e diretoras das escolas nomeadamente os objetivos e metodologias de pesquisa usados para garantir uma melhor contextualização e resposta às necessidades do país.</p> <p>3. Agda Marina Ferreira Moreira - Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG), [agda.quilombos@gmail.com], “Da diáspora à contemporaneidade: aspectos identitários da cultura africana nas comunidades quilombolas de Minas Gerais como instrumento de luta por direitos”</p> <p>Resumo/ Abstract: As comunidades remanescentes de quilombos são populações etnicamente diferenciadas que foram formadas ainda no período escravista no Brasil, representando a luta por liberdade e a resistência dos negros provenientes do continente africano que aqui foram escravizados. Com o fim da escravidão no país, essas comunidades ainda mantiveram suas bases sociais e culturais pautados pela solidariedade, mantendo vivos resquícios da memória da luta dos negros e de suas contribuições histórico-culturais, sendo essas comunidades uma memória viva do período em nosso país. No estado de Minas Gerais foram identificadas mais de 500 comunidades quilombolas, localizadas principalmente no meio rural. Entretanto, grande parte dessas comunidades ainda são invisibilizadas pelo governo do estado, sendo privadas de direitos sociais básicos como saúde, educação e geração de renda, o que fere o acordo que o Brasil firmou junto à Convenção 169 da OIT.</p> <p>Na busca pelo reconhecimento e pela efetivação dos direitos que lhe são previstos, as comunidades remanescentes de quilombos tem reafirmado sua cultura ancestral nos diversos espaços de mobilização política em prol de direitos, compreendendo-se como sendo sujeitos de direito. Nessa perspectiva, a identidade do grupo assume papel relevante, uma vez que a memória do cativo é constantemente retomada em suas narrativas, endossando um discurso característico desses grupos, representando assim a trajetória compartilhada de inúmeros quilombos pelo país. Nesse sentido, buscamos no presente trabalho identificar os aspectos de uma identidade de origem africana existente nos quilombos mineiros da contemporaneidade e de que forma essa identidade tem sido utilizada como instrumento de luta por reconhecimento de direitos nos espaços de articulação política.</p> <p>4. Miguel Oliveira e Carlos Sangreman - Universidade de Aveiro, [miguel.oliveira@ua.pt], “A construção do saber - os alunos PALOP nas universidades portuguesas, o caso da UA”</p> <p>Resumo/ Abstract: O Desenvolvimento surge no âmbito das Ciências Sociais como um dos conceitos mais polémicos com uma multiplicidade de perspetivas e teorizações. A importância que a Educação representa no processo de Desenvolvimento Humano, versão que emerge na década de noventa do século XX, é fundamental no contexto das sociedades modernas, em especial nas menos desenvolvidas. Desempenha um papel preponderante na construção da personalidade do indivíduo e na sua orientação profissional. O fenómeno da mobilidade de estudantes, no domínio do Ensino Superior, é um vetor relevante no quadro político e estratégico de intervenção e cooperação entre Estados e onde as instituições de ensino terciário ocupam um lugar de destaque. O incremento do número de indivíduos que nas últimas décadas acederam ao Ensino Superior, a sua heterogeneidade e diversidade aos mais diversos níveis, obriga a uma análise cuidada, ponderada e multidisciplinar deste fenómeno. Portugal é um dos principais recetores de estudantes de Ensino Superior provenientes dos vários PALOP e de Timor-Leste, realidade potenciada pela institucionalização de acordos de cooperação entre o Estado português e estes países bem como pela própria ação das instituições de ensino, espaço onde a Universidade de Aveiro (UA) se insere e tem destacado. Proporcionar um conjunto de valências com vista à boa integração e sucesso académico destes alunos, é elemento chave no êxito de qualquer programa de acolhimento pelo que será, neste espaço, alvo de especial atenção.</p> <p>Havendo ainda poucas referências sobre esta matéria, torna-se pertinente e oportuno realizar-se um estudo de caso sobre a realidade vivenciada na UA. Esta dissertação visa contribuir para responder à seguinte questão central: ‘Estará a Universidade de Aveiro, do ponto de vista dos alunos provenientes dos vários PALOP e de Timor-Leste e, a desempenhar um papel relevante no seu acolhimento, apoio e integração quer a nível social quer no contexto académico?’. Os principais resultados apontam para o facto de muito embora tenham sido diversos os fatores e motivações que condicionaram estes alunos na tomada de decisão de vir</p>

		<p>estudar para UA, de existirem várias tipologias de variáveis que contribuem para o seu processo de adaptação e integração, o nível de satisfação relativamente ao papel desempenhado pela instituição atinge as expectativas iniciais. Políticos e gestores estão obrigados a uma reflexão atenta e permanente para melhorar as estratégias e respostas institucionais na tentativa de proporcionar uma bem-sucedida integração deste público-alvo, pelo que este documento pretende vir ser útil nesse exercício.</p> <p>5. Lúcia Oliveira - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA/ISEG/UL), (jsp@ua.pt; carlos.sangreman@ua.pt) , “O Ensino Superior como impulsionador do desenvolvimento em África: um olhar para o futuro”</p> <p>Resumo/Abstract: Os Atores Internacionais para o Desenvolvimento têm vindo a dar maior ênfase ao ensino primário, considerando que este contribui para a diminuição da pobreza no continente África, sendo por isso um dos objetivos delineados para o Desenvolvimento do Milénio. No entanto, a evidência empírica tem demonstrado que o ensino superior contribui para o crescimento e desenvolvimento da economia, através de canais privados e públicos. Por um lado, promove uma perspetiva de melhor trabalho, com salários mais atrativos e uma maior propensão para investir e para poupar, gerando uma maior receita tributária, assim como contribui para a melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, implica o desenvolvimento de novas tecnologias de acordo com as necessidades industriais locais, as quais contribuem para uma sociedade mais avançada. Existe, portanto, a evidência de um impacto positivo do Ensino Superior no crescimento económico nos países em desenvolvimento razão pela qual a Nova Agenda do Desenvolvimento no pós 2015 tem em conta esta nova perspetiva, assim como conjuga novos atores os quais passam a ter uma maior ênfase não só no desenvolvimento mas também no novo desafio de cooperação académica EU-Africa tendo em conta que o progresso na educação é vital para atingir os novos desafios. Neste sentido, propomos uma discussão sobre o desenvolvimento económico em África em termos gerais passando para uma abordagem da situação do ensino em geral e, em particular, do ensino superior, mencionando qual o papel das universidades no desenvolvimento económico e o contributo das parcerias e dos diferentes atores do desenvolvimento neste processo. Por último analisa-se e conceptualizam-se os objetivos de uma nova parceria integrada no pós-2015.</p>
--	--	---

Painel Comunicação e médias: práticas, processos e experiências de colonialismo e descolonização

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 1.4</p>	<p>Júlia Figueredo Benzaquen Universidade Federal Rural de Pernambuco</p> <p>(coordenação)</p> <p>Giuseppa Spenillo Universidade Federal Rural de Pernambuco / CES</p> <p>(coordenação e comentários)</p> <p>Cesar Calonio</p> <p>(moderação)</p>	<p>1. Sebastián Ruiz - Universidad de Sevilla, (sebaprensa@gmail.com), “Estructura de la información en Kenia: tras las huellas de la metrópolis” Resumo/ Abstract: La realidad mediática keniana forma parte del dinamismo económico y tecnológico que está experimentando el país en la última década. Actualmente se considera a su capital, Nairobi, como el epicentro de África en cuanto a las telecomunicaciones se refiere. Por ello, determinar el papel que juegan tanto los medios nacionales como el posicionamiento de los medios internacionales en esta nación de la costa este africana es clave para entender algunas de las tendencias en el sector de la comunicación africana. Esta mirada crítica y pormenorizada puede aportar también líneas para el estudio de las fusiones transnacionales con sede en Nairobi que se están llevando a cabo entre sectores, en principio, alejados de la comunicación. A pesar de que existen numerosos diarios en Kenia que parecen coexistir en un entorno competitivo, esta impresión es engañosa. El mercado nacional es un oligopolio controlado por muy pocos jugadores. Además la mayoría de los periódicos son propiedad de los dos grupos más importantes: el Nation Media Group (NMG) y el Standard Group (SG). Estas compañías son dueñas de la mayoría de las publicaciones con una cuota de mercado del 61,8% para el Nation y un 24,4% para el Standard. Al mismo nivel se encontrarían el rol que juegan las tecnologías en el país, la participación de las empresas de telefonía móvil extranjeras y las empresas de publicidad sobre todo a partir de la liberalización del sector en la década de los 2000. Un ejemplo es el de Safaricom Limited, el operador de telefonía móvil líder en Kenia que se formó inicialmente en 1997 como una filial propiedad de Telkom Kenya. Pero en mayo de 2000, Vodafone, con base en el Reino Unido, adquirió una participación del 40% adquiriendo la responsabilidad de la gestión de la empresa. Safaricom y Airtel son actualmente los principales anunciantes en los medios de comunicación del país.</p> <p>2. Tânia dos Reis Alves - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, (taniaa_a@hotmail.com), “O assalto às cadeias de Luanda narrado pela imprensa portuguesa, inglesa e francesa” Resumo/ Abstract: Na madrugada de 4 de Fevereiro de 1961, um assalto às cadeias de Luanda onde estavam presos nacionalistas angolanos assinalava o início da contestação à dominação portuguesa em Angola e encetava a queda do império português em África. Estes assaltos irrompem nos jornais portugueses no mesmo dia em que é anunciada a entrega do Santa Maria, o luxuoso navio da Companhia Colonial de Navegação que, no mês anterior, tinha sido desviado em pleno mar das Caraíbas por um comando ibérico. A tomada do Santa Maria, em protesto contra os regimes ditatoriais de Salazar e de Franco, atraiu uma fortíssima atenção mediática mundial. No rescaldo deste episódio, e tendo como pano de fundo o ocaso dos Impérios Coloniais modernos, os assaltos às cadeias de Luanda angariaram uma vez mais uma ampla tensão na imprensa, portuguesa e estrangeira, e tiveram um impacto profundo no regime de Salazar. Os assaltos fizeram deflagrar uma guerra que, durante 13 anos, opôs os movimentos de libertação africanos às forças armadas portuguesas em três grandes frentes, primeiramente em Angola (1961), alargando-se depois à Guiné (1963) e a Moçambique (1964). Analisamos nesta comunicação o modo como a ditadura salazarista, que cerceou a liberdade dos media, tentou controlar a cobertura de quatro jornais diários de Lisboa a propósito deste acontecimento. Comparamos depois o tratamento da imprensa portuguesa com as representações discursivas que encontramos em jornais britânicos e franceses, dois países que já tinham aberto, no quadro de um regime de democracia representativa, a via da negociação e da transferência de poderes para os territórios colonizados. Observamos como os jornais franceses e ingleses, actuando num contexto de liberdade de imprensa, narraram este começo do colapso da soberania portuguesa em África e a obstinação do Estado Novo em preservar os seus territórios, numa orientação contra-ciclo com o fim dos demais impérios.</p> <p>3. Milton Tiago Vogado Batista - Universidade de Coimbra, (miltonvogado@gmail.com), “Dimensões do Pluralismo Mediático no Espaço Lusófono Africano: O Caso da Televisão Pública de Angola (TPA)” Resumo/ Abstract: O historiador que se debruçar sobre a Angola do século vinte e um, perguntar-se-á: em que estado se encontra a sociedade angolana, nomeadamente quanto à emergência de elementos da sociedade civil, à economia e ao sistema político? Qualquer análise, por mais sucinta que seja, de um tópico tão complexo quando a cultura terá de ser relegada para outro artigo. Em primeiro lugar, qual foi legado da guerra civil em termos de perdas de vida e de sofrimento humano? Um simples conjunto de estatísticas não nos poderá contar a história toda, e no caso de Angola teremos de nos contentar com meras estimativas. Neste estudo, concentramos esforços e debatemos o que foi e o que são os Media, e, mais especificamente, a Televisão Pública de Angola (TPA) durante o período pós-colonial em Angola e ditatorial em Portugal. A televisão que começou por ser Rádiatelevisão Portuguesa de Angola (RPA) passou, anos mais tarde, a denominar-se TPA. Desta forma, utilizamos o exemplo de um canal de televisão público angolano e o seu sítio. Escolhemos tal objeto de estudo por diversas razões. A primeira prende-se com a atualidade do tema. Por outro lado, aproveitamos a quase inexistência de investigações neste âmbito para analisarmos um meio comunicacional em franca expansão num país em desenvolvimento, como é Angola. Abordamos vários aspetos da relação entre os media e a internet, fenómeno que tem evoluído e modificado ao longo da última década e meia. Interessa ainda destacar o facto de haver um número limitado de estudos que associem estações de televisão e a sua presença na internet e que procurem compreender melhor as motivações de aposta no novo meio. As alterações sócio-económicas que se fazem sentir em Angola são resultado de um processo evolutivo iniciado em Portugal com a queda da Ditadura política. Estamos tão habituados a viver num espaço público mediatizado que já não nos apercebemos das mudanças comunicacionais que a sua existência implicou. A comunicação é tanto um processo de confiança, como um jogo simbólico e uma realidade concreta. Os media desempenham aqui um papel essencial, mas o espaço mediático não é sinónimo de espaço público, mais amplo e mais complexo. É igualmente mais amplo do que o espaço político.</p>

Painel Comunicação e mídias: práticas, processos e experiências de colonialismo e descolonização

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Sala 1.4</p>	<p>Júlia Figueredo Benzaquen Universidade Federal Rural de Pernambuco</p> <p>(coordenação)</p> <p>Giuseppa Spenillo Universidade Federal Rural de Pernambuco / CES</p> <p>(coordenação e moderação)</p>	<p>1. Cristina Portella, Verónica Leite de Castro, Maria Melícias - CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina; FLUL, (vkamug@gmail.com) “A “descolonização” de Angola nos jornais da esquerda portuguesa (25-04-1974 a 11-11-1975)”</p> <p>Resumo/Abstract: A ‘descolonização’ de Angola suscitou diferentes posicionamentos entre a esquerda portuguesa, no período que vai do 25 de Abril de 1974 ao 11 de Novembro de 1975, data em que aquela ex-colónia africana se tornou independente. Nas páginas dos seus jornais oficiais - Avante (PCP), Portugal Socialista (PS), Esquerda Socialista (MES), Voz do Povo (UDP), Luta Popular (MRPP), Luta Proletária (LCP), Combate Socialista (PRT) e Revolução (PRP-BR) -, os partidos de esquerda foram unânimes em defender a independência de Angola, mas polemizaram frente a vários outros temas.</p> <p>Pretendemos acompanhar a evolução do posicionamento da esquerda portuguesa em relação à ‘descolonização’ angolana, sempre condicionado por afinidades ideológicas e projetos políticos e estreitamente determinado pelos acontecimentos políticos que iam ocorrendo durante o período abordado, quer em Portugal, quer em Angola. Esses partidos dividiram-se entre o apoio e a oposição ao envio de novas tropas portuguesas para Angola, a neutralidade perante os movimentos de libertação - MPLA, FNLA e UNITA - e o apoio cada vez mais exclusivo ao MPLA; a defesa do cumprimento do Acordo de Alvor mesmo após o início da guerra civil angolana e a sua denúncia; ou o tratamento a ser dado aos milhares de ‘retornados’ que desembarcavam em Portugal.</p> <p>Nesta comunicação, apresentaremos os pontos de vista da esquerda portuguesa face ao processo de descolonização de Angola e às atividades dos seus três movimentos durante este período expressos nos seus órgãos de comunicação. Problematicaremos as razões que motivaram tais posicionamentos e analisaremos a evolução que apresentaram consoante a cronologia dos principais acontecimentos ocorridos em Angola e Portugal.</p> <p>2. Cátia Miriam Costa - Centro de Estudos Internacionais - ISCTE-IUL, (catia.miriam.costa@iscte.pt), “Resistência através da imprensa: a voz dos filhos da terra em O Angolense”</p> <p>Resumo/Abstract: O angolense nasce em condições muito particulares, relacionando-se diretamente com as perseguições aos filhos da terra perpetradas no ano de 1917 pela administração colonial. Trata-se de um jornal sediado em Luanda e com tipografia própria que veio a publicar os intelectuais filhos da terra. Analisando as circunstâncias de criação deste jornal e comparando a perspetiva que este fornece sobre os acontecimentos de 1917 com o de outros periódicos angolanos (por exemplo, o Jornal de Benguela), pretendemos perceber até que ponto este constituiu a voz dos filhos da terra. Outra possibilidade importante a reter é a função da imprensa enquanto elemento de pressão junto do poder colonial que poderia proteger determinada grupo da arbitrariedade instalada no poder. Com acesso à escrita e aos meios tecnológicos de reprodução, os intelectuais angolenses podiam responder à hegemonia de uma imprensa colonial, detida sobretudo por colonos e defendendo os seus interesses. É de notar que são detetados vários movimentos anti-intelectuais nativistas em diferentes países da África subsariana durante o período da Grande Guerra, ou seja, durante o período de O Angolense. Isto significa que as autoridades locais pretendiam asfixiar os autóctones com capacidade de usar os mecanismos do colonizador para marcar uma posição diferenciada. Este jornal constituiu um testemunho de resistência. Contudo, ficou constrangido à atuação conforme os modelos preestabelecidos pelo próprio regime colonial (por exemplo, não podendo contestar diretamente a sujeição colonial), tal como hoje os media continuam sujeitos às formas de organização hegemónica, ainda herdadas do tempo colonial. Assim, pretendemos concluir até que ponto os constrangimentos impostos à expressão daqueles que se encontravam em posição subordinada condicionou a disseminação da sua voz pública e como essas repercussões poderão ter chegado aos dias de hoje.</p> <p>3. Sofia José Santos - Centro de Estudos Internacionais (ISCTE/IUL); Centro de Estudos Sociais (CES/UC), (sofajosesantos@gmail.com), “Moving beyond the unitary concept of mediascape: storytelling in West Africa”</p> <p>Resumo/Abstract: Media intervention in West-Africa has been most intense and complex during the last two decades. Underlying these international policies lays the belief that media, by providing a public space for bringing groups closer together, are a strategic tool for pacification and anti-polarization in society, as well as political accountability, thus helping to create democratic structures in post-war or unstable societies and prevent the emergence or re-emergence of violent conflict. However, most of these interventions are based on the western liberal model, where media play a central role. This paper intends to draw a critical analysis to international media intervention by questioning the unitary concept of mediascape, using the case for storytelling in West Africa.</p>

Painel Armed Women, invisible Women?

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 2.3</p>	<p>Jonna Katto University of Helsinki</p> <p>e</p> <p>Marissa Moorman Indiana University</p> <p>(coordenação)</p> <p>Margarida Paredes CRIA-ISCTE-IUL</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Ana Leão CESNOVA – FSCH</p> <p>(coordenação e comentários)</p>	<p>1. Sylvia Serbin - Historian, journalist, writer and independant researcher, (sylvia.serbin@gmail.com), “Female Resistances and fighting women in the history of Africa” Resumo/ Abstract: Historian, journalist and author of the book "Reines d'\Afrique et héroïnes de la diaspora noire", the first essay published in France on 22 African women and from the Black diaspora who took a prominent part in the history of their country from the antiquity till the beginning of the 20th century. This work speaks about women who lead or were involved in different kinds of fighting to defend their land or their freedom. I am also writing a new book titled "Female resistances and Pan-Africanism", that will be published at the end of this year. The main combative figures depicted in my work represent different parts of the African continent, as Kakena (Algeria, 8th century), Nzinga from Angola, Ndetete Yalla (Senegal, 19th century), the Amazones of Dahomey, Yaa Asantewa from Ashante Kingdom in Ghana, Sarraounia from Niger, Ethiopian female soldiers in the war against Italy in 1935, and also the women of the armed guerillas in Bissau Guinea and Angola. Whether they involved in an individual process of fighting to defend their people or they took part in a national army, History shows that African women never shunned their responsibilities when the society needed their strength and their courage to face a danger or a foreign aggression. But, if some of these women could have remained in the collective memoir, they are never - or rarely - mentioned in the academic historiography concerning the African continent. I would like to attend the congress to have an exchange of experiences about the difficulties to obtain information on such women, when we try to collect data between oral sources and the rare documents testifying their actions.</p> <p>2. Simone Schmidt - Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), (simonepschmidt@gmail.com), “Mulheres e guerra em Angola: por uma poética da memória” Resumo/ Abstract: Falar de Angola é ainda falar de guerra, mesmo que mais de dez anos tenham-se passado desde o fim da guerra civil que assolou seu território. Um país atravessado pela guerra ingressa no mundo global contemporâneo a acertar contas com suas feridas do passado recente. Um rio de sangue ainda corre na memória de todos os que lá viveram, e mesmo quando se fala na paz, está-se ainda irremediavelmente a invocar a guerra. Qual o lugar das mulheres nos conflitos que varreram Angola? Que papéis ocuparam? O que sofreram? É possível abordar de muitos modos a participação das mulheres na construção dos estados pós-coloniais na África, bem como no enfrentamento de seus dramáticos impasses. Buscando interpretar a inserção das mulheres africanas num contexto contemporâneo global, onde as autoras contemporâneas se fazem presentes através de suas práticas de escrita e de relatos de memórias - desejo compreender seu testemunho a respeito dos conflitos que viveram, particularmente da guerra e das diásporas por ela provocadas. Trata-se portanto, de investigar a construção daquilo que podemos chamar ma 'poética da memória', realizada no plural, a partir de um ponto de vista feminino, e que pode ser compreendida como uma construção simultaneamente subjetiva e histórica, privada e pública, ponto de intersecção entre experiências íntimas e sociais. O trabalho da memória, entretanto, opera não apenas no sentido de fazer falar as vítimas do colonialismo e das guerras civis, mas também no de perceber as outras histórias, aquelas potencialmente vivas nas experiências colonial e pós-colonial, histórias de sobrevivência, de criação e de resistência. É nesse sentido que proponho a leitura de O livro da paz da mulher angolana, lançado em 2008, por iniciativa da ONG Ajuda Popular da Noruega. Fruto de um elaborado processo de construção coletiva, através de oficinas e vários encontros, e organizado em sua forma final por Dya Kasembe e Paulina Chiziane, ele se constitui numa série de depoimentos de 89 mulheres, relatando sua experiência, atravessada pela guerra. De diversas maneiras, e a partir de diferentes lugares e vivências, seus depoimentos podem ser lidos com especial atenção às profundas implicações éticas e políticas de seu testemunho.</p> <p>3. Margarida Paredes - CRIA-ISCTE-IUL, (margarida_paredes@yahoo.com), “Masculinidades Femininas no Campo Militar em Angola” Resumo/ Abstract: Após a participação das mulheres na Luta de Libertação nacional, o estado socialista em Angola criou condições, com a instauração do Serviço Militar Obrigatório para ambos os sexos (lei 12/82), para que processos de emancipação das mulheres ocorressem no campo militar e contribuíssem para algumas transformações na geografia social do país. A cultura militar é profundamente genderizada, o seu ethos e valores são claramente masculinos. As forças militares são também espaços privilegiados para representações e performances de masculinidades. Constituídos maioritariamente por homens os exércitos têm sido alvo de feminização, como foram os exércitos nacionais FAPLA, Forças Armadas Populares de Libertação de Angola e agora as FAA, Forças Armadas Angolanas. Apesar do número de mulheres militares em Angola ser reduzido, o militarismo tem sido modelo para novas (re)construções identitárias e tem conduzido a renovadas dinâmicas sociais que se traduzem em práticas emancipadoras, nomeadamente 'masculinidades femininas' (Halberstam 1998) as quais irão ser discutidas nesta comunicação cujo trabalho empírico, ancorado no trabalho de campo em Antropologia, foi realizado em Angola com mulheres militarizadas das FAA e da Polícia Nacional de Angola.</p>

Painel Armed Women, invisible Women?

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC</p> <p>Sala 2.3</p>	<p>Ana Leão CESNOVA – FSCH</p> <p style="text-align: center;">e</p> <p>Marissa Moorman Indiana University</p> <p style="text-align: center;">(coordenação)</p> <p>Jonna Katto University of Helsinki</p> <p style="text-align: center;">(coordenação e moderação)</p> <p>Margarida Paredes CRIA-ISCTE-IUL</p> <p style="text-align: center;">(coordenação e comentários)</p>	<p>1. Lily Bunker - University of Cape Town, (lily.bunker@gmail.com), “Girls in War, Women in Peace” Resumo/ Abstract: Between 1976 and 1992, Mozambique suffered one of the most brutal and destructive conflicts in history. A remote region north of the nation’s capital called Ilha Josina Machel maintains a unique narrative of violence. Ilha Josina Machel was protected in some central areas by local militia and other various means of defense; others, such as the more isolated bairros were left increasingly vulnerable to attack and brutality as the years of conflict dragged on. This resulted in family members being brutally killed, villagers mutilated and residents of all ages including young girls and women, abducted and often forced to first, carry out atrocities in their own communities and then, transport looted goods to what would become their new homes. Once in captivity, abductees were inducted into a new way of life - one of forced labor, rape and occasionally, training in the tactics of terror. The longer captives remained, the increasing resemblance to their captors they took on. Drawing on a series of narratives from over 60 informants and over seven months of in-depth fieldwork in southern Mozambique, this study frames the intricate narratives of informants in light of the historical and local context and reveals the ways in which girls and women navigated the social vicissitudes of the conflict in which they became involved. The research counters reductionist thought on girls and women in conflict and in post-conflict society, showing their multi-faceted wartime roles and a longitudinal view of their lives after. Chronicles of terror, abduction, captivity and harrowing escape attempts reveal the local war-scapes through the eyes of female informants and convey the geographical and contextual nuances of one of the most heinous conflicts the world has seen.</p> <p>2. Ana Leão – CESNOVA - FSCH, (anathelion@gmail.com), “Mulheres ex-combatentes e igualdade de género em Moçambique. Do discurso político à prática social” Resumo/ Abstract: Um dos pilares do discurso político da Frelimo, tanto inicialmente enquanto frente de libertação como mais tarde já como partido político no poder, tem sido e continua a ser a igualdade de género. Moçambique é o segundo país africano com maior número de deputadas no parlamento, tem tido diversas ministras em pastas de relevo e o Parlamento tem aprovado leis e decretos que apoiam a igualdade de género. No entanto, esta política tem sido instrumentalizada numa narrativa progressista que mascara o pouco impacto dos regimentos legais nas práticas sociais e patriarcais da vida quotidiana. Este artigo baseia-se em histórias de vida de mulheres moçambicanas ex-combatentes nos dois conflitos que assolaram o país. As entrevistas foram realizadas em 2011, 2012 e 2013 em Maputo e na Província de Gaza. Através das experiências destas mulheres pretendo mostrar, a forma como o discurso político de igualdade de género tem sido interpretado, interiorizado e vivido por elas, durante a vida militar e posteriormente na vida civil.</p> <p>3. Jonna Katto - University of Helsinki, Finland, (jonna.katto@helsinki.fi), “Woman, a significant membership category. Women excombatants making sense of FRELIMO’s wartime gender discourse” Resumo/ Abstract: Mozambique’s liberation struggle extended over 10 years from 1964 to 1974. Through these years, thousands of young people living in the rural areas of northern Mozambique - including hundreds of girls and young women - were mobilized by the guerrilla army FRELIMO to participate in the military campaign and fight for national liberation. The state nationalist discourse, although mythically rooted in the experience of the rural peasantry in the armed struggle in the north of the country, is at present a discourse more closely linked to the urban experience of the (male) political elite in the southern capital Maputo. In this paper, I explore how the revolutionary ideology of FRELIMO’s nationalist project and especially its socialist gender discourse on ‘women’s emancipation’ is remembered and made sense of in the interview talk of women ex-combatants in northern Mozambique these days. The paper is based on life history interviews that I conducted in the north-western province of Niassa with female war veterans over a period of twelve months between 2012 and 2014. On the one hand, I suggest that for most women ex-combatants, their knowledge about the female body, that is, its capabilities and rights and duties in society changed, and thus the categories of ‘man’ and ‘woman’ were expanded with new attributes and activities. On the other hand, I show how in the interview talk the women commonly do not, however, reproduce themselves as the female protagonist of the nationalist discourse; instead, she – ‘the woman’ - is linked to the war-time and its spatial context, and thus distanced in time and space from the interviewees’ present experiences. Moreover, categories of difference such as class and spatial difference within the ex-combatant community are emphasized instead of any common female collectivity.</p>

Painel Religião e Saúde: um diálogo a partir das práticas terapêuticas culturais

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>Sessão única</p> <p>12 de Setembro (sexta-feira)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Sala 1.1</p>	<p>Violeta Maria de Siqueira Holanda Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira</p> <p>Márcio Luiz Mello Fundação Oswaldo Cruz e</p> <p>Clara Saraiva Universidade Nova de Lisboa</p> <p>(coordenação)</p>	<p>1. Clarice Moreira Portugal Universidade Federal da Bahia/Brasil, Ana Cristina de Souza Mandarino - Universidade Estadual de Santa Cruz/Brasil e Estelio Gomberg - Universidade Estadual de Santa Cruz/Brasil, (clariceportugal@gmail.com, anamandarino@gmail.com, estelio68@gmail.com), “Abikus de Candomblé e Sentidos de Suicídio” Resumo/ Abstract: O Candomblé, religião de matriz africana, é oriundo dos processos da diáspora negra no Brasil e congrega sob esse nome várias denominações religiosas de grupos étnicos que por mais de 3 (três) séculos, primeiro, como escravos e, posteriormente, como homens livres, vem imprimindo suas marcas na constituição dessa modalidade religiosa. Nota-se atualmente a expansão da referida religião para outros países e ampliando dos seus grupos de origem. A presente comunicação aborda a problemática dos indivíduos denominados ‘abiku’ e suas interfaces com a questão do suicídio. Nesse sentido, serão consideradas as categorizações, narrativas e o modo da religião lidar com esses sujeitos na liminaridade entre o sagrado e o profano, assim como com as interações e conflitos com sistema de saúde público no Brasil. A pessoa ‘abiku’ não é vista como problemática, mas entende-se que é importante tratá-la por meio de repactuações e estabelecimento de novas conexões espirituais a partir da consulta oracular, a fim de que ela consiga ter uma boa e próspera vida repleta de energias positivas e afastadas das negativas por diversos rituais de reestabelecimentos. A condição de ‘abiku’ - aqueles que nascem para morrer - pode ser expressa de diversas formas no imaginário religioso em questão. É preciso esclarecer que nem todas as formas dizem respeito ou se relacionam a condição de suicidas. Esta seria apenas mais uma das manifestações possíveis. No entanto, poucos são aqueles que se sentem à vontade para falar acerca do assunto, visto que retirar a própria vida, consiste em tema delicado e perigoso para o imaginário.</p> <p>2. Ana Stela de Almeida Cunha e Heridan Guterres Pavão - Universidade Federal do Maranhão, (anastelacunha@gmail.com), “Enfermidade e cura entre os praticantes do Palo Monte (Cuba) e Pajé (Maranhão): espiritualidade, bruxaria e bem estar no mundo religioso afro-cubano/brasileiro” Resumo/ Abstract: Nas religiões de matriz africana do Maranhão (Pajés) e de Cuba (Palo Monte) as noções de saúde e doença não são categorias antagônicas, sendo antes um continuum. Observaremos os processos de construção das práticas associadas a essas religiões que, na perspectiva de Csordas (2001) centra-se na percepção não dos objetos prontos, mas de relatos construídos, o que nos faz repensar dicotomias entre causa e sintoma, por exemplo, sem deixar de refletir sobre processos de criatividade e improvisação (Hallam & Ingold, 2007) cultural e cosmológica, tão comuns nestas religiões de matriz negro-africana, objetos de nossa etnografia que busca um diálogo entre Cuba e Brasil</p> <p>3. Osiel Lourenço de Carvalho - Universidade Metodista de São Paulo, (osiel_carvalho@yahoo.com.br), “Bricolagem religiosa: a ressignificação de elementos simbólicos das religiões afro-brasileiras pela Igreja Universal do Reino de Deus” Resumo/ Abstract: A vivência do sagrado se apresenta cada vez mais móvel, solta itinerante. Nesse processo, religiões institucionalizadas se apropriam de práticas e cenas imagéticas de outros grupos religiosos. Realiza-se um movimento de moldagem ou bricolagem das crenças, na qual o sujeito ajusta as crenças, modela-as, costura-as segundo suas experiências e necessidades. Essas crenças e as práticas litúrgicas são reagrupadas/recombinadas de diferentes modos, adquirindo assim novos sentidos. Desse modo, a religião opera não apenas como produtora de sentido, tendo em vista que a bricolagem religiosa são ajustes a fim de que as práticas religiosas funcionem como recurso terapêutico e o afastamento do sofrimento. Em nossa apresentação pretendemos demonstrar exemplos de bricolagem religiosa a partir de uma análise de práticas da Igreja Universal do Reino de Deus. Fundada no Brasil por Edir Macedo em 1977, essa denominação religiosa sempre adotou discursos de demonização em relação as religiões afro-brasileiras. O próprio bispo assina a autoria do livro ‘Orixás, Caboclos e Guias’, no qual diz que essas religiões são do diabo, logo os processos de cura realizados nas religiões de matriz africana seriam, de acordo com Macedo fruto da ação de espíritos demoníacos. Paradoxalmente, a referida igreja se apropriou e ressignificou elementos simbólicos das religiões afro-brasileiras. Elementos como a ‘sessão do descarrego’ realizada todas as sextas feiras, onde os pastores vestem-se de branco; o uso do copo com água que tem a finalidade de purificar, trazer cura, são alguns dos elementos que pretendemos discutir nessa apresentação.</p> <p>4. Violeta Maria de Siqueira Holanda e Márcio Luiz Mello - UNILAB e FIOCRUZ, (violeta@unilab.edu.br), “A relação entre saúde cultura nas práticas terapêuticas da Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ” Resumo/ Abstract: O universo religioso da Umbanda é caracterizado por sua riqueza de símbolos e complexidade ritual que envolvem uma multiplicidade de elementos socioculturais. As práticas de cura têm um lugar significativo nos rituais umbandistas, pois é justamente o momento em que os frequentadores têm a oportunidade de serem atendidos em seus problemas particulares. Dentre as principais queixas que trazem estão problemas financeiros, situações de conflito interpessoal e emocional. Além dessas, um grande número de pessoas recorre aos cultos umbandistas por motivo de doença, em busca de alívio para as doenças do corpo e da alma. Em nossa pesquisa interessa compreender esses processos de saúde-doença relacionados aos terreiros de Umbanda em Fortaleza-CE e no Rio de Janeiro-RJ. Nos terreiros estudados, as práticas terapêuticas da Umbanda têm complementado as práticas médicas oficiais e podem ajudar as pessoas em suas aflições, mesmo em cidades onde a grande maioria da população tem acesso ao sistema oficial de saúde; ou seja, os terreiros são locais de promoção da saúde.</p> <p>5. Márcio Luiz Mello e Simone Santos Oliveira - Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ-BR, (mlbmello@gmail.com), “Cura e cuidado na tradição de terreiros afro-brasileiros no Rio de Janeiro: contribuições para atenção integral à saúde” Resumo/ Abstract: Este trabalho teve como objetivo dar visibilidade à compreensão da saúde, doença e práticas de cura inscritas no campo afro-religioso e sua relação com a biomedicina. A partir de um estudo etnográfico e de histórias de vida, identificou-se os conceitos de saúde/doença e práticas terapêuticas de terreiros do Rio de Janeiro. A religião atua como suporte para enfrentamento de dificuldades do cotidiano, mobilizando recursos individuais e coletivos para expressão das emoções, modificando o entendimento das experiências. Reconhecer o caráter misterioso da vida e destituir o lugar de onipotência da biomedicina pode assegurar novas possibilidades, pois práticas não-convencionais podem ser complementares à biomedicina e contribuir para o enfrentamento dos desafios a uma atenção à saúde na perspectiva de sua integralidade. Apontamos para a importância de que sejam consideradas as práticas terapêuticas afro-brasileiras como tema de discussão na agenda das políticas públicas.</p>

Programação Painéis / Grupos de Trabalho

Sábado, 13 de Setembro

Painel A emergência de outras Áfricas? A voz de filosofias, políticas e instituições alternativas à globalização hegemónica		
Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>Sessão única</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 1.1</p>	<p>Erick Morris CES</p> <p>Fabián Cevallos CES</p> <p>e</p> <p>Gabriela Rocha CES</p> <p>(coordenação)</p>	<p>1. Alba Díez Arrea e Paula Álvarez Neira - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, (paulvarez@gmail.com), “Espacio en transformación. Impacto de las rutas de migrantes de tránsito por Marruecos”</p> <p>Resumo/Abstract: Debido a diferentes causas, pero siempre con el objetivo de mejorar sus condiciones de vida, muchos migrantes, especialmente subsaharianos, se embarcan en un viaje por África hacia lo que ellos creen que es el Dorado Europeo. Una de esas rutas recorre Marruecos, convirtiéndose al país en un lugar de tránsito para miles de personas que buscan este sueño. A lo largo del camino, se intuye el tráfico de esta masa, pero es en los lugares en los que termina y empieza una etapa, en los que su impacto sobre el espacio se hace verdaderamente visible. Nosotras hemos estudiado tres ciudades escogidas atendiendo a sus diferentes papeles dentro del camino para comparar así las diferentes transformaciones ejercidas. En primer lugar, Rabat, ciudad de paso para los viajeros, bien hacia el sur, para atravesar hacia Canarias, bien hacia el norte para intentarlo por el Estrecho, Ceuta o Melilla. En segundo lugar, Tánger, ciudad de la que salen embarcaciones clandestinas. Por último, Nador, localidad próxima a Melilla, donde la estrategia es saltar la valla.</p> <p>Para el análisis hemos querido usar las categorías de Hannerz: hogar y parentesco, aprovisionamiento, ocio, relaciones de vecindad y tráfico. Gracias a la lectura sobre el tema, a diferentes actores involucrados que amablemente se han prestado a ser entrevistados y a nuestra propia observación en el terreno, hemos descubierto cómo se relacionan los migrantes con estas ciudades en cuanto a esta clasificación. Sabiendo cómo viven y cómo conviven con la población local, qué aportan y qué demandan de la ciudad y viceversa, hemos entendido que no se trata de un fenómeno coyuntural, como muchas veces se piensa, sino estructural y que también tiene su repercusión en la estructura del territorio.</p>
	<p>Fernanda Belizário CES</p> <p>(coordenação, moderação e comentários)</p>	<p>2. Michel Esmério - Universidade de São Paulo, (michel.esmerio@gmail.com), “A terceira margem da terra: uma análise entre o dito e o não-dito em Niketche - Uma história de poligamia”</p> <p>Resumo/Abstract: Muito embora a temática de contestação ao colonialismo português esteja no cerne da literatura africana contemporânea de expressão portuguesa, a luta pela independência também manteve vozes silenciadas. Numa perspectiva pós colonial, este trabalho pretende analisar o livro “Niketche - Uma história de poligamia” e relacionar alguns de seus elementos textuais para trazer vozes não ditas, mas possivelmente subentendidas na obra. Embora pareça que a proposta central do livro seja falar sobre o conflito entre as tradições consuetudinárias e o discurso homogêneo do Estado-nação baseado na tradição eurocêntrica, é a sobreposição dessas duas lógicas que é o pano de fundo para a construção pós colonial de uma Moçambique em que a emancipação seja possível. Na história, Rami é a esposa oficial de Tony. Ele tem outras quatro esposas ilegais. Inconformada com a constante ausência do marido ela decide encontrar-se com suas rivais para recuperar seu esposo. Entretanto, embora as brigas iniciais, o que se dá é um entendimento das cinco mulheres. Rami, a primeira esposa, cria um plano, com o apoio de suas rivais, para oficializar a poligamia de Tony conforme a tradição africana. Neste contexto parece-nos que para além do desejo explícito de recuperar seu esposo a protagonista traz uma subtil fala ao não falar. Se relacionarmos esta ação com o provérbio zambeziano mencionado no início do livro “Mulher é terra. Sem semente, sem regar, nada produz” teremos algumas pistas. Este paper pretende segui-las.</p>
	<p>Begoña Dorronsoro CES</p> <p>Catarina Laranjeiro CES</p> <p>e</p>	<p>3. Begoña Dorronsoro e Fabián Cevallos – Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, (ilargine@yahoo.es; fabiancevallos@ces.uc.pt), “¿Problemas de desarrollo? Prueba con Ubuntu/Buen Vivir”</p> <p>Resumo/Abstract: Ante el agravamiento de la crisis del capitalismo expoliador y la aparente falta de respuestas alternativas en el Norte global, los conceptos y prácticas del Ubuntu en África y el Buen Vivir en las Américas parecen convertirse en la fórmula mágica, el Santo Grial que nos permitirá revertir la situación en todo el mundo. Ambos conceptos, lejos de ser algo estático y del pasado, se están construyendo en un diálogo intercultural de ecología de saberes (Santos, 2006). Por un lado, se traspasa el ámbito comunitario en el caso del Ubuntu, para jugar un papel importante en la superación del apartheid en Sudáfrica; por otro lado, el Buen Vivir también trasciende el ámbito indígena, para confluír en la conformación de las asambleas constituyentes que se basaron en este principio como fundamento de las nuevas Constituciones de Ecuador y Bolivia.</p> <p>Aún son incipientes los trabajos y publicaciones que relacionan ambos conceptos, algunos se centran en buscar sus semejanzas y las posibles enseñanzas para superar la crisis del modelo occidental. Resulta tentador buscar en ellos elementos que nos permitan transgredir el orden epistemológico y social establecidos pero advertimos, nuevamente, el riesgo de convertirlos en otro de los recursos a ser manipulados por el norte global.</p> <p>Es también interesante y menos trabajado aún, la posibilidad de crear espacios de diálogos Sur-Sur entre ambos saberes y prácticas, que autores como el Profesor Jean-Bosco Kokozi Kashindi (congolés que trabaja en México actualmente), o Agustín Lao-Montes en Colombia, están explorando en torno a la emergencia de un Ubuntu criollo, en la aproximación que diferentes comunidades afroamericanas están realizando para proponer un Buen Vivir enlazado con sus raíces y legados africanos.</p>
	<p>Isabel Gomes CES</p> <p>(coordenação e comentários)</p>	<p>4. Ester Massó Guijarro - Universidad de Granada, (ester@ugr.es), “¿Giro decolonial en el patrimonio? La Liberation Heritage Rout como alternativa poscolonial de activación patrimonial”</p> <p>Resumo/Abstract: El patrimonio constituye una noción que ha hecho indudable fortuna, tanto en múltiples disciplinas como el mundo de la vida y distintas esferas sociales, por razones plurales. Algunas de ellas, acaso las cruciales, residen en que este concepto confluye enormemente con las melodías filosóficas propias de las tendencias globalizadoras actuales: derechos humanos y colectivos, institucionalización a grandes escalas, garantías de calidad, códigos deontológicos, etc. Supone, en fin, una cristalización de anhelos y símbolos en algo tan concreto, mensurable, universalizable, como la UNESCO o los diversos institutos patrimonialistas nacionales o continentales del patrimonio. Ciertamente que las virtudes y ventajas de la institucionalización y la globalización del concepto de patrimonio son innegables en múltiples escalas. Sin embargo, tan veraz resulta que su problemática epistemológica en el terreno antropológico le ha acompañado desde sus primeros caminos y formulaciones. El patrimonio, como condensación identitaria que implica, en su inexorable vocación de salvaguardia, un estatismo consustancial a cualquier institucionalización, se da de bruces con las teorías más depuradas sobre lo escurridizo, móvil y especular de los mismos</p>

		<p>conceptos de identidad, cultura, comunidad o tradición.</p> <p>Para discutir sobre ello, y considerando el giro decolonial como eje epistemológico clave de revisión sobre patrimonio, se trae a colación como ejemplo discursivo un tipo singular de propuesta patrimonial, a saber, la Liberation Heritage Rout en Sudáfrica. Aún hoy, este país carece de sitios en la lista UNESCO de patrimonio inmaterial. Con esta propuesta desafía en buena medida algunos de los elementos más susceptibles de crítica antropológica en el patrimonio, ligándolo esencialmente a la lucha de un pueblo por los derechos, más allá del folclore particular, y la universalización de valores que de ello puede colegirse para el resto de la comunidad internacional.</p>
--	--	---

Painel Memória(s), Conflictos e Representações: Novos olhares multidisciplinares nos Estudos Africanos

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Anfiteatro 1.1</p>	<p>Sheila Khan Universidade do Minho</p> <p>(coordenação)</p> <p>Elena Brugioni Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – CEHUM</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Jessica Falconi CEsA</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Marie-Manuelle Silva - Universidade do Minho, (mmcsilva@ilch.uminho.pt), “Massacres coloniais e banda desenhada francófona” Resumo/ Abstract: Os desenvolvimentos mais recentes da banda desenhada francófona registaram a emergência de um importante corpus engajado e dos seus desdobramentos em poéticas que visam desconstruir representações sobre a história ‘oficial’ e ‘colonial’, e levar o leitor a uma distanciação crítica. Deste modo, a chamada ‘nona arte’ participa da constelação de geografias e temporalidades convocadas pelas criações contemporâneas como lugares de enunciação de narrativas da memória Outras e dos Outros, que proponho examinar enquanto ficções históricas que (re)configuram dispositivos formais e modalidades da presença (e ausência) de memórias, arquivos e H(h)istorias em torno de massacres coloniais em contextos africanos.</p> <p>2. Ana Margarida Dias Martins - Universidade de Exeter, (a.m.d.martins@exeter.ac.uk), “Amor com Amor se Paga: Adamastor e a teoria pós-colonial” Resumo/ Abstract: Como teorizar as vozes dialogantes que percorrem o atlântico entre países africanos e o Brasil, sem perder de vista uma memória portuguesa e pós-revolucionária do império? Esta apresentação inspira-se na audácia das contribuições pós-coloniais latino-americanas, que tendem a enfatizar o poder da inversão, para explorar a proposta feita por Paulo de Medeiros (2006): a de substituir o duo Shakespeariano (Próspero e Caliban) pela figura de Adamastor. Sugiro que o monstro nos ensina a ouvir melhor certos diálogos pós-coloniais que tendem a enfatizar um excesso de sentimento (amar demasiado). Amar a mais tem o poder de oprimir o ‘centro’, não através de uma maldição ou praga, como nos ensina Caliban, mas através de um afecto violento capaz de virar o lusotropicalismo de pernas para o ar.</p> <p>3. Inês Nascimento Rodrigues – Centro de Estudos Sociais / FEUC, (inesbirrento@gmail.com), “A pós-memória de Batepá e os limites da representação: uma história da violência revisitada” Resumo/ Abstract: A escrita do massacre de Batepá permite explorar metafórica e simbolicamente os processos de construção das identidades e de imaginação da nação no arquipélago santomense. Manuel Teles Neto e Conceição Lima, netos do massacre, recorrem a diferentes estratégias literárias na representação dos acontecimentos de 1953, deixando a nu a imagem de uma sociedade profundamente fracturada e degradada. Apesar da presença destes elementos na "escrita do massacre" (cf. Vecchi, 2010) - excrementos, cadáveres e espectros, entre outros -, que sinalizam a impossibilidade do retrato da violência extrema e do horror, o que pretendo demonstrar é, que num movimento ambivalente, há, nestes textos, também lugar a uma narrativa de promessa, reconciliação e esperança no futuro da nação santomense.</p> <p>4. Maria-Benedita Basto - Universidade de Paris Sorbonne/CRIMIC-IMAF, (mbbasto@yahoo.com), “Cuba e Angola, Memórias em conflito, conflito de memórias, representações e regimes de verdade” Resumo/ Abstract: Esta comunicação propõe-se reflectir sobre a relação entre memória e conflito numa perspectiva epistémica de análise dos estudos africanos. Tomando como caso de estudo as representações mútuas entre Cuba e Angola, desdobradas em jogos de escala que podem variar entre o continente e a vida do cidadão comum, e cobrindo desde os anos 50 do século XX até à actualidade, em suportes que incluem o documento e a imagem, tentar-se-á compreender a forma como essas representações constroem regimes de verdade, uma certa arqueologia do saber sobre África e do saber do africano. Entre os discursos de Fidel Castro, os artigos publicados na Tricontinental, o trabalho de cineastas e escritores e ensaístas de ambas as partes e as marcas escritas da participação na guerra angolana de milhares de cubanos e das vivências de angolanos em Cuba no contexto da guerra fria, constroem-se memórias entre conflitos. Estes conflitos - traumatismos, dissensos -, podem ser, para além de elementos de composição de narrativas, dispositivos de verificação que nos ajudam a perceber a capacidade dos estudos africanos de pensar a África no mundo.</p> <p>5. Luciana Cristina Corrêa - Unesp - Assis/Brasil, (lucricorrea@gmail.com), “A representação da memória, em Noites de Vigília, de Boaventura Cardoso” Resumo/ Abstract: O presente trabalho procura expor como ocorre a representação da memória coletiva, em Noites de Vigília (2012), o mais recente romance publicado do escritor angolano Boaventura Cardoso. A rememoração dá-se partir do relato de dois personagens, os amigos Quinito e Saiundo, que se reencontram após um período de 23 anos em que se mantiveram afastados por seguirem em frentes de lutas opostas, em Angola. A reaproximação de ambos os personagens representa, num espaço narrativo marcado por uma luta de libertação, no período imediatamente anterior à independência de Angola, o próprio desejo de reconciliação da comunidade nacional. Assim, através do recurso do diálogo e da presença do fluxo de consciência nos relatos pessoais de cada personagem, o leitor pode deduzir que ambos aguardam uma possível conciliação social e que, mesmo tendo seguido caminhos diversos em uma sociedade pluricultural marcada pela opressão colonial, seguem contribuindo para a consolidação de uma identidade nacional.</p>

Painel Memória(s), Conflictos e Representações: Novos olhares multidisciplinares nos Estudos Africanos

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p align="center">2ª Sessão</p> <p align="center">13 de Setembro (sábado)</p> <p align="center">16h30-18h30</p> <p align="center">FEUC Anfiteatro 1.1</p>	<p>Elena Brugioni Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – CEHUM</p> <p align="center">[coordenação]</p> <p>Sheila Khan Universidade do Minho</p> <p align="center">e</p> <p>Maria Paula Meneses CES</p> <p align="center">[comentários]</p>	<p>1. Bruno Sena Martins - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, (bsenamartins@gmail.com), “A Sul de um sentido: a cegueira em Moçambique” Resumo/ Abstract: Viajando a Sul, ao encontro da realidade das pessoas cegas em Moçambique, o autor analisa as implicações de uma conceção de cegueira intimamente ligada às dinâmicas sócio-espirituais. O presente artigo fala-nos de um quadro cultural em que, no limite, "não há cegueira sem feitiço". A partir de uma incursão etnográfica entre as "vidas da cegueira", o autor faz emergir um corpo múltiplo que põe no lugar o "feitiço" através do qual a modernidade ocidental inventou a noção de deficiência. Trata-se de um percurso que procura pôr a cegueira no contexto de resistências situadas: corpos e histórias que reclamam por culturas menos certas dos seus sentidos.</p> <p>2. Viviane de Oliveira Barbosa - Universidade Federal do Maranhão (UFMA), (viviolib@yaho.com.br), “Memórias, conflitos e representações entre mulheres rurais sul-africanas” Resumo/ Abstract: Além da participação em mobilizações contra o apartheid e pela libertação nacional, mulheres rurais zulus sedimentaram lutas mais específicas relacionadas à reivindicação por terra, à construção de identidades, à afirmação positiva de sua condição feminina e a demandas pela erradicação da pobreza no campo. Muitas delas, organizadas em associações e movimentos de mulheres ocupados com a questão da justiça e dos direitos humanos, estão diretamente vinculadas ao Rural Women's Movement, organização não-governamental que tem atuado na província de KwaZulu-Natal com projetos de formação e desenvolvimento econômico-produtivo de mulheres rurais. Esta comunicação aborda as experiências dessas mulheres - nativas, pobres, rurais, moradoras de fazendas, moradoras de áreas controladas por 'conselhos tradicionais', moradoras de missões religiosas, sem-terra, etc. -, destacando suas memórias em torno de conflitos e disputas pelo acesso à terra e pelo direito à moradia, bem como suas formas de resistência e solidariedade. Como essas experiências não podem ser reconstituídas apenas através de documentação oficial, a maior parte dos dados da pesquisa resulta de observação de campo naquela província e da realização de entrevistas com mulheres locais, o que permite observar as representações destas sobre suas próprias experiências. A pesquisa buscou ultrapassar as amarras metodológicas de cada disciplina, dialogando com diferentes áreas das ciências humanas. De fato, o campo dos Estudos Africanos tem jogado um papel central nas transformações metodológicas e teóricas, fazendo de África um local de maior importância para a pesquisa nas ciências humanas e sociais. Somados a questões epistemológicas mais gerais, nesse campo também têm sido feitos questionamentos acerca de como e para quê se produz conhecimento, por que é necessário falar de uma geopolítica do conhecimento e do lugar do continente africano nessa dinâmica, e como pensar espaços de pensamento dentro das universidades, mas também fora delas, através dos quais diferentes formas de conhecimento possam dialogar.</p> <p>3. Tiago Castela - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, (tcastela@ces.uc.pt), “Império nas Cidades: Memoriais do Colonialismo em Portugal e em Moçambique” Resumo/ Abstract: Esta apresentação examina memoriais do colonialismo em cidades portuguesas e moçambicanas, explorando como as representações em espaços urbanos evocando a ocupação europeia do sul de África foram geridas após a independência política de colônias portuguesas em 1975. Em particular, a apresentação aborda o modo como a gestão pelos aparatos estatais foi diferentemente articulada com as formações políticas pós-coloniais em Moçambique e em Portugal. A apresentação começa por concentrar-se na coleção de esculturas monumentais removidas de focos urbanos no Maputo e reunidas na Fortaleza. Argumento que esta assemblagem pode ser compreendida como parte da pedagogia espacial revolucionária empregue pelo aparato estatal pós-colonial, procurando uma descolonização da urbanidade. A apresentação realça também uma história das numerosas representações urbanas de corpos africanos no Portugal contemporâneo: em espaços exibicionais como o Jardim Tropical de Lisboa ou o Portugal dos Pequenitos de Coimbra, em espaços institucionais como a antiga sede do Banco do Atlântico no Porto, e em espaços de consumo privilegiados e ordinários. Enquanto no Moçambique pós-colonial as representações esculturais anteriormente celebrando a dominação foram empregues como meio de fomento da autonomia, no Portugal contemporâneo a democratização política não implicou um desafio às persistências de uma racionalidade colonial de governo que operava parcialmente através de uma estética da desigualdade. Em vez disso, a violência da divisão espacial inerente à representação de corpos desiguais foi negligenciada em relação a um discurso sobre uma razão imperial portuguesa fundada numa valorização desenvolvente da diferença. Esta é uma apresentação de resultados do projeto 'Aspirações Urbanas em Moçambique Colonial/Pós-colonial', realizado para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este projeto de investigação procura fornecer ferramentas aos que imaginam modos de governo urbano político que reconheçam as potencialidades das urbanidades atuais, e que desafiem as persistências da racionalidade do colonialismo no planeamento urbano.</p> <p>4. Josenildo de Jesus Pereira - Universidade Federal do Maranhão, (josenildo@ufma.br), “Nos subterrâneos da memória: o Libolo no contexto do colonialismo português em Angola” Resumo/ Abstract: A região do Libolo foi uma das peças estratégicas no grande tabuleiro dos processos relativos às ações coloniais com os seus derivados levados a efeito pelo Estado Português, em território angolano, desde o seu emergir no século XV até a década de 1970 do século XX. Desse modo, e, por conseguinte, esta região também foi estratégica no contexto da resistência às guerras de ocupação do interior de Angola pelos colonos portugueses, sobretudo após a instalação do posto de comando militar para ações de intervenção no Seles, Quissama e Bailundo. O longo tempo de constituição do colonialismo português na África gerou a sua memória escrita e oral. A escrita está materializada na historiografia constituída pelos escritos de historiadores portugueses, e a oral pelos registros na memória daqueles que foram objetos de atos praticados por colonos portugueses quer fossem eles comerciantes, militares, governadores ou padres. Nesta comunicação faz-se uma análise comparativa entre a historiografia produzida por historiadores portugueses a respeito das ações constituintes do colonialismo português na África com ênfase à região de Angola e os dados de memória de africanos moradores no município do Libolo, província do Kuanza Sul, Angola. Em termos específicos analisa-se o sentido de representações de africanos na memória historiográfica produzida por historiadores portugueses que tratam da historicidade do colonialismo português em Angola e a representação deste no imaginário africano contemporâneo. Dentre as obras constituintes da historiografia portuguesa em África, nos concentramos no estudo da obra do historiador Ralph Delgado - Ao Sul do Kuanza (ocupação e aproveitamento do antigo reino de Benguela) VOI I e II. Lisboa. 1942 devido a sua relevância no contexto no qual foi pensada e publicada, isto é, o cenário do entre guerras e as lutas pela independência da África.</p>

		<p>5. Ana Cristina de Souza Mandarino - Universidade Estadual de Santa Cruz – Brasil, (anamandarino@gmail.com), “Museus e Memoriais de Terreiros de Candomblé: espaços de resistência e de preservação no Brasil”</p> <p>Resumo/ Abstract: Os Terreiros de Candomblé no Brasil sistematicamente foram pensados como espaços de resistência cultural. Após o fim da escravidão, no final do século XIX, estes espaços, além de servirem para o exercício de religiosidades, também serviam como espaços de aglutinação, de lazer, de discussões e, principalmente, local de preservações das memórias africanas e de seus descendentes. Com o passar dos anos e o afrouxamento nas tensões raciais, várias iniciativas foram implementadas particularmente e institucionalmente para que os Terreiros de Candomblé e suas estórias peculiares e particulares fossem alvo de demandas especificamente destinada a suas preservações. Nesta perspectiva, a partir dos anos 80, surge, de forma inovadora, os primeiros Memoriais e Museus nos Terreiros de Candomblé, cujo objetivo fora oportunizar registros e organizações de acervos para preservação da história e da identidade da instituição religiosa aos seus adeptos e à sociedade mais ampla.</p>
--	--	---

**Painel Modelos alternativos de desenvolvimento para Moçambique:
propostas a partir do feminismo, economia social, ambientalismo e institucionalismo radical**

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Anfiteatro 1.2</p>	<p>Jokin Alberdi HEGOA. Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional. Universidad del País Vasco UPV/EHU</p> <p>e</p> <p>Isabel Casimiro CEA – UEM</p> <p>(coordenação)</p> <p>Teresa Cunha CES</p> <p>e</p> <p>Sara Araújo CES</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. André Camangueira - Universidade Zambeze – UNZambeze, (acamaguira@yahoo.com.br), “A Injunção do saber das comunidades rurais no “agroflorestamento”: estudo de caso de Gorongosa” Resumo/Abstract: No presente artigo, o que está em reflexão é o mecanismo de inserção do homo situs nos projetos de agroflorestamento para o sequestro de carbono, sob domínio efetivo das grandes corporações, como forma de atenuar a consciência de aquecimento global. Para isso, as comunidades rurais nos territórios elencados acabam sendo incentivados a ampliarem suas áreas de campo para se dedicarem ao agroflorestamento, uma vez que a prática de agricultura de subsistência vai sendo estrangulada por falta de incentivo para a sua produtividade. A metodologia foi de cunho qualitativo no âmbito do meio rural moçambicano.</p> <p>2. Teresa Cunha - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, (teresaamal@gmail.com), “A Arte De Xiticar Num Mundo De Circunstâncias Não Ideais - Feminismo e descolonização das teorias económicas contemporâneas” Resumo/Abstract: Neste trabalho tenho como objectivo principal discutir a economia da crise através de uma busca epistemológica feminista e pós-colonial. A minha intenção investigativa não se contenta com uma crítica mas a expansão das subjectividades contribuindo para que a distopia da narrativa mestra da crise económica e financeira do mundo rico ocidental seja apenas uma parte da realidade e da infinita capacidade de pensar o mundo. Neste texto, procuro ainda, a partir da agência cognitiva e pragmática narrada por mulheres e homens da cidade de Maputo, pensar a virtualidade operacional de inéditos viáveis apoiados em consciências emancipatórias do futuro. Para este meu propósito reflectirei sobre o xitique. Xiticar é uma prática económica e financeira comum em Moçambique. Uma análise desenvolvimentista e que não rompa com o paradigma capitalista olha para o xitique apenas como um retorno, mais ou menos elaborado, à tradição ou uma mera estratégia de contingência devido à persistente escassez de recursos, e meios de acesso a eles, a que está sujeita uma parte da população de Moçambique. A minha proposta é ensaiar uma variedade de descentramentos epistemológicos e analíticos e colocar uma pergunta, ainda que possa ser considerada impertinente ao status quo das correntes frias da sociologia: poderá ser o xitique uma antecipação profética, uma ferramenta de uma economia política pós-capitalista? Pretendo deixar algumas vias de análise abertas para futuras teorizações que não vejam, recorrentemente, nas práticas inventivas de diferentes comunidades imaginadas, desde sempre e para sempre insolventes, meras acções de sobrevivência ou a atracção fatal e melancólica pelo atávico.</p> <p>3. Inácio de Carvalho Andrade - Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), (inacio.and@gmail.com), “Civilização, Modernização e Desenvolvimento em Tete” Resumo/Abstract: A apresentação focará a implementação do projeto desenvolvimentista em Tete, Moçambique. Localizada acima de grandes jazidas de carvão e outros minerais, os habitantes de Tete estão há tempos familiarizados com o discurso do desenvolvimento. Antes de receber os grandes empreendimentos extrativistas, capitaneados pela brasileira Vale durante segunda metade da década passada, os tenses já haviam sido alvos da cooperação internacional, que chegara a região durante a guerra civil moçambicana (1976-1992) , tendo implementado suas estruturas integralmente durante as reformas económicas neoliberais promovidas com a chegada da paz. O governo socialista, instaurado após a guerra colonial, também já havia tentado propagar uma reforma modernizante no país com a implantação de aldeias comunais em áreas remotas do país, através da ética e da rotina do trabalho, a ‘colonização mental’ imposta por anos de regime português deveria ser superada para a construção de uma nova sociedade. Samora Machel, herói da revolução e presidente à época, incentivou a formação de cooperativas de agricultores que se espalharam pelo país sob o ideal de um ‘socialismo real africano’ ligeiramente vilsuabrado na experiência tanzaniana de Julius Neynere. Antes disso, o sistema colonial português enfrentava imensa pressão das grandes potências europeias para a modernização e desenvolvimento das colônias sob jugo lusitano. Relatórios enviados a ONU pelo regime salazarista esforçavam-se para provar o direito português as suas posses africanas por meio do desenvolvimento das populações gentias agora em vias de serem civilizadas. Ironicamente, a metodologia, a implementação e os resultados guardam imensas semelhanças com as políticas das ONGs atuais. A pesquisa em curso, oriunda do meu doutoramento, é focada nas acomodações recentes do discurso desenvolvimentista em Tete. No entanto, é impossível compreender como as conformações dos atores políticos locais, a prática exógenas das agências para o desenvolvimento, a mineração e as alianças construídas com o governo se dão sem uma minuciosa análise histórica de um contexto em mudança. O paper a ser apresentado pretende reconstituir a formação de um campo simbólico de diálogo através de documentos do regime colonial e narrativas de agricultores e atores centrais na cena política de Tete.</p> <p>4. Irene Martínez Martín e Josefa Cabello Martínez – Universidade Católica de Moçambique, (irene.martinez.martin@edu.ucm.es), “Pedagogía crítica y feminista para un desarrollo transformador en Mozambique: Aportes del feminismo africano” Resumo/Abstract: En los orígenes de esta investigación se tienen en cuenta las luchas feministas de las últimas décadas, en las cuales está tomando un protagonismo cada vez mayor la presencia de voces desde las fronteras, configurando debates en torno al género y la cultura. Entre las contribuciones de los nuevos paradigmas sociales encontramos las aportaciones que los feminismos postcoloniales y africanos hacen a conceptos tales como: ciudadanía, desarrollo, perspectiva de género, empoderamiento, justicia social y educación; constituyendo una forma particular de saber y hacer. Esta comunicación toma como referencia y punto de partida el análisis del contexto educativo de Mozambique, recogiendo evidencias que señalan la desigualdad de género en aspectos tales como las condiciones de acceso y permanencia en la escuela, la formación del profesorado y los aspectos políticos y socio-culturales. El objetivo principal del escrito será exponer las claves para la construcción de una pedagogía crítica y feminista desde las aportaciones del feminismo postcolonial y africano, incluyendo dicha perspectiva en las acciones de educación y desarrollo comunitario para el cambio social.</p> <p>5. Sara Araújo - Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra, (sara@ces.uc.pt), “As reformas da justiça, a descoberta internacional do informal, a multiplicidade e a imprevisibilidade das respostas locais moçambicanas” Resumo/Abstract: Depois de décadas a tentarem impor à força um modelo universal de Estado de Direito, o Banco Mundial e outras instituições internacionais descobriram o ‘pluralismo jurídico’ e conduziram-no ao centro do palco, ainda que sem uma</p>

		<p>definição clara sobre os caminhos a seguir. Não se tratou de uma epifania, mas da impossibilidade de ignorar o fracasso em que se traduziram as políticas assentes em modelos universais e na desvalorização dos contextos locais. Os conceitos de pluralismo jurídico e justiça informal adquiriram uma popularidade sem antecedentes e são colocados ao lado de um conjunto de palavras que sempre conhecemos associadas ao pensamento linear e ao conceito colonialista de progresso, como políticas de desenvolvimento, eficácia, agências doadoras, reforma do setor, capacitação, medição de impacto ou pobreza.</p> <p>Não é nova a ideia de colocar as estruturas locais ao serviço dos interesses do Estado central. Nesta comunicação, pretendo, em primeiro lugar, abordar a relação, continuamente transformada e sempre fortemente marcada por pressões internacionais, entre o Estado moçambicano e as justiças comunitárias que configuram a pluralidade jurídica do país; e, em segundo lugar, partindo de estudos empíricos, mostrar como a realidade é sempre muito mais complexa do que as previsões legais, escapando de formas variada aos ditames do 'Estado heterogéneo' e das agências internacionais. Partindo do conceito de ecologia de saberes, um dos instrumentos das Epistemologias do Sul, e centrando-me em contextos rurais e urbanos, procuro especificamente promover uma ecologia de justiças e redesenhar os mapas jurídicos. Não procuro o 'exótico', o 'típico' ou o 'tradicional' e não privilegio nem excludo as estruturas incentivadas ou reconhecidas pelo Estado. Na categoria de justiças comunitárias cabem novas e velhas formas de direito e de justiça, bem como instâncias híbridas criadas em zonas de contacto entre o Estado e a comunidade; tendencialmente valorizadas ou desvalorizadas pelo Estado, pela comunidade ou pelas instâncias tradicionais.</p>
--	--	---

Painel Modelos alternativos de desenvolvimento para Moçambique:
propostas a partir do feminismo, economia social, ambientalismo e institucionalismo radical

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p style="text-align: center;">2ª Sessão</p> <p style="text-align: center;">13 de Setembro (sábado)</p> <p style="text-align: center;">16h30-18h30</p> <p style="text-align: center;">FEUC Anfiteatro 1.2</p>	<p>Jokin Alberdi HEGOA. Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional. Universidad del País Vasco UPV/EHU</p> <p style="text-align: center;">e</p> <p>Isabel Casimiro CEA – UEM</p> <p style="text-align: center;">(coordenação)</p> <p>Teresa Cunha CES</p> <p style="text-align: center;">e</p> <p>Sara Araújo CES</p> <p style="text-align: center;">(comentários)</p>	<p>1. Soledad Vieitez-Cerdeño - Universidad de Granada, (soledad@ugr.es), “Feminismos e desenvolvimento: equidade de gênero e cultura” Resumo/Abstract: Nesta comunicação tenho a intenção de ligar a questão do feminismo ao desenvolvimento, especialmente em relação com as políticas de cooperação internacional com a África em matéria de gênero e desenvolvimento. É importante conhecer até que ponto as propostas históricas e as lutas pela igualdade (de gênero mas também outras) - nomeadamente as estratégias locais - têm atingido a teoria e a prática do desenvolvimento. Tem o empoderamento feminino algo a ver com essas experiências e estratégias? Qual tem sido o papel dos feminismos africanos e como, no seu caso, tem incidido nas teorias do gênero e os estudos africanistas? Até que ponto as estratégias locais de desenvolvimento e empoderamento baseadas nas experiências alternativas e concepções próprias de gênero são importantes? Em plena Década das Mulheres Africanas (2010-2020) se calhar temos que considerar mais que nunca a importância da cultura no empoderamento e desenvolvimento ligado a equidade de gênero. Sem dúvida, seguindo a Andrea Cornwall, o ‘re-posicionamento feminista no desenvolvimento’ parece mais necessário que nunca.</p> <p>2. Roney Rezende, Rangel Friedhilde, Maria Kustner, Manolescu Cassiano, Ricardo Martinez - ABPES - Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária; Universidade do Vale do Paraíba – SP; Universidade Nove de Julho, (rrrangelOI@gmail.com, albrida@hotmail.com, cassiano.bovo@gmail.com), “Ação governamental federal frente aos empreendimentos baseados na solidariedade: os casos do Brasil e Moçambique” Resumo/Abstract: Em meio ao cenário de uma sociedade capitalista e à crise econômica, cresce a preocupação, de um lado, com a exclusão social, representada pelo desemprego e pobreza e, de outro, com a busca de alternativas de novas formas de produção e distribuição de bens e serviços que promovam a geração de trabalho e renda, qualidade nos postos de trabalho, bem como a qualidade de vida das pessoas. Diante do exposto, o artigo pretende evidenciar a atuação do governo federal frente às políticas públicas de economia solidária tanto território brasileiro quanto no moçambicano. A realização desta pesquisa se justifica pelas possibilidades de contribuir no entendimento de que a economia solidária aliada às políticas públicas surge na agenda pública nacional para apontar o trabalho associativo e autogestionário como alternativa, tanto de organizar a atividade laboral baseada essencialmente na associação econômica entre iguais e na propriedade solidária, como gerar emprego e renda - situação sine qua non para minorar os efeitos excludentes causados pela globalização e pela reestruturação socioeconômica da sociedade capitalista. Este artigo pretende também evidenciar um breve referencial teórico sobre a economia solidária e políticas públicas. Assim como, identificar quantitativamente os recursos aplicados pelos programas governamentais no âmbito nacional, do seu início até o último resultado apresentado. Ademais, serão os recursos financeiros aplicados às cooperativas ali existentes. Até os dias de hoje, e de acordo com a economia solidária, foram encontrados 21.859 empreendimentos, cuja população beneficiada é de 1.687.496 pessoas (sócios) e 200, respectivamente, no Brasil e Moçambique. Por fim, assume-se no trabalho que a política pública deve ser considerada como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público - a desigualdade, cujo objetivo primordial é buscar trazer aos cidadãos, inclusão social e melhor qualidade de vida.</p> <p>3. Sofia Söndergaard e Paulo Castro Seixas - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade de Lisboa, (caixademusica@hotmail.com; pseixas@iscsp.ulisboa.pt), “A consciência cultural das ONGs e a importância da cultura para o desenvolvimento” Resumo/Abstract: A área da saúde no trabalho de desenvolvimento realizado por inúmeras ONGs em África é uma área especialmente sensível, pois mexe com visões muito próprias de saúde e de doença. No caso específico das doenças sexualmente transmissíveis, como é o HIV-Sida, esses elementos culturais locais são ainda mais importantes. A forma de as populações locais abordarem as questões sexuais, as questões de discriminação e estigma associados à seropositividade, as questões da adesão ou não à testagem e ao tratamento disponibilizado nas unidades de saúde são questões com que as ONGs que trabalham nesta área se confrontam diariamente. Esta comunicação parte de uma experiência pessoal vivida em Moçambique entre 2003 e 2011. As atividades aí realizadas e muitas das vivências, interações e observações feitas ao longo deste período serviram de base para uma reflexão sobre a consciência cultural das ONGs. O objetivo é perceber a forma como o trabalho de desenvolvimento realizado nesta área incorpora o conhecimento local e os processos através dos quais traduz a consciência da cultura local. O trabalho de duas ONGs a operar no norte de Moçambique constitui o contexto a partir do qual se fará esta reflexão. Serão explorados os conceitos de ‘consciência cultural’ e ‘tradução cultural’.</p> <p>4. Eduardo Bidaurratzaga e Jokin Alberdi - HEGOA. Instituto de Estudios sobre Desarrollo y Cooperación Internacional (Universidad del País Vasco UPV/EHU), (jokin.alberdi@ehu.es), “Los retos del Desarrollo Humano Local en Mozambique: Reflexiones para el caso de Cabo Delgado” Resumo/Abstract: En el grupo de investigación de HEGOA sobre Desarrollo Humano Local (DHL), programamos una acción de investigación en el año 2011 que implicara a diferentes personas del mundo académico y social y que abordara distintas dimensiones del DHL en Mozambique Tras identificar más de una treintena de organizaciones académicas y sociales que trabajaban temas relacionados con el DHL en el país, particularmente en las provincias del Norte se apostó por la realización de un seminario de investigación sobre las alternativas de desarrollo al modelo actual en Mozambique. El objetivo principal de este seminario, que tuvo lugar en Pemba (Cabo Delgado) durante el verano del 2013 fue hacer una reflexión sobre algunas de las dimensiones específicas ligadas al DHL en el Norte del País. En concreto, se abordaron cuestiones relativas a la planificación del desarrollo, la equidad de género, la sostenibilidad medio ambiental, las industrias extractivas, la gobernanza y la participación en la toma de decisiones, y se sistematizaron algunas experiencias de desarrollo local en el Norte de Mozambique. En esta comunicación se quieren presentar los resultados de este seminario y algunas reflexiones para el Norte de Mozambique desde la perspectiva del desarrollo territorial y del enfoque de capacidades.</p>

Painel Migraciones de retorno en el Atlantico

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 1.3</p>	<p>Carmen Ascanio Sánchez Universidad de La Laguna</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Clementina Furtado UniCV</p> <p>(moderação)</p>	<p>1. Gisélle Razera - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade de Coimbra, (gisellerazera@hotmail.com), “Brasileiros e abasileirados: o céu e o inferno no horizonte de emigrantes açorianos oitocentistas: uma denúncia do teatro de Gomes de Amorim” Resumo/ Abstract: A proibição do tráfico negreiro, em 1850, causou grande agitação nas correntes migratórias europeias para o Brasil, demandando um plano de substituição de mão-de-obra escrava por braços livres procedentes da Europa. Neste cenário, portugueses protagonizaram, em atitude facilitada pela relação de proximidade entre Brasil-Portugal. Combinada à que assolava o território luso, a emigração surgia como salvação à população mais carente, no sonho do Eldorado brasileiro. Todavia, o percentual de migrantes com sucesso nesse projeto foi maior do que o de fracassados, mas o brilho da fortuna dos ‘brasileiros’ ofuscava o insucesso dos abasileirados, servindo como exemplo encorajador aos portugueses candidatos à emigração. Nesse contexto, o transporte de colonos de Portugal para o Brasil se tornou empreendimento lucrativo, tendo sido criadas agências facilitadoras à transferência de lusitanos à América do Sul. Contudo, as condições de trabalho no Brasil, bem como as da viagem transatlântica, nem sempre eram como as propagandeadas na Europa. Não foram poucos os casos de emigrantes que almejavam enriquecer em terras sul-americanas que, ao chegarem no destino, defrontaram-se com a realidade dos contratos de trabalho desumanos, que lhes submetiam à uma semiescavidão. Mediante aliciamento, engajadores convenciam o gentio português pouco instruído, especialmente os ilhéus açorianos, a se transferirem ao hemisfério sul prometendo-lhes uma vida melhor. Para aqueles que não tinham condições de financiar a viagem - ampla maioria dos emigrantes - ofereciam-se facilitações que, a bem da verdade, traduziam-se anos de trabalho em troca de remuneração pífia. As letras lusas, por sua vez, não ficaram alheias ao drama desses emigrantes. Gomes de Amorim, conhecedor da realidade brasileira por ter vivido no país, dedicou-se a ilustrar esses abusos em Aleijões Sociais, peça escrita em tom de denúncia com o propósito de alardear um assunto para o qual a imprensa e as lideranças governamentais pouco se detinham a debater.</p> <p>2. Camilo Querido Leão da Graça - Universidade JPiaget – Cabo Verde, “A diáspora, seu retorno e a função das remessas nas economias do sul”</p> <p>3. Clementina Furtado – UniCV, (clementina.furtado@docente.unicv.edu.cv), “Remessas dos emigrantes e desenvolvimento em Cabo Verde – Estado da Arte” Resumo/ Abstract: As remessas dos emigrantes constituíram sempre um importante elemento de desenvolvimento em Cabo Verde. Os emigrantes têm desempenhado um importante papel no processo de desenvolvimento do país, através do envio de remessas durante a emigração, bem como no seu regresso para férias ou definitivo. Disso resulta que durante muito tempo as remessas dos emigrantes eram consideradas o principal motor de desenvolvimento do país. Hoje, apesar de deixar de o ser, continua ainda a ser fonte de receita para muitas das famílias cabo-verdianas que têm nos familiares no estrangeiro a fonte de sustento. E, mesmo com a crise internacional, Cabo Verde continua ainda a receber um volume considerável de remessas, sendo de realçar que Portugal é o país de onde provém o maior volume. A importância das remessas no desenvolvimento de Cabo Verde tem suscitado o interesse quer de pesquisadores individuais, quer do próprio governo, através da realização de estudos que avaliam a sua evolução e os seus impactos para o processo de desenvolvimento a nível nacional. Para este artigo propõe-se uma análise dos estudos realizados sobre esta temática, onde se pretende avaliar como tem sido feita a relação entre as remessas e o desenvolvimento do país, que propostas têm sido feitas no sentido de capitalizar essas remessas, verificar se e, ainda, verificar como são tratadas as questões de género e desenvolvimento a partir desta relação e as abordagens teóricas e metodológicas para levar a cabo os diferentes estudos. Convém ainda analisar nos documentos seleccionados se, além das remessas em dinheiro, os estudos também focam outros tipos de remessas, nomeadamente o capital humano, o Know how, sobretudo dos jovens emigrantes. Por fim, é importante analisar os dados mais recentes dessas remessas e fazer uma breve avaliação dos seus impactos na economia nacional. Propõe-se uma metodologia qual-quantitativa, com recurso a pesquisas bibliográficas e documentais, análises de informações estatísticas (do Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Cabo Verde) e de artigos de jornais sobre esta temática e algumas entrevistas a algumas pessoas que lidam com as questões de remessas e desenvolvimento no país.</p> <p>4. Sónia Ramalho - CRIA - FCSH/NOVA, (soniaramalho@fcs.unl.pt), “Famílias transnacionais de São Tomé e Príncipe: o retorno e o não retorno” Resumo/ Abstract: Em diálogo com contribuições inovadoras no campo das migrações e do transnacionalismo (Plaza 2014; King 2012; Vertovec 2009), a investigação em curso sobre famílias transnacionais são-tomenses tem evidenciado que o retorno se apresenta como um ideal mais do que uma prática, como um estágio de uma migração temporária e/ou circular e não tanto como o fim de um ciclo. Porém, alguns autores têm caracterizado certos segmentos dos fluxos migratórios são-tomenses como «definitivos» (Bonfim 2000). A realização de entrevistas aprofundadas e de etnografia multi-situada em várias localidades da Grande Lisboa e de São Tomé permitiu-nos explorar algumas tensões pessoais e familiares, sentimentos ambivalentes e representações associados ao retorno e ao não-retorno de um ou de mais membros da família. Estas dinâmicas são, por vezes, conflituantes, outras convergentes, com transformações socioeconómicas e políticas, locais e globais, e, portanto, variáveis no tempo e no espaço. Como tal, propomos que sejam integradas e analisadas no contexto mais vasto da circulação de pessoas durante os períodos colonial e pós-colonial. Com esta apresentação pretendemos problematizar as seguintes questões: qual o significado do retorno para os migrantes são-tomenses e para os seus filhos? Que expectativas alimentam? Que constrangimentos e oportunidades encontram? Que tipo de estratégias desenvolvem para concretizar o regresso ao país de origem? Em que medida podemos pensar o não-regresso e a re-migração como escolhas alternativas neste processo? Como é que as ligações familiares à distância podem influenciar e modelar tais decisões?</p> <p>5. Paulo Andrade Mendes - AIPA - Associação dos Imigrantes nos Açores, (paulomendes@aipa-azores.com), “Modos de incorporação dos imigrantes na região autónoma dos Açores” Resumo/ Abstract: A partir de 2011, os Açores, fruto do desenvolvimento económico e do crescimento do setor de construção civil, começaram a receber fluxos migratórios provenientes, essencialmente, de Cabo Verde, Brasil e Ucrânia. Representando perto de 2% do total da população residentes, a presente comunicação pretende analisar, os fatores de atratividade dos Açores, bem como os modos de incorporação das diferentes comunidades na sociedade açoriana, privilegiando a dimensão laboral, social e política.</p>

Painel Migraciones de retorno en el Atlantico

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p style="text-align: center;">2ª Sessão</p> <p style="text-align: center;">13 de Setembro (sábado)</p> <p style="text-align: center;">16h30-18h30</p> <p style="text-align: center;">FEUC Sala 1.3</p>	<p style="text-align: center;">Carmen Ascanio Sánchez Universidad de La Laguna</p> <p style="text-align: center;">(coordenação e moderação)</p> <p style="text-align: center;">Clementina Furtado UnICV</p> <p style="text-align: center;">(moderação)</p>	<p>1. Carmen Ascanio Sanchez e Maria Inmaculada Perez - Universidad de La Laguna, (cascanio@ull.es), “Movilidades transnacionales y retorno de emigrantes: enfoques y conceptos aplicados al proceso migratório canario” Resumo/ Abstract: El retorno de emigrantes ha sido una cuestión poco analizada en los estudios migratorios, convirtiéndose en foco de atención en el último decenio, quizás por efecto de la gestión y las políticas migratorias en ciertos contextos -entre ellos el europeo- que vienen incentivando políticas de retorno. Los enfoques teóricos sobre el retorno han ido paralelos a la propia teoría migratoria, desde los más clásicos (teoría racional, push/pull, etc.) a las del centro-periferia, redes migratorias y las de la movilidad transnacional. En general, el retorno acaece en la fase final de las trayectorias vitales. Quizás esto explique la escasa atención a dicho fenómeno, ya que el centro de atención clásica ha sido el inicio del proceso migratorio y sus consecuencias en ambas sociedades. Sin embargo, el proyecto migratorio es más amplio que esto y debe ser abordado desde una perspectiva procesual, diacrónica y en el contexto de la liquidez actual de las movilidades transnacionales. En esta comunicación abordaremos estos aspectos teóricos y conceptuales que consideramos relevantes para los estudios de caso, aplicándolo al proceso migratorio canario de ida y vuelta.</p> <p>2. Maria Inmaculada Perez e Carmen Ascanio Sánchez - Universidad de La Laguna, (migonpe@ull.edu.es), “Estudio del retorno de emigrantes en las islas canarias: Fuentes y recursos” Resumo/ Abstract: El presente trabajo expone parte del análisis y reflexiones sobre el retorno en particular y las migraciones en general, llevado a cabo desde el ‘Proyecto Unamuno Eixo Atlántico: Estrategias Familiares en las recientes migraciones africanas. Estudio de Caso’. La realización de este proyecto permitió profundizar en los retos actuales de este campo de investigación partiendo de la realidad y necesidades del Archipiélago Canario, pero sin obviar las prioridades manifestadas también desde Azores y Cabo Verde. Los aportes realizados abordan cuestiones de carácter técnico y metodológico, así como las fuentes cuantitativas y cualitativas disponibles. Avanza en las dificultades conceptuales que se detectan tras el análisis de diferentes fuentes secundarias referentes al retorno: artículos, comunicaciones, informes, guías, manuales; así como los problemas derivados de las fuentes estadísticas disponibles en la actualidad: censos, bases de datos, encuestas. Igualmente se pone de manifiesto las actuales políticas desplegadas por el Estado español en torno a dicha temática, así como los recursos disponibles - tanto públicos como privados - para poder poner en marcha una investigación completa y compleja como la temática demanda. Ministerios, consejerías, oficinas, observatorios, son abordados pero se realiza especial incidencia en las asociaciones relacionadas con la migración existentes en Canarias: ONGs, plataformas y federaciones.</p> <p>3. Carlos Nolasco - Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, (cmsnolasco@gmail.com), “Migrações de jogadores africanos para o futebol europeu” Resumo/ Abstract: O futebol contemporâneo caracteriza-se por uma intensa competição, exacerbada pelas dinâmicas de globalização em que os resultados desportivos se constituem em algo mais do que simples vitórias e derrotas de um jogo. Neste contexto, tornou-se imperativo para os clubes adquirir jogadores com características físicas e técnicas que garantam a possibilidade de ganhos desportivos, económicos e simbólicos, sendo que a procura desses jogadores decorre num feroz mercado trabalho futebolístico que se ampliou à escala global. Neste contexto, os países africanos, ainda que com histórias diferenciadas de colonização e pós-colonialismo, foram sendo integrados no sistema futebolístico numa condição subalterna e periférica face às necessidades e dinâmicas dos países centrais desse sistema, em particular os clubes dos países europeus. Esta realidade é constatável através da presença assídua de jogadores africanos nos clubes europeus, bem como nos processos de naturalização e conseqüente integração desses jogadores em seleções nacionais de países europeus. Com esta comunicação pretende-se caracterizar os fluxos migratórios de futebolistas africanos, identificando as origens, destinos e intensidades desses fluxos, tomando como unidade de análise a constituição das equipas que participam em diversas provas do futebol europeu. A análise incidirá na forma como esses processos migratórios ocorrem, tendo em conta as dinâmicas do mercado global de trabalho futebolísticas, bem como as lógicas que presidem aos processos migratórios de ‘fuga de músculos’.</p> <p>4. Alba Díez Arrea e Paula Álvarez Neira - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, (paulvarez@gmail.com), “Espacio en transformación. Impacto de las rutas de migrantes de tránsito por Marruecos” Resumo/ Abstract: Debido a diferentes causas, pero siempre con el objetivo de mejorar sus condiciones de vida, muchos migrantes, especialmente subsaharianos, se embarcan en un viaje por África hacia lo que ellos creen que es el Dorado Europeo. Una de esas rutas recorre Marruecos, convirtiendo al país en un lugar de tránsito para miles de personas que buscan este sueño. A lo largo del camino, se intuye el tráfico de esta masa, pero es en los lugares en los que termina y empieza una etapa, en los que su impacto sobre el espacio se hace verdaderamente visible. Nosotras hemos estudiado tres ciudades escogidas atendiendo a sus diferentes papeles dentro del camino para comparar así las diferentes transformaciones ejercidas. En primer lugar, Rabat, ciudad de paso para los viajeros, bien hacia el sur, para atravesar hacia Canarias, bien hacia el norte para intentarlo por el Estrecho, Ceuta o Melilla. En segundo lugar, Tánger, ciudad de la que salen embarcaciones clandestinas. Por último, Nador, localidad próxima a Melilla, donde la estrategia es saltar la valla. Para el análisis hemos querido usar las categorías de Hannerz: hogar y parentesco, aprovisionamiento, ocio, relaciones de vecindad y tráfico. Gracias a la lectura sobre el tema, a diferentes actores involucrados que amablemente se han prestado a ser entrevistados y a nuestra propia observación en el terreno, hemos descubierto cómo se relacionan los migrantes con estas ciudades en cuanto a esta clasificación. Sabiendo cómo viven y cómo conviven con la población local, qué aportan y qué demandan de la ciudad y viceversa, hemos entendido que no se trata de un fenómeno coyuntural, como muchas veces se piensa, sino estructural y que también tiene su repercusión en la estructura del territorio.</p>

Painel Nuevas tendencias en las políticas de desarrollo de la salud para Africa Sub-Sahariana

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 1.4</p>	<p>Jose Luis De La Flor Universidad Autónoma de Madrid</p> <p>e</p> <p>Berta Mendiguren Red SACUDA</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Albert Roca</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Luis Manuel Neves Costa - Universidade de Coimbra/ FCT/ DCV, (luismncosta@gmail.com), “Erungunay. O segredo das mulheres. A maternidade Felupe entre a tradição e a modernidade” Resumo/ Abstract: Nas diferentes sociedades africanas, as questões ligadas à fertilidade e maternidade (Erungunay) estão envolvidas numa esfera de maior ou menor secretetismo, constituindo aquilo que os felupes designam de ‘Segredo das Mulheres’. Esta comunicação pretende abordar a questão da maternidade entre os felupes da Guiné-Bissau (grupo que habita o litoral norte e pertence ao grande grupo dos Diola que habita a região do Casamence/ Senegal e sul da Gâmbia), com dados recolhidos em trabalho de campo, na tabanca (aldeia) de Suzana. Partimos de uma etnografia dos saberes e das práticas tradicionais, segundo os quais o ‘dar à luz’ ocorre numa ‘barraca no mato’, configura-se este espaço como um espaço de controlo e poder social, gerido pelas matronas da tabanca e pelas mulheres responsáveis pelo Bakin Abu do Erungunay (espaço de cerimónias rituais de desagravo, de pedido, etc.). Assim, a maternidade felupe, emerge com um duplo sentido: apoio à natalidade (e controlo da ‘qualidade’ dessa natalidade) e ao mesmo tempo, como espaço religioso. Contudo, com a entrada deste milénio, introduziram-se ‘profundas’ mudanças na racionalidade e lógica felupes em torno das questões da maternidade, resultante das novas tendências das políticas de desenvolvimento em saúde (Objectos do Milénio), do trabalho de múltiplos actores sociais e dos potenciais ganhos sociais. Deslocalizou-se o ‘nacer’ do ‘mato’ para o hospital, com assistência especializada, reflectindo-se nos ganhos em saúde inerentes. Pretendemos nesta comunicação analisar as motivações e resistências à mudança no âmbito da maternidade (traço essencial da vida do grupo social), acedendo às continuidades, descontinuidades e reconfigurações culturais. Propõe-se apresentar um estudo de caso concreto, de mudança à luz das políticas de saúde globais para o desenvolvimento.</p> <p>2. Maria de Fátima - ISCTE-IUL, (fatibondo@hotmail.com), “Práticas tradicionais em Saúde Reprodutiva e materno-infantil entre os muila (Sul de Angola)” Resumo/Abstract: A nível do Sector da saúde em Angola tem-se notado ultimamente um progresso na implementação de oportunidades com a edificação de construções de infra-estruturas hospitalares para responder às necessidades da população em geral. Contudo, em certas localidades e principalmente nas regiões mais recônditas estas oportunidades são ainda tímidas impossibilitando uma ruptura entre as populações rurais do conhecimento tradicional relativamente às terapias locais de uma maneira geral e em particular em matéria de saúde reprodutiva. Neste sentido, as populações manifestam ainda pouca apetência às ofertas do sector da saúde e não só. A reflexão incide na verificação de sinais de exclusão social entre os muila e nas estratégias engendradas localmente pelas parteiras tradicionais (ndjalis)para colmatar certas carências e garantir a saúde da grávida e do bebé.</p> <p>3. Gefra Gustavo Fulane - Centro de Estudos Internacionais – ISCTE-IUL, (gefragustavo@hotmail.com), “Mulher, um alvo-comum entre o transmissível e o não transmissível: experiências terapêuticas de mulheres co-infectadas por HIV/SIDA e cancro do colo do útero no sul de Moçambique” Resumo/Abstract: Numa altura em que os países em desenvolvimento continuam a lutar para reduzir as doenças infecciosas (DI), a emergência de doenças não infecciosas (DNI) traz uma dupla ameaça, que incide maioritariamente nos grupos vulneráveis residentes em contextos entrelaçados de pobreza e desigualdades sociais. Estimativas mostram que até 2030, na região Africana as mortes por doenças não infecciosas serão duas vezes mais do que as causadas por doenças infecciosas (5.116.000 por DNI e 2.996.000 por DI). Moçambique é dos países com maiores taxas de prevalência de HIV/SIDA no mundo e as mulheres representam o grupo mais infectado (18.4%). Por seu turno, o cancro do colo do útero, grandemente causado pela infecção pelo Virus do Papiloma Humano (HPV), é responsável pela morte de 72% das cerca de 5.622 mulheres diagnosticadas no país. Apesar da alta probabilidade que as mulheres imunodeprimidas têm de contrair o cancro do colo do útero em Moçambique, são escassos os estudos que abordem a concomitância entre o HIV/SIDA e o cancro do colo do útero. Os poucos estudos existentes sugerem medidas de saúde pública incidentes no aumento da cobertura dos serviços e na educação para a mudança comportamental da mulher, pondo em segundo plano a percepção que elas, como pacientes, têm em relação ao seu estado de saúde assim como em relação à procura de cuidados terapêuticos. Para colmatar esta situação, este estudo analisa o acesso e a procura dos cuidados de saúde por mulheres duplamente infectadas por HIV/SIDA e pelo cancro do colo do útero na provincia de Gaza, em Moçambique. Dados etnográficos serão coletados na comunidade, nos serviços de saúde e nas instituições sanitárias nacionais e locais.</p> <p>4. Jordi Tomàs - GIEDEM - Universitat de Lleida, (jtomasguilera@yahoo.com), “Paz y salud: una investigación en curso en Casamance” Resumo/Abstract: Tras más de treinta años de conflicto en Casamance, la región vive una situación de ni paz ni guerra. Mientras el gobierno senegalés, las ONG’s y las instituciones internacionales basan sus aproximaciones en base a criterios económicos y políticos, algunas voces casamancesas, especialmente femeninas, destacan que en la resolución del conflicto, debe tenerse en cuenta la relación que existe entre la paz y la salud, y por tanto, desde el punto de vista local, en los altares de religión tradicional. Esta comunicación presenta unas primeras pinceladas sobre una investigación en curso, pero incipiente, sobre este fenómeno, basándose en informaciones recogidas sobre el terreno en 2012 y 2013.</p> <p>5. Aissa Diarra - LASDEL, (aissa.diarra@ird.fr) e Paula Morgado - CEA/ISCTE-IUL, (pmorgado5@gmail.com), “Relay-women and traditional birth attendants: what about the real place and real practices of new modern matron in Niger Republic country?” Resumo/Abstract: In the threshold of 2015, the deadline for Millennium Development Goals achievement, Nigerien maternal mortality rate will not fall below 553 female deaths per 100 000 live birth, despite the commitment made in 2000 to decrease maternal mortality rate to 175/100 000. The persistence of high maternal mortality rates records in Niger reveals the complexity surrounding birth issues as well as the poor success of the public policies implemented. During the last decade, the implementation of WHO’s directive about matrons which insist on their marginalization from delivery practices, relegating them to simple women-relay (women who facilitates the communication between parturients and healthcare facilities) is a striking example of an ineffective resolution. Our communication aims to show that this provision is inconsistent with the contemporary figure of the matrons’ socio-</p>

		<p>professional category. More precisely, firstly we report that Nigerian reality context of motherhood governance is restricted by institutional and socio-political constraints as well as by strategies developed either by women or actors of healthcare supply (healthcare professionals and matrons). Secondly we focus on the perverse effects of OMS directive, showing how it had contributed to the fragmentation of the matrons' group and mutation of their status and practices after years of contact with several training programs and successive integration and control policies pursued by politic power. Finally we demonstrate in what manner a large proportion of deliveries are still carried out by matrons in the absence of high skilled health professionals which contradicts the maternal healthcare policy of medicalization. Our communication is the result of studies realised on governance issues of access and quality of maternal healthcare. Our methodology is based on an ethnographic approach using mainly observations, semi-structured and unstructured individual interviews and focus-groups. The surveys have been conducted in urban as well as rural areas within health facilities and communities.</p>
--	--	--

Painel Nuevas tendencias en las políticas de desarrollo de la salud para Africa Sub-Sahariana

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Sala 1.4</p>	<p>Jose Luis De La Flor Universidad Autónoma de Madrid</p> <p>e</p> <p>Berta Mendiguren Red SACUDA</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Albert Roca (comentários)</p>	<p>1. Carmen Campoy – Universitat de Lleida (SACUDA) y Salud y gobernanza en el África subsahariana (SAGA), (ccampoy@gmail.com), “Pluralismo médico. El caso de Baja Kunda (Gambia)” Resumo/ Abstract: El objetivo del presente estudio es llegar a una comprensión de las lógicas que subyacen al comportamiento de terapeutas y enfermos en el pueblo de Baja Kunda (Gambia) y los poblados vecinos, de los cuales es referente administrativo. Se trata de una primera aproximación a los significados de salud y enfermedad en la comunidad de sarahules de Baja Kunda: las diferentes miradas de los actores involucrados en estos procesos nos muestran diferentes perspectivas y conforman una realidad plural y un paisaje de una riqueza extraordinaria. En este análisis empleamos la antropología médica, desde la cual se intenta, mediante un proceso inductivo, entender e interpretar ciertos comportamientos y formas de organización en los procesos de salud-enfermedad. Otro fenómeno determinante en este trabajo es el pluralismo médico, teniendo en cuenta que la noción de pluralidad no implica igualdad, por otro lado, cabe destacar que las dinámicas están influenciadas por un lado por las retóricas, sistemas de legitimación y certificaciones de los sanadores de los diferentes sistemas y por otro, por las lógicas seguidas por los usuarios y sus prácticas: todos estos elementos determinaran fronteras, sincretismos y representaciones. Los diferentes sistemas médicos presentan diferentes formas de institucionalización, reproducción de conocimientos y legitimación: la medicina profética en la referencia a fuentes textuales del Corán, como los Hadith, la biomedicina en la retórica científica y la medicina basada en el uso terapéutico de los productos extraídos de los árboles, en la tradición y la profunda complicidad de la sociedad. Para entender el uso que hace la población de Baja Kunda de los diferentes recursos médicos es muy importante conocer las representaciones de la enfermedad en la sociedad a la que pertenecen. Los valores, las creencias y las prácticas relacionadas con la salud y la enfermedad en las distintas sociedades humanas forman parte de la cultura de tal sociedad; por lo que es lógico que en el área de estudio de este trabajo, donde la religión es un factor trascendental, que envuelve la concepción de los fenómenos en el día a día de la sociedad, los procesos de salud y enfermedad sean explicados, vividos y enfrentados en el marco de sus creencias religiosas.</p> <p>2. José Luiz Telles - Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, (jluiztelles@fiocruz.br), “Velhice desamparada? A transição demográfica na região da África Subsaariana e os desafios para os sistemas locais de saúde” Resumo/ Abstract: A região Subsaariana do continente africano é onde se concentra a maior carga de doença do mundo e é a única região do planeta que se espera que o número de pessoas pobres irá aumentar nas próximas décadas. Os países desta região, em diferentes graus, experimentam processo lento de envelhecimento populacional mas, ao mesmo tempo, é onde a população idosa mais cresce em números absolutos. O objetivo desta revisão é caracterizar demográfica e socialmente o processo de envelhecimento no continente africano, com foco na África Subsaariana, com o intuito de trazer à luz questões essenciais para a agenda da saúde global tendo por referência os princípios básicos do Plano Internacional para o Envelhecimento. A pesquisa bibliográfica teve por referência o Portal PubMed na base de artigos Medline ao longo de 2011. A finalidade foi a de levantar a literatura publicada com descritores relacionados com envelhecimento populacional, doenças crônicas não transmissíveis, saúde do idoso, condições de saúde e de vida em África Subsaariana. A estratégia genérica de busca foi: 'Health of the Elderly' OR 'Demographic Aging' OR 'Chronic Disease' OR 'Health Status' OR 'Social Conditions' AND 'Africa'. Outras bases de dados como Scielo, Lilacs, Google e Google Acadêmico foram visitadas a partir de artigos de referência previamente selecionados, o que possibilitou acesso à literatura não indexada ao Medline. Outras fontes foram importantes, tais como documentos e relatórios técnicos, para complementar a pesquisa. Constatou-se que as políticas públicas voltadas para este segmento populacional na região não representam prioridade e, por conseguinte, dificilmente entram na agenda atual da cooperação internacional.</p> <p>3. Aline Afonso e Clara Carvalho - Centro de Estudos Internacionais - CEI-IUL, (alineafonso@hotmail.com; clara.carvalho@iscte.pt), “Dinâmicas de suporte social entre as mulheres na Guiné-Bissau” Resumo/ Abstract: Este artigo tem como principal objetivo compreender e analisar as várias práticas de financiamento utilizadas pelas mulheres, na Guiné-Bissau, para aceder aos serviços de saúde no país, quer através de grupos formais ou informais auto-organizados ou enquadradas por organizações não-governamentais. A Guiné-Bissau é signatária da Declaração do Milénio, assumindo os compromissos nomeadamente com os ODM 4 - reduzir a mortalidade infantil, ODM 5 - melhorar a saúde maternal e o ODM 6 - combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças. Como signatária compromete-se a alargar a cobertura do serviço universal de saúde, ou seja, alargar o acesso e prestar serviços de alta qualidade, 'em que todas as pessoas elegíveis têm acesso aos serviços que necessitam', sendo que a 'proteção contra riscos financeiros faz parte do pacote de medidas que fornecem protecção social geral'. Apesar destes compromissos, a deficiência - e mesmo ausência - de políticas públicas efectivas para o sector de saúde na Guiné-Bissau conduziu as populações a recorrerem a mecanismos de auto-ajuda e/ou ao apoio das Organizações da Sociedade Civil (OSC) para fazerem face a situações de infortúnio, em particular no que respeita aos problemas de saúde do agregado familiar. A falha na prestação dos serviços de saúde obriga os guineenses a assumirem a maior parte ou mesmo a totalidade dos custos, o que por vezes limita o acesso aos serviços. Argumenta-se que as práticas de financiamento desenvolvidas pelas mulheres se apresentaram como o mecanismo fundamental para o seu acesso, e das suas famílias, aos serviços de saúde na Guiné-Bissau.</p> <p>4. Pino Schirripa - Sapienza Università di Roma, (pinoschirripa@gmail.com), “Los actores escondidos de la atención. Las iglesias pentecostales y la sanidad privada en África” Resumo/ Abstract: A partir de mi experiencia de trabajo de campo en Ghana (desde los 90 hasta 2006) y Etiopia (desde 2007 hasta ahora) se propone una reflexión sobre algunos de los actores sociales que normalmente no están implicados en los proyectos de atención. Me refiero a las iglesias pentecostales, que en estas últimas décadas han crecido enormemente en África. Los procesos sociales y políticos relacionados con los planes de "ajuste estructural" han favorecido la aparición de nuevos actores en la esfera pública. Las estrategias internacionales y nacionales para la construcción de un sistema de asistencia sanitaria en muchos países africanos, se han reservado un espacio determinado a los diferentes actores sociales: las estructuras públicas, las privadas, las ONG y las organizaciones de caridad. Como se ha subrayado en muchas ocasiones esos actores no siempre han facilitado una reducción de las desigualdades en el acceso a los servicios de salud. En los espacios dejados por el retiro de la intervención del Estado, se incluyen actores como las iglesias. Su acción terapéutica es compleja. Por una parte se centra en las acciones rituales y la intervención divina. Por otro lado, a través de ONG afiliadas proponen actividades de salud biomédica. Estas actividades, sino que respondan estrategia precisa, que debe ser analizada dentro de las actividades más amplias de las iglesias.</p>

		<p>5. Clara Carvalho - Centro de Estudos Internacionais - CEI-IUL, (clara.carvalho@iscte.pt), “Direitos Humanos, género e saúde reprodutiva: velhos debates, novas contradições?”</p> <p>Resumo/ Abstract: A atenção à saúde das mulheres está habitualmente centrada na questão da saúde reprodutiva, ou ainda na saúde materno-infantil, como se verifica pelos Objectivos do Milénio ou ainda numerosas declarações que, desde 1994, se seguiram à Cimeira do Cairo sobre População e Desenvolvimento. Esta perspectiva foi alvo de críticas por autores ligados aos movimentos feministas que apontaram o facto das mulheres serem encaradas essencialmente como reprodutoras. No entanto, são as questões relacionadas com a saúde reprodutiva que representam ainda o maior risco para as mulheres em contextos de carência de cuidados de saúde. Calcula-se que cerca de 57% das mulheres em África continuem a ter partos não assistidos ou uma em cada 26 morra de complicações relacionadas com o parto. O desenhar da agenda pós-2015 reflecte esta realidade e mantém as questões de género, intimamente ligadas à saúde sexual e reprodutiva, como uma das suas prioridades. Esta comunicação visa delimitar os constrangimentos da nova agenda de cooperação e desenvolvimento sobre as questões específicas de género e saúde em África no pós-2015.</p> <p>6. José Luis De La Flor - Universidad Autónoma de Madrid, (jl.delaflo@uam.es), “BRICS y cooperación sanitaria en África Subsahariana”</p> <p>Resumo/ Abstract: Una de las características de los nuevos marcos de cooperación sanitaria internacional con África Subsahariana es la emergencia de los BRICS. La crisis financiera y la revisión de los marcos de actuación de la cooperación internacional, sobre todo Busan 2012, han dado protagonismo al estudio de estos nuevos actores en la cooperación sanitaria internacional. Nuestro trabajo relata estas transformaciones normativas internacionales, su impacto en el diseño de las actuaciones globales en el sector salud en los estados de África Subsahariana, la relevancia que dan a las estrategias de fortalecimiento de los servicios de salud públicos y el lugar que conceden a las nuevas vía de cooperación en salud que abren los países BRICS- Nuestro trabajo tiene tres objetivos; 1) presentar las características generales de este modelo de cooperación e identificar las causas concretas que han llevado a que investigadores y actores políticos aumenten su interés por su estudio; 2) situar en perspectiva histórica la actual cooperación sanitaria China en África como el presente de una diplomacia sanitaria Sur-Sur que se remonta a los tiempos de la Guerra Fría; 3) señalar algunos retos y posibilidades que enfrenta este tipo de cooperación sanitaria en África.</p>
--	--	---

Painel Hacer explícito lo implícito: la historia en los estudios africanos

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 2.1</p>	<p>Elsa Gonzalez Aimé Grupo de Estudios Africanos - Universidad Autónoma de Madrid</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Albert Farré Ventura Universidade de Brasília</p> <p>(coordenação e comentários)</p>	<p>1. Monica Labonia - Lapcos (Laboratoire d'anthropologie et de psychologie cognitives et sociales). Université de Nice Sophia Antipolis, (mlabonia@gmail.com), “De la invisibilidad del poder políticoreligioso en la sociedad joola-ajamaat entre el siglo XV y XXI” Resumo/Abstract: Presentaremos la historicidad de la realeza joola-ajamaat de Kerouhey. Dicha objeto de estudio concierne la población joola actualmente repartida entre la costa de Gambia, Senegal y Guinea-Bissau. ¿Qué representación de la realeza hemos de construir desde el presente, a partir de qué temporalidad y cómo captar su dinámica? El discurso contemporáneo (1985-2005) relevado a través de los métodos de entrevista y observación participante, nos ha brindado una concepción de la realeza desde la urgencia de nominación ante los tronos vacantes de diversas aldeas senegalesas (Oussouye, Youtou, Essaut). ¿Las crisis externas como el conflicto en Casamance (1982-2005) que coinciden con interregnos excepcionales pueden conducirnos a elucidar la dinámica de la institución? ¿Los materiales etnográficos pueden permitirnos remontar dicha institución más allá de tres siglos? En cuanto a las fuentes escritas provenientes de los cronistas portugueses, ingleses y franceses, se hace mención sobre todo a la acefalia de la sociedad joola. La realeza aparece descrita, en el mejor de los casos, tardíamente (a partir del siglo XVIII). Nuestro objetivo es inscribir la institución de la realeza joola-ajamaat en la continuidad histórica regional. Pretendemos dar cuenta de su relevancia en el contexto político senegalés a partir de la década del 80.</p> <p>2. Jordi Tomàs - GIEDEM-Universitat de Lleida, (jtomasguilera@yahoo.com), “La historia que todos querían: el caso de Alin Situé en la Baja Casamance” Resumo/Abstract: La profetiza Alin Situé (o Alinesitowe), una joven de etnia joola nacida en Kabrousse (Baja-Casamance, Senegal), se convirtió en una líder anticolonial en 1942, cuando inició, a través del altar de la lluvia, Kasila, una serie de protestas contra el gobierno francés. Su figura es hoy en día reivindicada en diferente modo y con diferente objetivo por los joola de religión tradicional, por los independentistas del MFDC (Movimiento de Fuerzas Democráticas de Casamance) y por el gobierno senegalés. Esta comunicación pretende ahondar en la historia de Alin Situé, a través de los datos obtenidos en los archivos coloniales, a la vez que intentará analizar los tres discursos vinculados a dicha profetiza en la actualidad que hallamos en diferentes ámbitos de Casamance, incluida en un proceso de paz en el que los valores de Alin Situé continúan siendo reivindicados por todas las partes.</p> <p>3. María José Pont Cháfer - École des Hautes Études en Sciences Sociales- Centre Nobert Elias, (mjpontchafer@gmail.com), “La historia de la tradición” Resumo/Abstract: No hay palabra que parezca resistirse más a la Historia que la tradición. El dominio de la escritura, con su forma fija, llevó durante mucho tiempo a los historiadores a recurrir principalmente a los archivos y a desconfiar de una tradición oral que traía al presente hechos ocurridos en un tiempo anterior al del narrador. Sin embargo, la carencia de fuentes escritas en numerosas regiones del planeta abrió la puerta a la tradición como una fuente para reconstruir la historia, convirtiéndola a veces en la única fuente de la Historia. Pero la tradición sigue siendo resbaladiza para aquellos que están interesados en el contexto temporal. Si es posible extraer historia de ella, también puede ser una pantalla que la detiene; si puede arrojar datos, también suspende la coordenada del tiempo y las cautelas habituales del investigador. Abrumado por los ‘tiempos inmemoriales’ acaba aceptando que las ‘cosas antes eran así’. Por otro lado, la tradición también se proyecta sobre el futuro, convertida en un argumento al que oponer cualquier cambio porque ‘las cosas han sido desde siempre así’. En los últimos años del siglo XIX llegaba por primera vez el cacao a Ghana proveniente de América. En menos de dos décadas, Ghana se había convertido en el primer productor del mundo. Las transformaciones que produjo el boom del cacao en la distribución de la tierra sucedían a la par que la administración colonial inglesa se esforzaba en buscar en la tradición una norma para resolver los conflictos por el acceso a la tierra. Pero se buscaba en el pasado respuestas para un fenómeno nuevo. Si la tradición puede ser una fuente para la Historia, también es necesario explicitar la historicidad en la tradición, es decir, devolverle su dimensión histórica.</p> <p>4. Clemens Zobel - Dept. Ciência Política, Universidade Paris 8, (clemenszobel@yahoo.fr), “Doing history over the long continuum: Warrior States, Slavery and the Emergence of New Political Repertoires from 18th to 20th Century southern Mali” Resumo/Abstract: This paper seeks to take 200 years of history in the upper Niger valley before and after the colonial conquest as a testing ground to apply De Certeau's epistemological critique of the method of periodization to the division pre-colonial/colonial/postcolonial. At stake is to show the impact of the transatlantic slave trade on the formation of new kinds of states based on permanent warfare and how the emergence of these polities transformed decentralized political spaces giving rise to state-society relationships based on threat of violence, taxation, seasonal migration and strategies of avoidance. It is argued that under the French Pax Gallica and after independence political repertoires from the warrior state experience have continued to shape practices and representations.</p> <p>5. Raúl Saugar Álvarez - Universidad Complutense de Madrid, (rsaugar@outlook.com), “Poéticas de la Historia: la dialéctica entre supervivencia y destrucción en el cine de Ousmane Sembene” Resumo/Abstract: La propuesta se enmarca dentro del campo de los estudios literarios o, si se prefiere, de la teoría de la cultura. Es este un territorio natural de la interdisciplinariedad, en el que no obstante, la estética y la filosofía de la historia son muy probablemente los dos puntos de referencia principales. Precisamente, el enunciado ‘Poéticas de la Historia’ nace de la idea de que la adopción de una determinada solución estética es ante todo una respuesta ética al problema histórico. Forma y contenido aparecen como las dos caras de una misma fuerza vital artística que funciona a modo de auto-representación y auto-comprensión colectiva, y cuyo énfasis no se halla tanto en la representación de lo real, como en la continuidad o contigüidad con lo real. Esta concepción requiere un posicionamiento previo sobre filosofía de la Historia. En ese sentido, nuestra propuesta se apoya en conceptos de las filosofías de la historia críticas de Walter Benjamin (imagen dialéctica; historia como proceso de destrucción, de generación de escombros, etc.) y de Aby Warburg quien en palabras de Georges Didi-Huberman sustituye el método histórico tradicional ‘por un modelo cultural de la historia, por un modelo fantasmal de la historia en el que los tiempos no se calcaban ya por transmisión académica, sino por obsesiones, supervivencias, remanencias, reparaciones de las formas, por no saberes, por inconscientes’. En esa línea proponemos una lectura de la obra cinematográfica de Ousmane Sembene a través de la dialéctica histórica violenta entre supervivencia y destrucción. Se trata no sólo de una forma de indagación en los textos, en las producciones discursivas de carácter cultural que se sirven de la imagen y la palabra, sino también y quizás principalmente una forma de indagar en las</p>

		conexiones entre textualidad, historia y sociedad, en la línea de Said o Hayden White. Para ello, nos detendremos en sus obras claramente históricas como <i>Emitai</i> (1971), <i>Ceddo</i> (1977), <i>Camp de Thiaroye</i> (1987), pero trataremos de ofrecer una visión panorámica de su cine en esta clave, en la medida en que esta dialéctica supervivencia/destrucción se encuentra presente en toda su obra a través de figuras como la relación entre vivos y muertos (<i>Guelwaar</i> , 1992), el desarraigo (<i>La noire de 1966</i>) la oralidad y la narración como formas de la memoria y de la historia (griots) o la representación de la mujer como sujeto histórico que escapa de su victimización (<i>Xala</i> , 1975; <i>Faat-Kiné</i> , 2000; <i>Mooladé</i> 2004).
--	--	--

Painel Hacer explícito lo implícito: la historia en los estudios africanos

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Sala 2.1</p>	<p>Albert Farré Ventura Universidade de Brasília</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Elsa Gonzalez Aimé Grupo de Estudios Africanos - Universidad Autónoma de Madrid</p> <p>(coordenação e comentários)</p>	<p>1. Manuel João Ramos - Centro de Estudos internacionais - ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, (manuel.ramos@iscte.pt), “O excepcionalismo da historiografia etíope” Resumo/ Abstract: Esta comunicação propõe uma leitura crítica dos pressupostos excepcionalistas inerentes à construção clássica do campo dos Estudos Etiopes face ao contexto geral dos Estudos Africanos, em função da hiper-valorização de três variáveis históricas: antiguidade do cristianismo etíope, existência de uma cultura literária etíope, independência do estado etíope durante o período colonial. Mais explicitamente, analisa um caso de apropriação historiográfica sobre um período da história etíope no qual se forjaram os elementos centrais deste excepcionalismo: o dos contatos entre o reino cristão etíope e os poderes ocidentais nos séc. XVI-XVII. Um importante parâmetro tipificador deste excepcionalismo etíope face às historiografias da africanas (subsaarianas) tem sido o favorecimento das fontes escritas sobre os materiais procedentes da oralidade. A comunicação propõe uma reapreciação das relações entre as metodologias históricas e antropológicas de modo a valorizar um conjunto de fontes orais referentes àquele período da história etíope e estabelecer pontes para uma melhor integração epistemológica da história etíope no conjunto dos estudos africanos.</p> <p>2. Cláudia Barona Castañeda - Universidad de las Américas, Puebla (MEXICO), (claudia.barona@udlap.mx, claudia.baronal@gmail.com), “La historia y el Sahara Occidental: nuevas fuentes y viejas miradas” Resumo/ Abstract: Los últimos años de la presencia española son cruciales para entender las reivindicaciones saharauis, el desarrollo del conflicto y la singular relación que hay entre españoles y saharauis. Un proceso en el que no podemos obviar otros factores: el gobierno en Madrid, los intereses en juego, los estados y organizaciones implicados. La información disponible sobre este período es sesgada y de difícil acceso, la Ley de Secretos Oficiales de 1970 y sus posteriores modificaciones limita el acceso a mucha de esta documentación. Los archivos están cerrados a la historia. En este tenor, es importante destacar como señala Enrique Semo, ‘el hombre no puede imaginar el futuro sin saldar cuentas con el pasado. No es posible construir el presente sin someter la memoria al ejercicio de la crítica’ (Semo, E, 2001). El Fondo Documental del Sahara, Luis Rodríguez de Viguri y Gil es un parteaguas en el ejercicio crítico de la memoria histórica. El archivo de Luis Rodríguez de Viguri y Gil, último Secretario General del Sahara, nos permite seguir de manera clara y con una perspectiva oficial las políticas que se llevaron a cabo en la zona con vistas a un referéndum que no llega. Destacan las nuevas reglamentaciones y las medidas efectuadas para lograr el acercamiento y conocimiento de los miembros del Polisario así como la población autóctona. Un material que claramente se puede contraponer con las fuentes orales permitiendo, con esto, un análisis más heterogéneo. Las historias olvidadas de África deben contraponerse con esos silencios de los archivos tanto europeos como regionales.</p> <p>3. Pedro Manuel Sobral Pombo - CEI-IUL (Centro de Estudos Internacionais - Instituto Universitário de Lisboa), (pedromanuelpombo@gmail.com), “Está a dar-nos de volta a nossa história? Trazer o arquivo histórico para o terreno etnográfico” Resumo/ Abstract: Esta comunicação apresenta o processo de trazer o arquivo histórico para o campo da etnografia, e de como a história pode ser entendida no diálogo entre o seu registo escrito e diferentes memórias e histórias de vida. O cruzamento da história com a antropologia abre perspectivas de investigação que diluem campos disciplinares, debruçando-se nas dinâmicas dos processos históricos e as suas repercussões sociais e espaciais. Esta historicidade aponta para o questionamento das estruturas sociais, mas também da paisagem e do próprio espaço, como repositório de histórias e memórias que o tornam num lugar, longe de uma aproximação ‘étnica’ que tem constringido a sua análise, especialmente no que diz respeito ao contexto africano. Uma pesquisa etnográfica no sul de Moçambique foi lugar de ensaio de uma metodologia que integra esta dimensão histórica, não apenas na análise social e espacial da aldeia onde decorreu a pesquisa, mas também no próprio processo de investigação etnográfica. O arquivo colonial foi levado para o terreno, provocando o diálogo entre a história escrita pelo poder colonial e as memórias da população da aldeia onde trabalhei. Entregar as transcrições dos documentos do Arquivo Histórico de Moçambique que contém informações sobre a aldeia ao seu actual líder comunitário representou devolver-lhe um poder retirado aos seus antecessores: ser o depositário da história da aldeia, da terra e dos seus habitantes, da qual ele é o representante. Esta metodologia interroga como se processa o registo da história, tornando visível como afinal ela é múltipla e se encontra fragmentada em inúmeras histórias de vida. O acto de devolver uma parte da história da aldeia aos seus habitantes abre caminho ao surgimento de diferentes narrativas. Que história, de quem e para quem, são perguntas às quais a pesquisa etnográfica pode trazer novos sentidos e novas respostas.</p> <p>4. Elsa González Aimé - Grupo de Estudios Africanos - Universidad Autónoma de Madrid, (elsa.gonzalez.aimé@gmail.com), “Historia y Relaciones Internacionales en el Cuerno de África” Resumo/ Abstract: La expansión europea en África es un episodio fundamental de la historia de las relaciones internacionales. Marcó profundamente los intercambios entre los dos continentes, los unió y separó a través de una serie de vivencias compartidas, y sigue marcando sus relaciones a través de la manera en que dio forma tanto a la estructura como a los actores de la sociedad internacional. La agenda política internacional actual prescinde sin embargo de esa dimensión histórica, como se desprende por ejemplo del tratamiento e interpretaciones de los conflictos en el continente. Con esta comunicación se quiere abordar la importancia de la dimensión histórica de las relaciones internacionales contemporáneas y plantear la necesidad de hacer explícita la filosofía de la historia sobre la que se construyen los análisis en ciencias sociales. Tomando como área de estudio el Cuerno de África, y deteniéndose más concretamente en las raíces y consecuencias locales e internacionales de las últimas intervenciones de Etiopía en Somalia, se examinará la manera en que se imbrican el pasado y el presente, y lo local, regional e internacional.</p>

Painel Organização e Representação na Economia Informal nos PALOP

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Anfiteatro 2.1</p>	<p>Carlos Lopes ISCTE - IUL</p> <p>(coordenação)</p> <p>Cristina Udelsmann Rodrigues ISCTE-IUL</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Ana Bénard da Costa - Centro de Estudos Internacionais - ISCTE-IUL, (anabenardg@gmail.com), “Organização e representação dos operadores da economia informal em Maputo” Resumo/ Abstract: Analisam-se nesta comunicação um conjunto de associações que congregam operadores do chamado sector informal da economia em Maputo. Com o objectivo de enquadrar a análise destas organizações descreve-se a situação geral do sector informal em Moçambique e Maputo e resume-se a evolução deste sector nas últimas décadas. Esta análise sustenta-se numa pesquisa qualitativa realizada em Maputo em Julho e Agosto de 2012 onde foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e aprofundadas a dirigentes e sócios das organizações ligadas ao comércio, aos serviços, aos transportes e ao artesanato bem como um conjunto limitado de outros actores relevantes. As questões que guiam a análise são as que o projecto em que este estudo se integra tenta responder: que actores representam estas organizações, que riscos protegem, que direitos ajudam a garantir, que efeitos têm sido gerados pela respectiva actividade no fortalecimento da sustentabilidade das trajectórias individuais dos seus associados e, em última análise, no processo de desenvolvimento dos países. Procura-se ainda contribuir para uma perspectiva crítica sobre as potencialidades e fragilidades destas organizações no quadro mais geral de mudança que o impacto e os efeitos da globalização têm produzido sobre as relações de trabalho.</p> <p>2. Magdalena Bialoborska e Cristina Udelsmann Rodrigues - ISCTE-IUL, (magdabi@gmail.com), “Processos de organização entre os trabalhadores informais em São Tomé e Príncipe” Resumo/ Abstract: Em São Tomé e Príncipe, a dimensão da economia informal nunca foi medida. Contudo, a maior parte das estimativas e percepções sobre a realidade apontam para a sua preponderância em termos proporcionais no conjunto das actividades geradoras de rendimento da população. A dimensão e alcance das formas de organização e representação neste sector são igualmente muito pouco conhecidos. Os resultados aqui apresentados baseiam-se numa pesquisa documental e empírica realizadas em 2012 e 2013, visando conhecer as iniciativas e dinâmicas da economia informal urbana que envolvem a constituição de associações e grupos de entajuda e apoio. Por um lado, são descritos os processos de organização dos trabalhadores informais santomenses em geral e detalhados alguns exemplos concretos de associações dos operadores informais. Por outro, a análise articula os motivos da constituição deste tipo de organizações com a descrição das acções e actividades realizadas pelas mesmas, identificando, por um lado, as iniciativas ‘top-down’ dos actores formais e, por outro, as dinâmicas ‘bottom-up’ dos actores e grupos de sectores-chave da economia informal urbana. A análise visou igualmente dar resposta à questão da relevância atribuída à organização na economia informal num contexto microeconómico onde a própria economia informal é reduzida comparativamente ao resto do continente e onde, num contexto de insularidade, a expansão económica - quer em termos de mercados internos como de externos - é aparentemente limitada.</p> <p>3. Magdalena Bialoborska - ISCTE-IUL, (magdabi@gmail.com), “Constrangimentos no funcionamento das organizações dos trabalhadores informais na Guiné-Bissau” Resumo/ Abstract: Os processos de organização entre os trabalhadores informais na Guiné-Bissau são, normalmente, pautados por uma dinâmica multiplicada por diversos organismos, como associações, sindicatos, cooperativas. As organizações, tanto formalizadas, como informais, existem em vários sectores da actividade económica e envolvem uma parte significativa dos trabalhadores. A inexistência de dados exactos sobre a dimensão da economia informal na Guiné, não permite estimar a proporção entre os trabalhadores informais organizados e os que não pertencem às associações. No entanto, a pesquisa de terreno desenvolvida em Bissau no ano 2013, permitiu observar diversas iniciativas tomadas por pessoas que, pela escassez de alternativas, são levados a desenvolver diversas actividades informais para garantir meios para a sua sobrevivência. A variedade das organizações é constatada pela sua longevidade, por um lado, e por outro, pelas prioridades, a curto, médio e longo prazo, que estas estabelecem para serem desenvolvidas através das suas acções. Porém, na sequência de uma análise mais profunda de funcionamento de algumas das organizações - através de resultados de pesquisa de terreno, que incluiu, além de entrevistas com os membros e corpos directivos, também a observação directa, as conversas informais - constatam-se vários constrangimentos que limitam o desempenho de actividades programadas pelas associações, e, em consequência, os benefícios que estas podem fornecer aos seus membros. A presente comunicação tem como objectivo a análise de funcionamento de organizações dos trabalhadores informais em Bissau, com especial atenção para os factores que dificultam progressos nos seus planos de actividades.</p>

Painel Políticas e Traduções

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 2.2</p>	<p>Fabrice Schurmans CES</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Fernando Florêncio FCT - UC</p> <p>(coordenação e comentários)</p>	<p>1. André Campos - Universidade de São Paulo, (camposal@uol.com.br), “A Casa Navegante” Resumo/ Abstract: Quem lê Mia Couto em busca de uma literatura que imitiza o bem e o mal, em personagens alegoricamente vestidas de colonizador e de colonizado - não somente atores conflituosos do processo colonial, como também atores revolucionários na constituição da independência dos países africanos - vai certamente surpreender-se e encontrar muito mais do que procura: vai encontrar Venenos de Deus e Remédios do Diabo, seu último livro lançado, simultaneamente, no Brasil e Moçambique, em Angola e Portugal em julho de 2008. Venenos de Deus e Remédios do Diabo é, certamente, um livro que processa, para além de um mero jogo maniqueísta, o terreno fértil de complexidade de uma sociedade, cuja organização desterra os indivíduos em sua própria pátria, registrando ricos mecanismos de desestabilização que se desdobram continuamente e que vão além dos sistemas do ancien regime operado em África. Nele, Mia Couto faz viajar no tempo e no espaço a sua casa, metáfora de Vila Cacimba, a cujos habitantes a linha de tensão existencial se constrói pelo vazio, tão caro ao escritor moçambicano, como resultado da impossibilidade de comunicação e de interpenetração cultural entre o eu e o outro, quer ocupem o lugar de colonizador e de colonizado, o lugar do marido e da mulher, do administrador e do morador, quer mesmo o lugar de pai e de filha, e, portanto, neste caso, o lugar do incesto nas relações coloniais, ou, para melhor dizer, o não-lugar, a partir do qual Mia Couto, neste livro, empenha sua palavra para investigar os movimentos internos de seu país no novo cenário mundial.</p> <p>2. Edmar Costa Barros - Sesi - Serviço Social da Indústria, (edmarweb@msn.com), “A tradução cinematográfica da obra literária Terra Sonâmbula, de Mia Couto, para (des)construção do discurso colonial e para a realidade educacional brasileira” Resumo/ Abstract: Terra Sonâmbula é uma estória com desejo de história. E suas semelhanças com a realidade de milhares de jovens negros brasileiros é tão impressionante que torna-se o exercício de uma literatura sem par ao relatar a coexistência entre o velho 'que parece ter perdido a substância de tão magro' Tuahir, o menino 'de leve coxear, uma perna demorando mais que o passo' e Muídinga, que durante a guerra civil moçambicana, assumem, como machimbondo, um autocarro queimado e cheio de corpos carbonizados. Esse lar deturpado e cadavérico, como a nação moçambicana, é tão deteriorado quanto à convivência dos dois. Mas a experiência e conhecimento do velho e a força e esperança do jovem se unem para manter viva a chama de esperança, aprendendo com o passado, lutando pelo presente e sonhando com o futuro promissor. A partir dos conceitos de identidade e tradição, podemos construir o fio que une as duas pontas do tempo, o presente e o passado, e todos os conflitos, desventuras e alegrias que jovem e velho compartilham. E rever o passado glorioso, mas que foi deixado de lado pela ganância e ambição que contaminou o negro durante a passagem do branco dominador e repressor pelas colônias de África e América. O presente é o palco retalhado, degradado, estagnado e mortificado que a guerra e a miséria humana deixaram. A partir desse cenário, podemos mostrar aos jovens que a união entre os polos pode criar uma parceria que tem a vitória como objetivo comum e compartilhado entre o velho e o novo e entender que a educação direcionada para o conhecimento das relações humanas, vivenciais, raciais e étnicas é a chave para gerenciar o conflito e que no futuro não seja mais necessário correções de políticas públicas em qualquer que sejam as esferas.</p> <p>3. Mara Lúcia Silva - Universidade Federal de Santa Maria, (mlubs.br@gmail.com), “Memória e infância em Ondjaki” Resumo/ Abstract: A infância é o lugar onde a imaginação tem morada certa. É um tempo em que se permite sonhar, é espaço de (in)credulidade. Nossa proposta é verificar como o escritor angolano Ondjaki realiza a ideia de infância inserida no cenário de incertezas gerado pela guerra civil angolana. Suas histórias se situam na Angola que vivia em meio à guerra civil que durou por mais de duas décadas, de 1975 a 2002, na qual milhares de pessoas morreram e outras tantas se tornaram refugiadas no próprio território. As obras que pretendemos analisadas sob esse olhar são Ynari: a menina das cinco tranças, o primeiro livro infantil do autor; Os da minha rua e A bicicleta que tinha bigodes livros que reúnem histórias curtas e de cunho autobiográfico ao mesclarem ficção e memórias da infância do autor na cidade de Luanda.</p> <p>4. Naira de Almeida Nascimento - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, (naira.alm@gmail.com), “Travessias: romance e experiência em Mia Couto e Guimarães Rosa” Resumo/ Abstract: A aproximação entre a escrita do consagrado autor moçambicano Mia Couto (1955-) e a do brasileiro Guimarães Rosa (1908-1967), responsável por uma obra ímpar em tempos neo-realistas da literatura brasileira, já mereceu a consideração de numerosos estudos críticos que assinalam o trabalho linguístico original de ambos, sobretudo na criação de neologismos. Além do traço linguístico, vale assinalar também a simpatia testemunhada nesses escritos em relação às culturas populares, e que se distingue de outras experiências artísticas pela ausência de um caráter paternalista. Apesar da distinção enquanto exímios contistas, o presente estudo volta-se para a produção romanesca de Mia Couto e do único romance de Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas (1956), procurando evidenciar uma outra questão relegada pela crítica que aborda a interação entre eles: a figura do mediador. Objetiva-se averiguar de que forma a inserção de uma figura mediadora, localizada entre as culturas tradicionais rurais e as culturas letradas urbanas, tenta colmatar problemas de tradução linguística, da verossimilhança ficcional no contexto dessas obras e, ainda assim, perspectiva uma espécie de alter-ego narrativo.</p>

Painel Políticas e Traduções

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p align="center">2ª Sessão</p> <p align="center">13 de Setembro (sábado)</p> <p align="center">16h30-18h30</p> <p align="center">FEUC Sala 2.2</p>	<p align="center">Fernando Florêncio FCT - UC</p> <p align="center">[coordenação e moderação]</p> <p align="center">Fabrice Schurmans CES</p> <p align="center">[coordenação e comentários]</p>	<p>1. Luisa Marroni - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, (luisa.marroni@sapo.pt; lmmarroni@gmail.com), “Experiências de Colonialismo no Porto de 1934, na Primeira Exposição Colonial Portuguesa” Resumo/ Abstract: A forma como o passado histórico colonial e o império colonial português foram idealizados e exibidos na I Exposição Colonial Portuguesa, em 1934, constitui objecto de interesse e, neste artigo, procuraremos abordar o tratamento dado a um conjunto de estruturas simbólicas enquanto contributo para a exaltação nacionalista do Estado Novo e do Império Colonial Português. Testemunhos quer de inegável investimento em termos de imagem gráfica e de edificação obras públicas destinadas a marcar ruptura, nova organização na vida económica, social e cultural portuguesa a partir de pressuposto ideológicos decididos e firmemente assumidos, prova, também, de velado comprometimento de diversos actores. Defende-se aqui que, a partir de algumas das estratégias, que procuraremos destacar como alicerces de memória cultural da nação colonial, arquitectadas naquele momento específico, com recurso a cartazes, frases, esquemas escultóricos, arquitectónicos, encetou-se uma catequização, por criações e comunicações demonstrativas e sensitivas, susceptíveis de causar impacto e de potenciar mudanças no visitante do evento (na sociedade portuguesa da época). Observado o local e o momento da Exposição de 1934 pelo conceito instrumental da unidade de análise pedagogia cerimonial, na vertente cultural, atento ao conjunto de estruturas simbólicas de que se vale (espaço, representações sociais, indivíduos e grupos de indivíduos comprometidos com a mudança), entende-se como ponto de ruptura com o passado e opção experimentada com vista ao desenvolvimento e à disseminação do projecto colonial, re-socialização a população metropolitana.</p> <p>2. Carla Patrícia Silva Ribeiro - Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto/CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade), (carla_ribeiro2@sapo.pt), “História e Império. Exposições portuguesas e o estabelecimento de modelos de representação identitária? A I Exposição Colonial Portuguesa, a Exposição História da Ocupação no século XIX e a secção colonial da Exposição do Mundo” Resumo/ Abstract: Os anos trinta constituíram um período atribulado no tocante aos territórios ultramarinos portugueses, alvo de disputas e cobiças por parte das nações europeias. Foi neste contexto que se organizaram duas exposições de cariz colonial: a I Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto em 1934, e a Exposição Histórica da Ocupação no Século XIX, em Lisboa, dois anos depois. Procurando forjar uma consciência nacional da importância histórica e do valor político-económico do Império Colonial e obter uma identificação das populações com a política colonial do Estado Novo, os eventos constituíram parte crucial de um projeto de legitimação imperial do regime, uma pedagogia do Império, se assim se quiser, cujos vetores estruturantes eram o carácter prioritariamente nacional(ista) dos discursos e das imagens e o papel nuclear do Estado. Todavia, os públicos-alvo preferenciais, bem como os modelos de exibição identitária empregues, diferiram grandemente nestas duas exposições e, de certa forma, também os objetivos específicos: enquanto a exposição de 1937 funcionou como um veículo para mostrar o papel de Portugal em prol do engrandecimento da Europa e da civilização ocidental, em 1934, no Porto, procurou-se instilar o orgulho de um Império Colonial na mente dos portugueses. Em 1940, na Exposição do Mundo Português, o Império era novamente exibido, na Secção Colonial. Ali, os dois modelos distintos de exibição do mito imperial, de 1934 e de 1937, fundiram-se num só. Mas a mensagem era única: a ideia da singularidade da colonização portuguesa, por um lado, e a afirmação da realidade imperial de Portugal, por direito histórico e pelo direito conferido pela venerável tarefa de espalhar a civilização e a fé. O que esta comunicação procurará esclarecer, numa proposta comparativa, será, pois, o papel da História e do Império nas representações identitárias do Estado Novo.</p> <p>3. Manuel João Ramos - Centro de Estudos Internacionais - ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, (manuel.ramos@iscte.pt), “What’s so special about Ethiopian politics?” Resumo/ Abstract: This paper proposes to tap both into the history of Ethiopian-Western relations and the multifactorial proclivities of that country’s political system to understand: 1) How international expectations about the democratization and accountability of the Ethiopian ethnic federal system are fed by elaborate and tightly-controlled translation and PR practices, while at the same time maintaining traditional procedures of power politics, and; 2) What this split may say about the limitations of a (mostly Western-grounded) transnational-transcultural-translinguistic framework for typifying political systems. Furthermore, it proposes to discuss the rise of Muslim-based political agency in Ethiopia within the wider framework of the Horn of Africa - particularly considering the factitious nature of the region’s state-making processes.</p>

Painel Identidades Raciais e Sexuais em Contextos Lusófonos

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>1ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>14h00-16h00</p> <p>FEUC Sala 2.3</p>	<p>Catarina Martins CES e FL - UC</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Isabel Caldeira CES e FL - UC</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Nuno Coelho - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, (ncoelho@dei.uc.pt), “África@: Representações raciais nas marcas comerciais registadas em Portugal nas primeiras décadas do século XX”</p> <p>Resumo/Abstract: Na continuidade dos finais do século XIX, o início do século XX foi caracterizado pela crença da sociedade num progresso linear, contínuo e irreversível. O mundo industrializado da primeira década do século XX vivia a sua Belle Époque, usufruindo das inúmeras invenções do século antecessor que tinham revolucionado a sua vida quotidiana. Na produção gráfica, o desenvolvimento da litografia (a invenção do sistema litográfico offset, que até aos dias de hoje será o processo de impressão hegemónico) deu-se em 1904 e permitiu a divulgação e promoção da produção industrial a níveis nunca antes vistos. Verificou-se uma proliferação das mensagens publicitárias e foi conferida uma maior atenção às embalagens de produtos que passaram a ser vistos como mais do que meros suportes informativos.</p> <p>Data de 20 de março de 1883 uma importante conferência sobre propriedade industrial, organizada na capital francesa, que ficou conhecida como a Convenção da União de Paris. O texto aprovado, assinado por 11 países entre os quais Portugal (os signatários atuais são 164), instituiu a União Internacional para a Protecção da Propriedade Industrial, com o objetivo de harmonizar internacionalmente os diferentes sistemas jurídicos nacionais relativos à propriedade industrial. Mais tarde, a entrada em vigor em Portugal de uma nova lei, em 1895, veio refundir e ampliar consideravelmente este importante ramo do serviço público. A partir desta data, a legislação passa a compreender tudo quanto se refira às invenções e à sua exploração; aos desenhos e modelos; às marcas; aos nomes industriais e comerciais; às recompensas; aos casos de concorrência desleal, em que se compreende a violação dos segredos de fábrica. Por esta altura, a Conferência de Berlim, realizada entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885, teve como principal objetivo reorganizar a ocupação do continente africano pelas potências coloniais, resultando na discussão de questões fundamentais relativas aos interesses europeus e que resultou na configuração de um novo mapa geopolítico cujo desenho das fronteiras não respeitou nem antecedentes históricos, nem as relações étnicas no terreno. Proliferaram as reivindicações europeias que se traduziram num reforço de fantasias e projecções imperiais. Estas fantasias e projecções encontraram eco no imaginário visual colectivo então produzido, onde se incluem as marcas e os respetivos desenhos registados na “Repartição de Propriedade Industrial do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria”, instituição que então tutelava a propriedade industrial. Estes registos, impregnados de preconceitos etnográficos, de representações caricaturais da imagem do africano e de um certo fascínio pelo primitivo e pelo exótico, eram reflexo da cultura popular europeia definida por uma identidade racial de sentido difuso, se não mesmo de um racismo activo. Convém perceber de que forma estas imagens raciais ajudavam a vender bens e mercadorias que não necessariamente aqueles que eram provenientes das colónias (caso do café, do cacau ou do tabaco) a uma população esmagadoramente branca. Convém igualmente perceber como estas imagens foram vistas não só como legítimas para uso comercial, mas também necessárias para o sucesso comercial das marcas que as difundiam. Portanto, torna-se necessário discernir se estas imagens eram um espelho cultural ou se os seus criadores (hoje em dia designados como designers) contribuíam propositadamente para a produção e/ou manutenção de visões estereotipadas sobre o colonizado.</p> <p>Este estudo pretende, portanto, entender melhor os designers enquanto criadores de imagens e não apenas aqueles que ditavam as bases ideológicas e políticas do colonialismo. A cultura visual comercial ainda é muito pouco estudada em Portugal e poderá oferecer uma perspectiva inteiramente nova no estudo da história das representações. As marcas comerciais, pela força da sua ubiquidade - presentes no espaço público e na imprensa através de anúncios e inseridas no seio da esfera privada dos consumidores (as suas próprias casas) através de embalagens - constituem um inestimável e ainda pouco explorado campo para o estudo da construção de identidades na época colonial.</p> <p>2. Lola Geraldine Xavier - Escola Superior de Educação de Coimbra /Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, (lolagrafias@gmail.com), “Género e identidade em textos africanos de língua portuguesa no Ensino Básico”</p> <p>Resumo/Abstract: A partir das obras africanas de língua portuguesa, atualmente previstas como leitura obrigatória para o ensino do Português, do 1º ao 9º ano de escolaridade (dos 6 aos 15 anos), pelas Metas Curriculares de Português do Ensino Básico, abordar-se-á a construção da identidade (angolana e moçambicana). O enfoque recairá nas diferentes facetas de identidade do homem negro e da mulher negra, sobretudo nas questões diretamente relacionadas com o género. A realidade pós-colonial veio convocar diferentes formas de destacar os processos identitários que estão, ainda agora, em construção nestes países (Angola e Moçambique). A literatura, e em concreto a linguagem literária, revela-se locus privilegiado da expressão da identidade (Bokiba). Tentar-se-á comprovar estas afirmações através de exemplos concretos, em particular recorrendo a obras de Mía Couto e José Eduardo Agualusa, uma vez que são os autores propostos pelas Metas Curriculares.</p> <p>3. Heridan Costa Sousa - Universidade Federal do Maranhão, (hguterres@hotmail.com), “Re-construção da identidade racial a partir dos livros de literatura”</p> <p>Resumo/Abstract: Desde a publicação da Lei nº 10.639/03, educadores brasileiros são instigados a inserir no currículo escolar a história e cultura africana e afro-brasileira para além do silenciamento ou da subserviência dos negros, como comumente estes são apresentados tanto nos livros didáticos quanto nos de literatura que, via de regra, ao longo da história da educação no país, estigmatiza negros e afrodescendentes. Especialmente no que diz respeito aos livros de literatura, os negros e afrodescendentes são mostrados de forma estereotipada, em uma posição de subserviência ou tem suas características apresentadas negativamente, influenciando na construção de identidades dos leitores de todas as idades, em especial das crianças e jovens. Para tanto, considera-se o que preconiza Hall (1997) acerca da influência do meio no processo de (re)construção identitária, o que ocorre ao longo da vida.</p> <p>No que diz respeito à literatura, Formiga, Araújo e Cavalcante (2007, p. 23) discorrem que a tradição literária no Brasil tem demonstrado um tratamento desigual em relação às chamadas minorias. Assim, mulheres, negros e homossexuais são representados de forma preconceituosa e estereotipados, muitas vezes caricaturais ou em uma posição submissa e subalterna que servem para legitimar preconceitos de toda ordem. Considerando-se então, que muitos são os estereótipos que simplificam a realidade, levando o indivíduo à ignorância acerca das características reais de outrem, atribuindo-lhe qualidades depreciativas através de uma imagem preconcebida e sem fundamento de determinado grupo, desvalorizando, as diferenças individuais entre os membros de um grupo social, ou seja, algo determinante para a motivação do preconceito e discriminação propõe-se nesta comunicação, discutir-se o papel dos livros de literatura na construção e desconstrução da identidade negra, assim como no combate e/ou disseminação do preconceito, fazendo-se para tanto, uma analogia entre diferentes obras da literatura produzidas nas últimas décadas no Brasil.</p>

		<p>4. Libertad Jimenez - Universidad de Extremadura, (libalji@hotmail.com), “A perspectiva de gênero na cooperação internacional para o desenvolvimento: uma linguagem diferente para os/as técnicos/as e os/as protagonistas locais (em Moçambique, Senegal e Equador)”</p> <p>Resumo/Abstract: A utilização das palavras «perspectiva de gênero» tem invadido o quotidiano do sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento ate o ponto que a sua presença tem sido tão habitual nas nossas vidas como, talvez, a sua consequente perda de significação. A perspectiva de gênero é um ponto de vista sobre a realidade, sensível às causas e efeitos das diferenças de gênero, e as suas consequentes desigualdades de gênero, no contexto das sociedades e nas pessoas duma e outro sexo, e é também um enfoque crítico e histórico profundamente enraizado na reflexão feminista e orientado a uma conceção do desenvolvimento com um claro fundamento ético que é a equidade de gênero. Foi feita uma análise sobre 259 projetos de cooperação internacional para o desenvolvimento (implementados em África Subsahariana e América Latina/Caribe), a partir de uma perspectiva de gênero, financiados pela Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, desde o ano 2009 ate o ano 2010; e foi tido em conta também o ponto de vista de alguns dos seus protagonistas locais (em Moçambique, Senegal e Equador) através de 17 grupos de discussão realizados em contextos rurais e contextos urbanos (com mulheres, com homens e mistos). Os resultados da investigação mostram que a linguagem que destilam os projetos de desenvolvimento analisados, com respeito à perspectiva de gênero, encontra-se orientado para a utilização de tecnicismos afins à gestão dos projetos, através dos seus objetivos e resultados (respondendo às exigências da agencia financiadora); pelo contrario, a linguagem dos/as protagonistas locais encontra-se orientada para descrever a suas vivências desde um ponto de vista psicossocial (emoções, sentimentos, comportamentos, atitudes, etc.) em relação à consideração da perspectiva de gênero. Depois dos resultados obtidos fica uma questão em aberto: Será a cooperação internacional pelo desenvolvimento capaz de resolver os problemas, a partir de uma óptica de gênero, das pessoas a quem se destinam (beneficiários/as finais) embora não falem a mesma linguagem?</p>
--	--	---

Painel Identidades Raciais e Sexuais em Contextos Lusófonos

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p>2ª Sessão</p> <p>13 de Setembro (sábado)</p> <p>16h30-18h30</p> <p>FEUC Sala 2.3</p>	<p>Catarina Martins CES e FL - UC</p> <p>(coordenação e moderação)</p> <p>Isabel Caldeira CES e FL - UC</p> <p>(comentários)</p>	<p>1. Maria Jorge Ferro e Cristina Coimbra Vieira - Universidade de Coimbra - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, (mariajorgef@fpce.uc.pt), “A caminho da urgente mudança: na universidade pode projectar-se o equilíbrio entre homens e mulheres”</p> <p>Resumo/ Abstract: Apresentam-se, neste trabalho, estudos e resultados que derivam das preocupações sobre equidade e autonomia: justiça social, expressão pessoal e questões de género - com foco nas diferenças e/ou paralelos que podemos estabelecer entre indivíduos naturais de qualquer dos países da CPLP e em interacção em Portugal e, muito especificamente, na academia coimbrã. Partindo de um estudo levado a cabo na UC, junto deste grupo de estudantes da cooperação, pudemos construir conhecimento de acordo com um plano baseado nos princípios da Grounded Theory, ao longo de cinco anos lectivos (de 2005 a 2010), algumas considerações fundamentais foram emergindo. A investigação referida permite destacar dados em diferentes dimensões: a) afectiva/relacional; b) académica e de preparação para a profissão; c) social e predisposição para a miscigenação; d) política e participativa. É sobretudo a partir desta última dimensão, política e participativa, que nos propomos repensar a capacitação para a mudança que a experiência universitária parece (não) promover. Da investigação sobressaem as diferenças entre países e as diferenças entre homens e mulheres de cada uma das proveniências consideradas. Da combinação e discussão a partir dos distintos modos de perceber, compreender e agir sobre a vida resultará o salto qualitativo que urge efectivar no sentido da construção de sociedades e organizações mais justas e equilibradas (abordando, aqui, o caso especialmente interessante de quando se dá o regresso ao país de origem, de cada um dos indivíduos, após o tempo de vida universitária). Em suma, com esta comunicação pretendemos abordar os seguintes aspectos: (1) Estereótipos de género e cidadania, (2) Testemunhos de experiência universitária ao abrigo da cooperação e avaliação da situação pessoal e colectiva (até 3 anos depois e, (3) Rever e projectar a igualdade de género (especificamente adentro do grupo de estudantes da CPLP) como estratégia para fundamentar a mudança.</p> <p>2. Andressa Ignácio da Silva - Universidade Federal do Paraná, (andressaignacio@gmail.com), “Políticas de Ações Afirmativas na Universidade Federal do Paraná: reflexões sobre raça, género e produção do conhecimento”</p> <p>Resumo/ Abstract: O presente trabalho propõe uma breve reflexão sobre raça e género na produção do conhecimento a partir das políticas de ações afirmativas no ensino superior (também chamadas de cotas). Estas consistem na reserva de vagas para negras/negros e estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas em algumas instituições de ensino superior públicas brasileiras. Partindo da produção de teóricas feminista sobre a ciência, busco apresentar suas contribuições sobre os sujeitos dos discursos científicos e as implicações políticas do perfil destes sujeitos para a produção do conhecimento. As ações afirmativas são entendidas neste trabalho como possibilidade de acesso de novos sujeitos ao espaço de produção do conhecimento científico. A partir das experiências da autora como estudantes ingressa na Universidade Federal do Paraná na condição de cotistas racial, busca-se refletir sobre as implicações do acesso destes novos sujeitos no campo científico e as implicações teóricas e epistemológicas.</p> <p>3. Giselle Razera - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul; Universidade de Coimbra (gisellerazera@hotmail.com), “Ouro e Crime e o cortiço, Rosália e Bertoleza: duas negras face ao racismo cordial, perpetuador da desigualdade”</p> <p>Resumo/ Abstract: Aos estudiosos do escravismo brasileiro, não é estranho conceber o período da escravidão no Brasil como um tempo harmónico. Afinal, um dos historiadores mais consagrados do país, Gilberto Freire, em Casa-Grande & Senzala, refere-se ao período escravocrata brasileiro como um dos que o negro menos sofreu violência, se comparado aos escravos de outras nações, como os Estados Unidos. A base desta afirmação também reside na possibilidade de o escravo brasileiro comprar a própria liberdade, como se isso atenuasse a agressão institucionalizada que vitimou africanos nas terras de Santa Cruz. Contudo, na visão da pesquisadora norte-americana, Mary Karasch, a suposta adaptabilidade à convivência e a miscigenação de senhores brancos com negros no Brasil não pode ser compreendida como abrandamento do sistema escravocrata brasileiro, mas como mais uma porta para a violência. A exploração do africano sujeitava especialmente as mulheres negras, que, para a satisfação sexual dos seus senhores, eram rotineiramente violadas; para Freire, isso representava um elo de afeto. Se esse quadro pôde ser descrito maneiras dissonantes séculos depois do fim da escravidão, importa trazer à luz da discussão académica o modo como a literatura retratou o tema no calor da hora, em ambas as margens do Atlântico. Em um cotejo de dois romances oitocentistas: Ouro e crime (1855), do português Eduardo Tavares, e O cortiço, do brasileiro Aluísio de Azevedo, analisar-se-á o enquadramento dado pelos autores na composição do quadro multicultural do Rio de Janeiro pós-proibição do tráfico negreiro, em que figuram duas personagens que têm em comum o relacionamento com os seus senhores: Rosália e Bertoleza. Compreende-se que em ambas as narrativas há uma série de pontos em comum, bem como a figuração de um cenário doméstico que chegou a ser naturalizado na cena brasileira, refletindo-se na desvalorização da mulher negra no mercado de trabalho até os dias atuais.</p>

Painel A Definição de fronteiras no espaço colonial europeu

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p style="text-align: center;">Sessão única</p> <p style="text-align: center;">13 de Setembro (sábado)</p> <p style="text-align: center;">16h30-18h30</p> <p style="text-align: center;">FEUC Sala 1.1</p>	<p style="text-align: center;">Paula Santos Instituto de Investigação Científica Tropical</p> <p style="text-align: center;">(coordenação)</p> <p style="text-align: center;">Ana Cristina Roque Instituto de Investigação Científica Tropical</p> <p style="text-align: center;">(coordenação e moderação)</p> <p style="text-align: center;">Maria Paula Meneses CES</p> <p style="text-align: center;">(comentários)</p>	<p>1. Paula Cristina Santos e Ana Cristina Roque - Instituto de Investigação Científica Tropical, (ana.roque@iict.pt), “Em torno da questão do Barotze: Arquivos Ciência e Cooperação” Resumo/ Abstract: Angola é um dos países africanos que ratificaram a decisão da OUA sobre o princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais dos atuais estados africanos, assumida no Cairo em 1964 e reafirmada em Dublin em 2002. A concretização do programa definido por esta organização em 2007 implica não só o acordo dos países africanos envolvidos, como o livre acesso à documentação técnico-científica, maioritariamente ainda nos arquivos das antigas potências coloniais e que, à época, suportou a definição das fronteiras dos territórios africanos e os acordos diplomáticos que garantiram o seu reconhecimento internacional. No que respeita aos países da CPLP, designadamente a Angola, a maioria desta documentação encontra-se nos arquivos do IICT e inclui centenas de documentos por via dos quais é possível ‘reconstruir’ e precisar as linhas de fronteira. Por estas razões, o IICT tem vindo a trabalhar na organização e estudo desta documentação com vista à disponibilização de informação que possa suportar a gestão atual das fronteiras destes países. Neste contexto, o exemplo da fronteira de Angola com o antigo reino do Barotze, permitir-nos -á por um lado, discutir as potencialidades de trabalho a partir desta documentação numa perspetiva de análise integrada que permita considerar não só as vertentes histórico-diplomática e técnico-científica deste processo, como o impacto do mesmo ao nível das comunidades locais e do seu quotidiano. E, por outro lado, salientar, a importância desta documentação como suporte à gestão atual da fronteira de Angola com os países vizinhos, contribuindo assim para a paz e estabilidade do país e, consequentemente, para o seu desenvolvimento.</p> <p>2. Maria João Soares e Maria Manuel Torrão - Instituto de Investigação Científica Tropical, (mmanueltorrao@hotmail.com), “Revisitar a Questão de Casamansa (1828-1886)” Resumo/ Abstract: A 1.ª questão colonial de fronteiras foi a chamada questão político-diplomática do Casamansa que se arrastou no terreno e entre as chancelarias portuguesa e francesa desde 1828, data do 1.º estabelecimento particular francês na foz do rio Casamansa, até à conferência de Berlim em 1886. Traduziu um choque entre um imperialismo nominal e frágil de Portugal na colónia que se virá a chamar Guiné Portuguesa e o colonialismo pujante e em expansão dos franceses neste sector da África Ocidental, particularmente no Senegal. A situação no terreno foi-se agudizando com incidentes de parte a parte, promovidos sobretudo pelos mercadores franceses do Senegal e de Gorée, sem que Portugal conseguisse fazer vingar a sua posição, contrariamente ao que viria a suceder relativamente à ilha de Bolama. Foi-se tornando claro que só uma solução político-diplomática permitiria a resolução dos problemas no terreno. Curiosamente será o Casamansa que irá ser utilizado por Portugal na convenção Luso-francesa de 1886 como moeda de troca por outros territórios julgados mais importantes como o protectorado francês no Futa-Djalon, o Massabi no Congo e o tão ansiado sertão entre Angola e Moçambique. Esta comunicação pretende analisar as relações luso-francesas no Casamansa entre 1828 e 1886, bem como ponderar como mais uma vez, a Guiné foi tratada como parente pobre do colonialismo português.</p> <p>3. Ana Cristina Roque - Instituto de Investigação Científica Tropical, (ana.roque@iict.pt), “Quando o Rio Maputo se tornou fronteira: O reino dos Amathongas e a definição da fronteira no sul de Moçambique” Resumo/ Abstract: O processo de definição e implementação das fronteiras no Sul de Moçambique não foi um processo homogêneo. Com efeito, embora tenha resultado da necessidade de especificar as diferentes esferas de influência Europeia na região e de garantir a ocupação efetiva das áreas historicamente atribuídas aos Europeus, cada troço de fronteira discutido teve um processo próprio, impossível de se afirmar como automaticamente decorrente da Conferência de Berlim (1885). Neste contexto são paradigmáticos os casos da fronteira com o Transval e com a Maputolândia (Reino dos Amathongas). O primeiro, porque o acordo sobre a linha de fronteira é prévio à Conferência de Berlim; o segundo, porque todo o processo foi à partida condicionado pela arbitragem de MacMahon (1875), relativa ao reconhecimento da soberania portuguesa nos territórios que, a sul de Lourenço Marques, eram historicamente eram reclamados pelos Portugueses. Tendo como base a documentação produzida pela Comissão de Delimitação de Fronteiras diretamente envolvida no processo de definição da fronteira entre o antigo distrito de Lourenço Marques e a Maputolândia, esta comunicação pretende analisar tanto a forma como este processo foi implementado, como os impactos que dele resultaram, designadamente a divisão do Reino dos Amathongas, a partir de 1887, implicando que os territórios a norte do Rio Maputo ficassem sob soberania Portuguesa e os a sul deste rio, sob soberania britânica.</p> <p>4. Rosa Maria Gómez Iniesta - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, (rosagomeziniesta@gmail.com), “Fronteras en la ciudad: conflictos y tensiones en la ciudad de Jos, Nigeria” Resumo/ Abstract: La ciudad de Jos se encuentra en el Estado de Plateau, Nigeria. Su localización en el centro geográfico del país le hace escenario del punto de encuentro de diferentes culturas e identidades que se integran, se comunican y también en ocasiones, colisionan entre ellas. En los últimos años, la ciudad ha llegado a oídos de los media internacionales bajo la llamada al conflicto religioso. Diferentes grupos identitarios han venido enfrentándose en los últimos años por lo que se califica como motivos religiosos y se enmascara bajo la dicotomía musulmanes-cristianos. Sin embargo, las tensiones entre los diferentes grupos no han surgido ex nihilo, explotando en los últimos años como se parece derivar del análisis de los medios de comunicación. La administración colonial británica- más concretamente, la administración urbana- tiene un importante papel en el desarrollo y relacionamiento de los grupos en la ciudad. El descubrimiento de los recursos mineros que desplegaron el desarrollo de Jos, llevaron a grandes movimientos de población a la naciente ciudad. El poder- y la fuerza identitaria- de los Hausa del norte, llevó a la administración colonial a crear dos ciudades. La native town, destinada a la población Hausa del Norte, y la township, centro del desarrollo sustentado por los británicos. Este trabajo analiza la importancia de la creación de estas fronteras en los desarrollos, tensiones y posterior conflicto entre las diferentes etnias y grupos sociales de la ciudad. Un análisis desde luego necesario en una época de simplezas dicotómicas como única herramienta para estudiar la política africana, y más concretamente, la nigeriana.</p>

Painel Sáhara Atlántico, 1956-1963: guerras e independencias en el imbroglío de las identidades nacionales

Horário e local	Coordenação Moderação e Comentários	Comunicações
<p align="center">Sessão única</p> <p align="center">13 de Setembro (sábado)</p> <p align="center">16h30-18h30</p> <p align="center">FEUC Sala 1.2</p>	<p>Francisco Freire CRIA-ISCTE-IUL / FCSH-UNL</p> <p align="center">e</p> <p>Alberto López Bargados GRECS-Universitat de Barcelona</p> <p align="center">[coordenação e comentários]</p>	<p>1. Alicia Campos Serrano (alicia.campos@uam.es), “Política, territorio e imaginarios en el conflicto del Sáhara” Resumo/ Abstract: Los conflictos en el Sáhara se desarrollan desde los años cincuenta en torno a varias cuestiones, una de las cuales es el de los imaginarios territoriales. Esta ponencia trata de desvelar las diversas concepciones del espacio planteadas y utilizadas por los distintos actores y grupos sociales en conflicto. Pondrá especial atención al contexto regional e internacional, en un tiempo en que se estaba produciendo una profunda transformación en las ideas sobre la legitimidad de los órdenes políticos y la soberanía.</p> <p>2. Francesco Correale (francesco.correale@univ-tours.fr), “Los años 1956-1958 en el relato de los refugiados saharauis. Desafíos políticos, posturas de los testigos e identidad” Resumo/ Abstract: Las incursiones del Ejército de Liberación de Marruecos en el Sáhara Occidental y en Mauritania y el conflicto con los gobiernos coloniales francés y español que se deriva, en particular en 1958, son episodios claves en la historia de esta región. La falta de un conocimiento profundo y de una interpretación compartida de los acontecimientos contribuyen, aún hoy en día, a su utilización instrumental en la reconstrucción histórica por parte de todos los actores del conflicto del Sahara Occidental. El objetivo de esta comunicación, que se inscribe en el marco más grande de artículo en curso de co-elaboración con Alberto López Bargados, de la Universitat de Barcelona, es el análisis crítico del relato referido a los acontecimientos de aquellos años elaborado por algunos saharauis de los campamentos de refugiados en Argelia, entrevistados con ocasión de dos estancias efectuadas respectivamente en 2007-2008 y en 2014. Se intentará contestar, entre otras, a dos cuestiones principales: ¿En qué medida los acontecimientos de 1956-1958 influyeron, en opinión de los autores de los relatos, en la formación de una conciencia nacional? ¿Cómo condicionaron, estos mismos eventos, las relaciones con la metrópoli colonial de aquel entonces (España) y con los países limítrofes?</p> <p>3. José A. Rodríguez Esteban e Diego A. Barrado Timón (josea.rodriguez@uam.es), “Las transformaciones en el territorio como respuestas de España al ?imbroglío? de identidades en el Sáhara Atlántico (1956-1963)” Resumo/ Abstract: La independencia de Marruecos y la posterior guerra en Ifni, llevan, en algunos casos a una aceleración y, en otros, a un cambio radical de las políticas territoriales practicadas por España en Sáhara Atlántico entre 1956-1963. Un caso paradigmático en este sentido lo constituyen las acciones llevadas a cabo por el Instituto Nacional de la Vivienda en Ifni-Sáhara, que reflejan, como ninguna otra acción, la propuesta de España en el juego de intereses de las identidades nacionales. Los distintos momentos y contextos en los que fueron surgiendo los proyectos, los protagonistas encargados de materializarlos, y el destino final y la concreción última de los planes, muestran la materialización de ese ‘imbroglío’ en el contexto del imaginario colonial.</p> <p>4. Juan Carlos Gimeno Martín e Juan Ignacio Robles Picón (juan.gimeno@uam.es; juan.robles@uam.es), “Am elhuyum” Historia e historias en la construcción nacional del Sahara Occidental en torno a 1958” Resumo/ Abstract: Los acontecimientos en torno al año 1958 constituyeron un partaguas en la historia de la región sahariana, y en particular para el llamado Sahara Occidental. Esta comunicación trata de confrontar las lecturas encontradas de la historiografía de los acontecimientos que forman parte de la "Historia", con las lecturas locales y situadas de la población saharauí.</p>

Apoios:

